



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Rafaela Benzi Alves

UM OUTRO OLHAR PARA A URBANIZAÇÃO DE FAVELAS
O CASO DE PARAISÓPOLIS EM SÃO PAULO

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pelo Professor Doutor Rui Aristides Bixirão Neto Marinho Lebre
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2020

Um outro olhar para a Urbanização de Favelas

O caso de Paraisópolis em São Paulo

Departamento de Arquitetura
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Rafaela Benzi Alves
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Orientação do Professor Doutor Rui Aristides Lebre

Outubro 2020

Paraisópolis

“Barulho indescritível
Muito lixo entre barracos
Gente andando em vielas
E ratos por buraco [...].
Paraisópolis não é só isso
Esse é o lado que a sociedade vê
Aqui também tem gente culta
Poetas do bem, pode crer [...].
Por isso eu não me envergonho
Quando confesso que moro aqui
Se foi para lutar pelos meus sonhos
Que deixei em Jacaraci”¹

Jussara Carvalho, a escritora de Paraisópolis

1. Vagner de Alencar e Bruna Belazi, *Cidade do Paraíso – Há vida na maior favela de São Paulo* (São Paulo: Primavera Editorial, 2015), 116.

Agradecimentos

Aos meus pais que possibilitaram esta experiência em Portugal.

À Julia e Carol que tornaram Coimbra um lar.

Ao Pier pelo apoio incondicional nestes últimos tempos.

Ao professor Rui Aristides pela orientação, disponibilidade e suporte.

Aos arquitetos Fernando Botton e Eduardo Pizarro pela conversa extremamente enriquecedora e esclarecedora que ampliou meu espectro do que é ser arquiteto.

A todos aqueles que disponibilizaram suas fotografias e desenhos para esta dissertação, em especial os fotógrafos do Projeto Favelagrafia e o fotógrafo Daniel Eduardo e seus alunos do Projeto Click na Favela, os quais através de seu trabalho me ajudaram a conhecer a complexidade das favelas.

E a todos os moradores de Paraisópolis que de alguma forma colaboraram para esta dissertação que, mesmo diante da difícil situação da pandemia, foram super atenciosos ao tomarem um pouco de seu tempo para me mostrar seu olhar da comunidade e da urbanização.

Resumo

No contexto brasileiro, as favelas consistem na mais clara manifestação da desigualdade social em forma urbana. São espaços que desde sua emergência têm sofrido intervenções de arquitetos e urbanistas na tentativa de solucionar seus problemas habitacionais e urbanos. Na atualidade, o modo de intervir mais difundido nestes espaços são ações de melhoria urbana, denominadas de urbanização de favelas ou de *slum-upgrading*. Entretanto, é recorrente que estas ações tratem as favelas apenas a partir de suas carências, ignorando suas qualidades e potencialidades. Assim, mesmo introduzindo melhorias físicas no bairro, estas intervenções recorrentemente são extremamente disfuncionais no quesito social.

Logo, objetiva-se compreender como realizar intervenções urbanas mais humanas nas comunidades, as quais além de trazer infraestrutura e serviços básicos, também fossem sensíveis e potencializadoras de sua estrutura social. Procura-se, primeiramente, entender o fenômeno da favela na sua totalidade, livrando-se dos preconceitos que as reduzem, para posteriormente estudar as intervenções ali realizadas. A fim de analisar um caso de estudo em concreto, selecionou-se Paraisópolis, a segunda maior favela da cidade de São Paulo que sofreu um intenso processo de urbanização nas últimas décadas. Para tal, recorreu-se a uma extensa recolha bibliográfica incidente nas favelas, nas suas intervenções e no caso de estudo escolhido, a qual foi acompanhada por uma pesquisa realizada à distância com moradores e outros agentes sociais de Paraisópolis para permitir a máxima aproximação da realidade local.

A partir deste estudo são propostas estratégias gerais de atuação nas favelas que seriam mais adequadas à sua estrutura interna pré-estabelecida, em conjunto com considerações importantes no momento de se intervir nestes ambientes. Tem-se a intenção de através desta investigação, introduzir um novo olhar, mais humano, para as favelas e suas intervenções, buscando incentivar ações mais bem conseguidas que efetivamente integrem estes espaços e suas populações à cidade e à sociedade.

Palavras-chave: Favela, Urbanização, *Slum Upgrading*, Paraisópolis, São Paulo.

Abstract

In the Brazilian context, *favelas* are the clearest manifestation of social inequality in urban form. They are spaces that since their emergence have been intervened by architects and urban planners in an attempt to solve their urban problems. Nowadays, the most widespread intervention in these spaces are urban improvement actions, called *Urbanização de Favelas* or slum upgrading. However, it is recurrent that these actions treat favelas only from their lacks, ignoring their qualities and potentialities. Therefore, even introducing physical improvements in the neighborhood, these interventions, recurrently, are extremely dysfunctional in the social sphere.

Thus, it is aimed to comprehend how to implement more humane urban interventions in these communities, which besides introducing basic infrastructure and services, were also sensitive to their social structure and enhances it. First, it is sought to understand the phenomenon of the *favela* in its entirety, getting rid of the prejudices that reduce them, to later analyze the interventions carried out there. For the analysis of a specific case study was selected Paraisópolis, the second largest *favela* in São Paulo that has been undergone an intense slum upgrading process in recent decades. To this end, an extensive bibliographic collection was used, approaching the *favelas*, their interventions and the chosen case, which was accompanied by a research remotely done with residents and other social agents of Paraisópolis to get closer to the local reality.

From this study, strategic lines of action for the *favelas* are proposed, which would be more appropriate for their pre-established internal structure, followed by important considerations when intervening in these environments. It is intended through this research, to introduce a new and more humane look to the *favelas* and their interventions, encouraging better actions that effectively integrate these spaces and their populations to the city and society.

Key Words: *Favela*, Urbanization, Slum Upgrading, Paraisópolis, São Paulo.

Índice

Introdução.....	15
1. As Favelas.....	23
1.1. A Emergência da Favela	25
1.1.1. Fatores comuns mundialmente.....	27
1.1.2. A Origem das Favelas brasileiras, o caso do Rio de Janeiro	33
1.1.3. O caso de São Paulo	41
1.2. Estrutura Urbana e Social das Favelas	49
1.2.1. Forma Urbana.....	51
1.2.2. Desenvolvimento Incremental e Autoconstrução.....	57
1.2.3. Habitação.....	65
1.2.4. Vida urbana	71
2. As Intervenções.....	81
2.1. Reflexões prévias sobre o intervir no espaço informal.....	83
2.2. Da remoção ao <i>Slum-Upgrading</i>	93
2.2.1. O Modelo Medellín.....	99
2.3. Políticas de Intervenção de Favelas no Brasil	105
2.3.1. Políticas Federais	107
2.3.2. Políticas Estaduais e Municipais em São Paulo	117
3. Paraisópolis.....	127
3.1. A Comunidade.....	131
3.1.1. A Origem do Assentamento	137
3.1.2. Análise do assentamento	141
3.1.2.1. Leitura urbana, construtiva e arquitetônica	143
3.1.2.2. Leitura Social	151
3.2. A Urbanização	161
3.2.1. Principais Projetos.....	167
3.2.2. Percepção dos Moradores.....	175
Conclusão: Considerações Finais e Estratégias de Intervenção.....	185
Bibliografia	193
Origem das Imagens	213
Anexos.....	233

Lista Abreviaturas

AMA	Assistência Média Ambulatorial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDRU	Lei de Concessão de Direito Real de Uso
CEU	Centro Educacional Unificado
COBES	Coordenadoria de Bem-Estar Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ETEC	Escola Técnica
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FCP	Fundação Casa Popular
FIB	Felicidade Interna Bruta
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FUNAPS	Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal
Habisp	Sistema de Informações para Habitação Social de São Paulo
HIS	Habitação de Interesse Social
MOM	Morar de Outras Maneiras
ONG	Organização Não-Governamental
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PlanHab	Plano Nacional de Habitação
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNH	Política Nacional de Habitação
POT	Plan de Ordenamiento Territorial
PROVER	Programa de Verticalização de Favelas
PUI	Proyecto Urbano Integral
SEHAB	Secretaria de Habitação de São Paulo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SNH	Sistema Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
UAP	Urbanização de Assentamentos Precários
USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

Introdução

Com a atual situação da pandemia da Covid-19, a problemática da desigualdade social na sociedade brasileira tornou-se ainda mais evidente. Considerando medidas de prevenção básicas como isolamento social e frequente higienização, percebeu-se que práticas vistas como tão simples pela parcela privilegiada da população, consistem em ações quase impraticáveis em áreas marginalizadas das cidades, particularmente as favelas, considerando a recorrente sobrelotação das residências e ausência de serviços básicos como saneamento, água e acesso a saúde. Diante deste quadro escancarado, novamente se destaca a necessidade de atuação contra esta abominável situação de desigualdade que exclui uma parcela significativa da população de direitos básicos.

Tendo isso em consideração, esta dissertação surge na tentativa de atuar como arquiteta e ser humano para a atenuação deste abismo social e urbano. Motivada também por minhas origens, optou-se por focar no caso do Brasil, estudando as favelas e a forma como elas têm sido intervencionadas nos últimos anos. O intuito principal foi investigar de que forma o arquiteto pode colaborar para a efetiva integração destes espaços e suas populações às cidades e à sociedade.

Antes de estudar os assentamentos informais, ou as suas diversas outras denominações, como *slum*, *shantytown*, *musseque*, *barriadas*, favelas, etc., é necessário um debate acerca do imaginário negativo que assombra estes espaços e suas definições. Isto porque, no momento em que se pensa em favelas, é recorrente ter-se precipitadamente uma visão negativa destes espaços. Este olhar coloca as favelas como ambientes dominados pela miséria, desprovidos de qualquer infraestrutura urbana e sem condições mínimas de habitabilidade. Apesar de infelizmente algumas destas problemáticas estarem presentes em alguns assentamentos, esta realidade não se aplica a todos eles. Trata-se de uma visão que reduz toda a heterogeneidade destes espaços a realidades pontuais, agregando-lhes preconceitos e desprezando suas potencialidades.

Para conhecer efetivamente os assentamentos informais, como defendido por Matias Echanove e Rahul Srivastava,¹ é necessária uma desconstrução de suas definições, pois elas ignoram toda a complexidade e dinamismo destes espaços. Por esta razão, palavras como *slum*, de acordo com eles, são empregadas de maneira equívoca para referir-se a ambientes como Dharavi (bairro onde trabalham na Índia), pois consistem na parte mais viva das cidades na atualidade.²

Este imaginário negativo não é devido apenas pela definição da palavra em si, mas também devido a série de significados pejorativos que ao longo do tempo foram agregados aos espaços ditos

1. Echanove e Srivastava são fundadores da urbz, uma ação experimental e coletivo de pesquisa especializado em planejamento e design participativo. <https://www.urbz.net/>.

2. Matias Echanove e Rahul Srivastava, "Taking the Slum out of Slumdog," *The New York Times*, 21 de fevereiro, 2009, <https://www.nytimes.com/2009/02/21/opinion/21srivastava.html>.; Matias Echanove e Rahul Srivastava, *The Slum Outside – Elusive Dharavi* (New York: Stelka Press, 2014), Capítulo 2. The (Planned) Destruction of Dharavi, Kobo.

informais. Em uma pesquisa produzida pelo Instituto Data Popular em 2015, se constatou que 51% dos entrevistados que moram na cidade dita formal, quando ouvem falar de favela as primeiras palavras que lhes vêm à mente são droga e violência.³ Evidencia-se, então, a existência de uma visão estigmatizada sobre esses espaços que os reduz a ideias preconceituosas e depreciativas e, conseqüentemente, erguem barreiras para sua efetiva integração social e urbana.

Por esta razão, o Observatório de Favelas⁴ produziu o Seminário “O que é Favela, afinal?” com o intuito de “colocar em destaque a questão das representações estereotipadas das favelas e suas conseqüências no âmbito do tratamento configurado pelo Estado e pelos agentes privados nesses territórios.”⁵ De entre as problemáticas levantadas, foram assinaladas justamente a homogeneização e a caracterização baseada na forma-aparência desses espaços que ignoram a sua diversidade e complexidade histórica, econômica, social e cultural. A partir disso, salienta-se a necessidade de criar um nova visão que realmente represente o fenômeno da favela, para que através do seu conhecimento genuíno sejam feitas políticas públicas adequadas à sua realidade.⁶

Esta perspectiva se torna extremamente relevante tendo em conta que muitas das intervenções arquitetônicas e urbanísticas voltadas aos espaços ditos informais se baseavam nesta visão redutora e estereotipada, levando a projetos que apenas atuavam considerando as suas faltas e ignoravam suas potencialidades. Em conseqüência, foram realizadas obras que apesar de solucionarem alguns problemas quanto a infraestrutura e condições de habitabilidade, eram extremamente opressoras e agressivas no quesito social por esquecerem da complexa estrutura interna que determina o funcionamento de grande parte das comunidades.

Tendo isso em consideração, esta dissertação procura ampliar o conceito de favela de forma a obter uma visão alternativa àquelas que as reduzem a ideias pejorativas.⁷ Em contrapartida, procura-se investigar justamente este outro lado “esquecido”, onde se encontram diversos aspectos importantes para sua estruturação. Acredita-se que a partir do momento que se pense estes ambientes através da sua complexidade e potencialidade, se poderá realizar projetos que atuem

3. Alana Gandra, “Moradores do asfalto têm visão preconceituosa de favelas, mostra pesquisa,” *Agência Brasil*, 16 de fevereiro, 2015, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-02/moradores-do-asfalto-tem-visao-preconceituosa-em-relacao-favelas>.

4. Organização dedicada à produção de conhecimento e proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. <http://of.org.br/>.

5. Jailson de Souza e Silva (org.), *O que é favela, afinal?* (Rio de Janeiro: Observatório das Favelas, 2009), 10.

6. Souza e Silva, *O que é favela, afinal?*, 11.

7. Instituto Data Popular, “Fórum Nova Favela Brasileira”, Apresentação de slide no 2º Fórum da Nova Favela Brasileira, Instituto Tomie Othake, São Paulo, 3 de março, 2015. https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AM/Anexos/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_2%C2%BA%20Forum%20Favela_Consolidado.pdf. De acordo com essa pesquisa, 64% dos moradores sentem que as imagens sobre as favelas nos noticiários fortalecem o preconceito.

adequadamente de acordo com a realidade local. Assim, o objetivo desta investigação é precisamente propiciar projetos acertados, através da introdução de algumas estratégias gerais de atuação que seriam mais apropriadas à realidade das comunidades, em conjunto com considerações importantes a se ter em mente no momento de projetar e intervir nestes espaços.

O corpo principal desta dissertação está composto de três capítulos. Os dois primeiros, as Favelas e as Intervenções, consistem na análise dos dois principais objetos de estudo, os quais seguem esta ordem porque antes de estudar as intervenções, é necessário primeiramente conhecer o espaço que se intervém. Já o terceiro capítulo, Paraisópolis, aborda o caso de estudo escolhido em São Paulo para transpassar todo o conhecimento adquirido para uma realidade concreta.

No capítulo as Favelas é feita uma análise profunda dos assentamentos informais, com intuito de conhecê-las mais profundamente, ou ao menos compreender sua complexidade. Primeiramente, faz-se uma abordagem histórica, na qual se aponta fatores que levaram emergência destes espaços em âmbito global, nacional, estadual e municipal. Posteriormente, analisa-se aspectos mais concretos dos espaços ditos informais, abordando características para além dos estereótipos difundidos, de forma a familiarizar-se com a realidade estudada.

No segundo capítulo já são abordadas as Intervenções. Na primeira secção, se faz uma breve reflexão sobre o intervir nestes ambientes, abordando novas formas de pensar a disciplina, a prática e a profissão da arquitetura. Depois, realiza-se um levantamento histórico das ações nos assentamentos informais, analisando até o método de intervenção preponderante na atualidade: *slum-upgrading*. Esta análise é feita primeiramente em âmbito global, abordando ao final da secção Medellín, um caso de reurbanização recente considerado de sucesso. Posteriormente se passa para um estudo mais concreto destas ações no contexto brasileiro e paulista.

No capítulo seguinte analisa-se o caso de estudo escolhido, Paraisópolis na cidade de São Paulo, para transpassar para uma realidade concreta o conhecimento adquirido pelos primeiros capítulos. Primeiramente se estuda o assentamento em si, abordando sua origem e seus aspectos físicos e sociais, para depois tratar a sua urbanização, na qual se investiga todo o processo de obras, alguns projetos específicos e a percepção dos moradores sobre as intervenções. Assim, procura-se perceber antes a comunidade em si e depois as ações realizadas, para no final verificar se as obras foram ou não adequadas à realidade pré-existente.

Após estes três capítulos que fazem parte do corpo principal desta investigação, no último se conclui com estratégias de intervenção e considerações relevantes para projetar o espaço informal. As estratégias, baseando-se no estudo de Paraisópolis, consistem em linhas gerais de ação que poderiam ser mais adequadas à realidade estudada. Já nas considerações se faz levantamento de

pontos importantes na hora de intervir nestes espaços. Acredita-se que com estas propostas, seria possível propiciar a realização de intervenções sucedidas nos bairros ditos informais.

A realização deste trabalho a princípio seria baseada em dados recolhidos de fontes secundárias, acompanhados de visitas de campo no caso escolhido. Entretanto, com a situação da pandemia a aproximação física à realidade de Paraisópolis foi impossibilitada. Assim, recorreu-se a alternativas digitais que permitiriam conhecer a comunidade à distância, como entrevistas e questionários realizados on-line. Inevitavelmente grande parte desta dissertação foi respaldada em recolha bibliográfica abordando *slum-upgrading*, assentamentos informais ou o caso de estudo escolhido, procurando compensar a falta de dados recolhidos em campo.

Vale ressaltar que ao longo da dissertação quando se refere a assentamentos informais, *slum*, favelas, entre outras denominações, trata-se de vocábulos usados genericamente para referir-se a distintas situações de inadequação habitacional e/ou irregularidade fundiária. Contudo, estes termos englobam inúmeras situações de informalidade, como loteamentos irregulares, loteamentos clandestinos, cortiços etc., os quais terão suas diferenças clarificadas ao longo da tese. Da mesma forma, conceitos como *slum upgrading* e Urbanização de Favelas, não necessariamente dizem respeito a ações voltadas especificamente a estes espaços, englobando uma ampla diversidade de intervenções que são aplicadas nos mais variados contextos de “informalidade.”

No final, todo o trabalho consistiu em um aprendizado constante que abriu meus olhos a diversos aspectos que ao longo do meu percurso acadêmico não tive contato, ampliando o que até então acreditava ser pensar e fazer arquitetura. Esta dissertação foi sem dúvidas a manifestação de uma vontade pessoal de mesmo longe de meu país e meu povo, colaborar de alguma forma para sair da inércia existente quanto ao abismo social e urbano da sociedade brasileira. Apesar da situação da pandemia ter consistido num contratempo que afetou consideravelmente o desenvolver da pesquisa, acredita-se que se tenha conseguido alcançar o objetivo principal da tese: introduzir um novo olhar, mais humano, para a forma como se tem realizado e pensado a Urbanização em Favelas.

1. As Favelas

Para um entendimento melhor do que consistem os assentamentos informais, ou no caso do Brasil, as favelas, este primeiro capítulo está voltado exclusivamente para a análise deste fenômeno. Trata-se de uma tentativa de conhecer algumas de suas características, de forma a possuir uma base sólida para o momento no qual se dissertará sobre o intervir nestes espaços. Para tal, dividiu-se este capítulo em duas secções, uma na qual se analisa a origem dos assentamentos informais e outra voltada para análise de alguns de seus aspectos caracterizadores.

Na primeira secção, a Emergência da Favela, procura-se compreender como aconteceu o processo de formação destes espaços. Esta análise é feita da grande à pequena escala, através de três subsecções diferentes. Primeiramente é abordado o surgimento dos assentamentos informais em âmbito global, passando ao caso do Brasil, e por fim à cidade de São Paulo. Para tal, se recorreu a fontes secundárias voltadas para cada uma destas abordagens, o que permitiu assimilar as semelhanças e discernir as diferenças de cada escala.

Já na segunda secção procura-se conhecer os assentamentos informais para além da visão redutora recorrentemente reproduzida, analisando sua Estrutura Urbana e Social. Para tal, dividiu-se esta secção em quatro subsecções, as quais representam quatro características importantes para sua compreensão: Forma Urbana, Desenvolvimento Incremental e Autoconstrução, a Habitação, e a Vida Urbana. Neste contexto, foram consultados autores que consideram a morfologia e formas de vida das favelas como dignas, conseguindo percebê-las a partir de uma visão mais humana e menos quantitativa.

A partir destas secções, acredita-se que se terá um embasamento bastante sólido sobre os assentamentos informais que compreende tanto o motivo pelo qual eles existem, quanto as características inerentes a eles. Somente conhecendo estes pontos levantados se poderá fazer uma análise crítica das intervenções no capítulo seguinte. Outro objetivo deste capítulo é apresentar o fenômeno da favela através de um outro olhar, difundindo esta visão alternativa que procura conhecer verdadeiramente estes ambientes, livre de preconceitos.

1.1. A Emergência da Favela

Para investigar a complexidade dos assentamentos informais e compreender como intervir é necessário perceber primeiramente como se deu a emergência desta espacialidade. É recorrente que as ações nas favelas atuem a partir do pressuposto de que estes bairros resumem-se em problemas urbanos que poderiam ser “resolvidos” através de intervenções urbanas. Contudo, na realidade, estes ambientes consistem em uma paisagem sócio-espacial decorrente de vários processos segregacionistas que negaram às suas populações o direito de habitar legalmente a cidade, estando muito além de uma questão urbana e arquitetônica. Desta forma, compreender a origem das favelas implica em analisar a maneira como se deu e se dá a exclusão destes habitantes, com o intuito de romper com este ciclo excludente.

Esta análise foi dividida em três escalas diferentes, porque a forma como a informalidade se manifesta varia consideravelmente de acordo com o contexto. Assim, primeiramente é feita abordagem mais ampla apontando aspectos gerais que colaboraram para o desenvolvimento de assentamentos informais em todo o globo. Logo, é feita uma análise histórica da emergência da favela no contexto brasileiro, aprofundando no caso do Rio de Janeiro, local onde “nasceu” a primeira favela. E por fim, se faz um estudo mais detalhado do contexto da cidade de São Paulo, onde caso de estudo escolhido se encontra. Trata-se sempre do mesmo ciclo segregacionista, analisado em diferentes níveis de detalhe, aprofundando conforme se aproxima de escala.

Imagem 1. Desigualdade social e urbana na África do Sul. (Fotografia de Johnny Miller.)

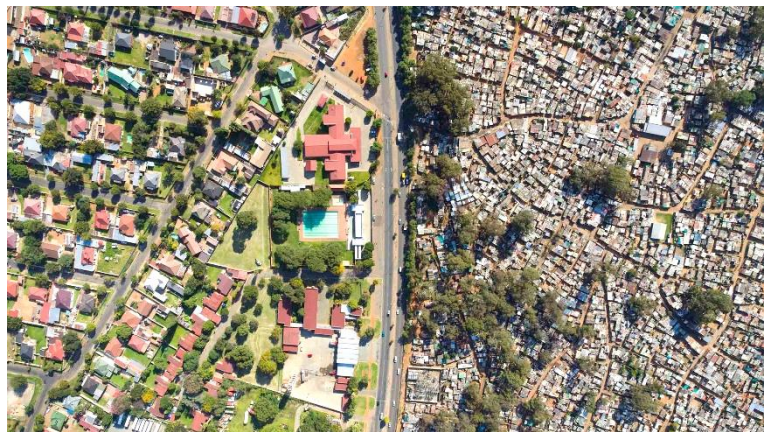


Imagem 2. Desigualdade social e urbana em Mumbai. (Fotografia de Johnny Miller.)



1.1.1. Fatores comuns mundialmente

A maioria dos assentamentos informais no mundo encontram-se em países onde a desigualdade social é um grande problema. Este paralelo não é uma mera coincidência, sendo a desigualdade de renda elencada pela UN-Habitat no Relatório Global acerca de Assentamentos Humanos de 2003 como uma das “forças que moldam os *slums*.” Tão determinante é este aspecto para a emergência da informalidade que estes espaços são colocados como a “expressão física da desigualdade em forma construída,” analogia recorrente na literatura sobre o tema.¹ A África do Sul é um bom exemplo deste paralelismo, por consistir num país que esteve sob regime de *apartheid* por mais de 50 anos e possui um dos maiores *slums* do globo, Khayelitsha em Cape Town que em 2011 possuía por volta de 400 mil habitantes. Outro exemplo é o caso da Índia, país extremamente desigual devido a sociedade de castas determinada pela religião hindu que possui Dharavi, comunidade constituída de aproximadamente 1 milhão de pessoas.²

A desigualdade está relacionada com a formação destes assentamentos através da falta de alternativas habitacionais acessíveis no espaço urbano à população mais pobre, tornando a informalidade a única solução para esta camada social desprivilegiada. Ao contrário do que recorrentemente se pensa, trata-se de uma população que não escolheu viver em situação de ilegalidade, estando neste contexto devido à dificuldade de acesso ao emprego formal. Desta forma, estes indivíduos acabam por recorrer a trabalhos informais ou precários, os quais normalmente resultam em uma renda insuficiente ou inconstante.³ Assim, logo à partida, estas populações já estão limitadas ao acesso formal à moradia. Nas poucas ocasiões quando há uma alternativa habitacional acessível, na grande maioria das vezes, esta se encontra nas periferias urbanas, longe do acesso a serviços, infraestruturas e trabalho. Como este tipo de comodidade costuma ser prioridade para estas famílias, a moradia informal se torna uma opção viável, já que muitos assentamentos se encontram mais próximos dos centros urbanos.

Pode-se afirmar que este ciclo excludente leva a criação de cidades segregadas, as quais costumam ser reflexo de diversos anos de políticas segregacionistas que negaram direitos à população mais pobre. Neste contexto, a colonização europeia foi um processo histórico que contribuiu vigorosamente para a criação destas estruturas urbanas desiguais, pois “produziram

1. UN-Habitat, *The Challenge of Slums* (London: Earthscan, 2003), 17. [Tradução livre pela autora.]

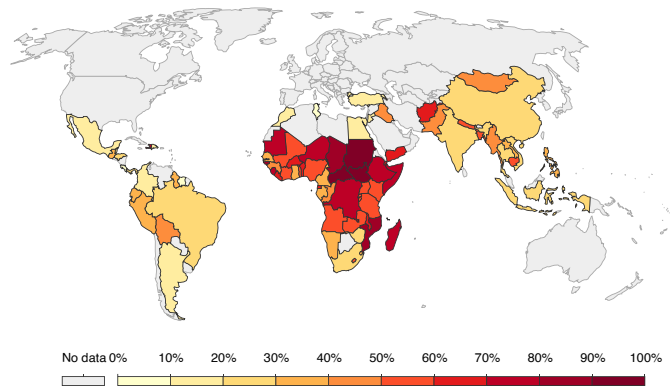
2. Habitat for Humanity, “The World's Largest Slums: Dharavi, Kibera, Khayelitsha & Neza,” *Habitat for Humanity – Great Britain* (blog), acessado em 25 maio, 2020. <https://www.habitatforhumanity.org.uk/blog/2017/12/the-worlds-largest-slums-dharavi-kibera-khayelitsha-neza/>.

3. Aliança das Cidades, *Urbanização de Favelas em Foco: Experiência de Seis Cidades* (São Paulo: The Cities Alliance, 2008), 50; Adauto Lúcio Cardoso, “Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas,” *Cadernos Metrópole* 17 (1º semestre 2007): 222.

Share of urban population living in slums, 2014

A slum household is defined as a group of individuals living under the same roof lacking one or more of the following conditions: access to improved water, access to improved sanitation, sufficient living area, and durability of housing.

Our World
in Data



Source: UN HABITAT

OurWorldInData.org/urbanization · CC BY

Imagem 3. Parcela de população urbana vivendo em favelas em 2014. Percebe-se que os países que ganham mais destaques são aqueles de formação mais recente. (UN-Habitat.)

Imagem 4. Ilustração de habitações operárias em Londres no século XIX. (Ilustração de Gustave Dorè.)

ambientes urbanos, sociais e econômicos propícios a favelização das cidades.”⁴ Isto se deu através da instalação de um forte sistema de segregação social que negou o direito à cidade às populações nativas, a partir do momento que se recusaram de oferecer infraestrutura básica em seus bairros. Mesmo depois da independência, este padrão segregacionista continuou a ser reproduzido pelas elites locais, através da ocupação das zonas mais bem equipadas pela população rica e da imobilidade naqueles espaços desprovidos de serviços. Este processo prolongou-se ao longo dos anos, resultando na atual desigualdade social e urbana.⁵ É por esta razão que o hemisfério sul é onde se concentra grande parte dos assentamentos informais no mundo, podendo dar destaque especial a África, continente constituído por países que obtiveram sua independência recentemente.

Contudo, não foi no período colonial quando se deu a origem dos assentamentos informais. A colonização foi apenas um processo que potencializou a formação deste tipo de aglomeração nos países colonizados, não sendo o originador desta forma de ocupação.

Historicamente, o processo de informalização habitacional iniciou-se após a Revolução Industrial, quando as cidades se tornaram um grande concentrador de riquezas, adaptando-se ao sistema capitalista. A mecanização do meio rural em conjunto com a industrialização das cidades, tornou o espaço urbano extremamente atrativo. Conseqüentemente, houve uma intensa migração de trabalhadores do campo para as cidades, em busca de oportunidades. Contudo, devido à falta de provisão habitacional para a população recém-chegada, estas famílias tiveram de se alojar em bairros operários ou em cortiços,⁶ opções habitacionais conhecidas pela falta de infraestrutura adequada, sobrelotação e insalubridade.⁷

O primeiro aparecimento de um *slum* deu-se na década de 1820 em Londres, cidade que foi berço da Primeira Revolução Industrial.⁸ Inclusive o termo *slum* surgiu neste contexto para referir-se as habitações proletárias de má qualidade e péssimas condições higiênicas. Contudo, não se trata de um processo exclusivo do século XIX. Ao longo do século XX muitas cidades dos países em desenvolvimento sofreram um crescimento parecido, porém no contexto do neoliberalismo.⁹

4. Luis Kehl, *Breve História das Favelas* (São Paulo: Claridade, 2010), 25.

5. Kehl, *Breve História das Favelas*, 25.

6. Cortiços são habitações coletivas de aluguel decorrentes da subdivisão de edifícios em pequenos cômodos. Normalmente estão mal construídos ou em situações de degradação. Neste caso, a informalidade reside no índice de ocupação excessivo, falta de infraestrutura adequada e na relação entre inquilino e locatário. Cities Alliance, *Integrando os Pobres: Urbanização e regularização Fundiária na Cidade de São Paulo* (São Paulo: Cities Alliance, 2004), 12.

7. Kehl, *Breve História das Favelas*, 21; *Encyclopædia Britannica*, s.v. “Slum,” 19 de setembro, 2012, <https://www.britannica.com/topic/slum>.

8. UN-Habitat, *The Challenge of Slums*, 9.

9. Habitat for Humanity, “Urbanisation and the Rise of Slum Housing,” *Habitat for Humanity – Great Britain* (blog), acessado em 25 maio, 2020. <https://www.habitatforhumanity.org.uk/blog/2018/09/urbanisation-slum-housing/>;

Imagem 5. Sobreposição da Avenida da Ópera antes de depois das transformações de Haussmann.

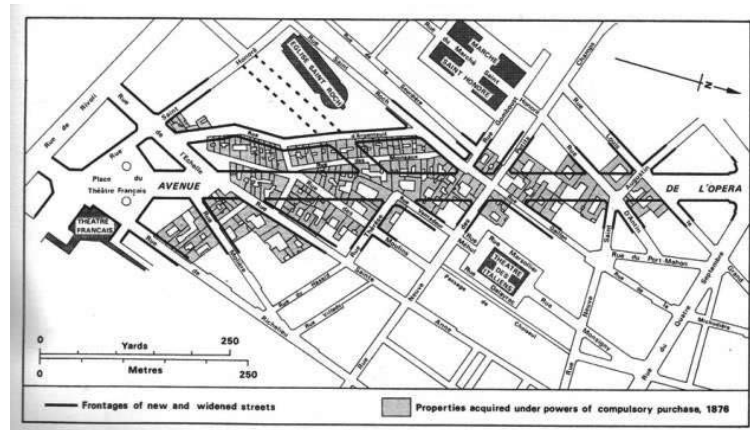


Imagem 6. Plano da Paris de Haussmann. Em Amarelo os novos boulevards e ruas. (HALIC, Ryerson and Burnham Archives, The Art Institute of Chicago.)

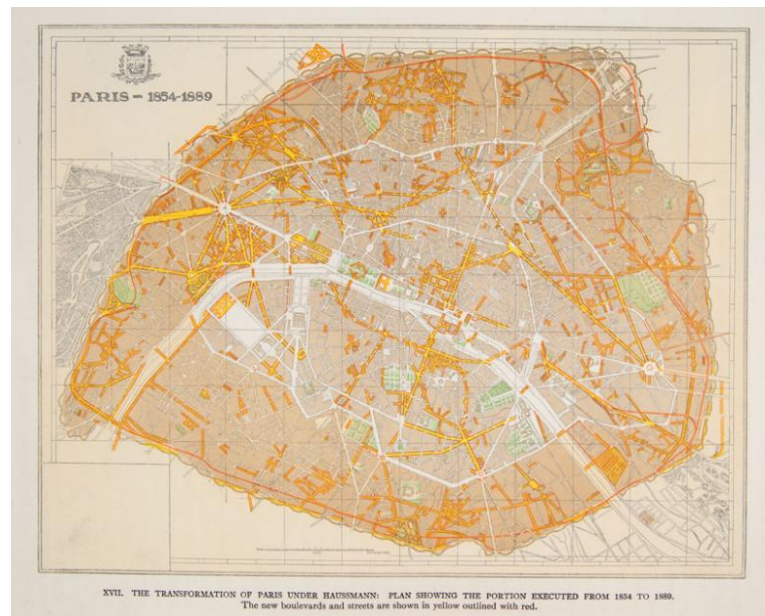


Imagem 7. Boulevard Malesherbes em Paris após Hausmann., 1877. (Fotografia de Charles Maarville, Coleção da State Library of Victoria.)



Outro fator que colaborou para a expansão da informalidade foi a modernização das cidades. Este processo, dependendo do contexto, se deu em distintas formas e períodos. Em geral, consistiu em uma concepção higienista do espaço urbano que considerava a malha medieval e os bairros proletários como ambientes impróprios que deveriam ser reformados. Assim, com a introdução do conceito de rua-quadra-lote no pós-Revolução Industrial, nasce uma outra forma de desenhar as cidades a partir de um sistema regrado e racional baseado no planejamento, o qual proporcionaria a máxima “eficiência urbanística.” Neste contexto, a população moradora destes ambientes “caóticos” foi expulsa e obrigada a encontrar outras alternativas habitacionais, as quais em sua grande maioria consistiam em assentamentos informais.¹⁰

Um exemplo clássico deste processo foi a reforma urbana de Paris ocorrida entre 1853 e 1870, realizada pelo prefeito Georges-Eugène Haussmann. Esta, consistiu na modernização da cidade através da demolição da antiga malha medieval para a abertura de grandes *boulevards*. Nos países em desenvolvimento, devido à industrialização mais tardia, a “Hausmanização” das cidades aconteceu no final do século XIX e princípio do século XX. Esta onda de reformas, ao longo das décadas seguintes, se deu de forma ainda mais intensa devido à visão racionalista e funcionalista propagada pelo movimento moderno.¹¹ Neste contexto, viu-se um crescimento abrupto dos assentamentos informais, principalmente os periféricos, considerando que as alternativas habitacionais mais centrais foram removidas.¹²

Portanto, o surgimento dos assentamentos informais se dá quando “um grupo humano não consegue lugar dentro do modelo socioeconômico dominante,” devido a diversos fatores segregadores que lhe foram impostos. Assim, essa população se vê obrigada a “criar sua própria ‘cidade’, amoldando-a à sua forma de existir e sobreviver,” gerando um modelo urbano e social diferente daquele da cidade dita formal.¹³ Trata-se de um processo de “Contradições Urbanas,” pois diante de um sistema extremamente regulador, surgem espaços onde a ausência de regra é a norma.¹⁴ Pode-se dizer que a origem destes espaços reside na necessidade desta população habitar a cidade “custe o que custar,” pois, mesmo diante dos obstáculos colocados pelo sistema, eles continuam sobrevivendo e expandindo-se.

10. Kehl, *Breve História das Favelas*, 11-12.

11. Vinit Mukhija, “Upgrading Housing Settlements in Developing Countries,” *Cities* 18, nº 4 (2001): 214, citado em Fabio Pereira dos Santos, “A dimensão física em urbanização de favelas: desafios no tratamento da precariedade do ambiente construído e da moradia,” in *III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – UrbFavelas*, (Salvador, 21-23 de novembro, 2018), 2; Mike Davis, “Haussmann in the Tropics,” in *Planet of Slums* (New York: Verso, 2006), 95-120.

12. Santos, “A dimensão física em urbanização de favelas,” 2.

13. Kehl, *Breve História das Favelas*, 86.

14. Susana Pasternak, “São Paulo e Suas Favelas,” *Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, nº 19 (junho 2006): 179.

Imagem 8. Cortiço no Rio de Janeiro (Fotografia de Augusto Malta, Arquivo Geral da Cidade Do Rio de Janeiro.)



1.1.2. A Origem das Favelas brasileiras, o caso do Rio de Janeiro

A origem das favelas no Brasil, por tratar-se de um país de escala continental, varia consideravelmente de acordo com a cidade. Em geral, o processo de favelização esteve intimamente relacionado com os aspectos apontados na secção anterior: a colonização, a industrialização e a renovação urbana. Pode-se afirmar, portanto, a existência de um “padrão” brasileiro de desenvolvimento urbano (com ligeiras variações locais). Através de uma contextualização histórica com um aprofundamento específico no caso do Rio de Janeiro, cidade onde se deu o “nascimento” da primeira favela, nesta secção se pretende compreender como cada um destes aspectos já apontados se deram no Brasil, levando à formação das favelas.

Assim como aconteceu em outros países na América Latina no período colonial, o Brasil esteve sob um regime extremamente segregacionista no qual os povos nativos indígenas e os escravos vindos da África não possuíam qualquer direito à cidadania ou, quando possuíam, eram sempre cidadanias extremamente limitadas. Mesmo após a independência em 1822, este sistema social desigual não sofreu alguma alteração efetiva, já que o processo de emancipação brasileiro foi motivado pelo interesse das elites locais e exercido pelo próprio D. Pedro I (D. Pedro IV de Portugal).¹⁵ Foi apenas no final do século XIX e início do XX que houve alguma mudança nesta estrutura social, motivada principalmente pela abolição da escravatura, oficializada pela Lei Áurea em 1888, e o início lento da industrialização. A consequência mais evidente deste momento de ruptura foi a grande expansão das cidades brasileiras que se deu ao longo da Primeira República (1889-1930). Este processo ocorreu principalmente devido a chegada da população negra recém-liberta que, ao ser expulsa das casas senhoriais, foram para os centros urbanos em busca de alternativas habitacionais.¹⁶ Acelerando ainda mais esta expansão, também houve um intenso fluxo de imigrantes estrangeiros que vinham ao Brasil para trabalhar na lavoura, principalmente de café.¹⁷

Como consequência, neste período houve uma grande valorização do mercado imobiliário diante da necessidade de provisão habitacional rápida e barata para a classe trabalhadora. Viu-se então o surgimento de inúmeras casas de aluguel (cortiços) providos pela iniciativa privada que, assim como já apontado, em sua grande maioria possuíam péssimas condições de infraestrutura

15. Beatriz M. Brusantin, Bruno H. B. Lopes e Camilla F. Nunes, “O mito nacionalista da Independência do Brasil,” *História Ilustrada*, acessado em 28 de maio, 2020, <https://www.historiaillustrada.com.br/2015/09/o-mito-da-independencia-do-brasil.html>.

16. Katerina Kliwadenko e Mario Novas, “CIUDAD vs. FAVELAS | Una conversación con la Asociación de Favelas de Rio de Janeiro,” 24 agosto, 2016, Vimeo vídeo, 18:10. <https://vimeo.com/180583391>. Por este motivo, grande parte da população que moradora em favelas na atualidade, são pessoas afrodescendentes, assinalando a repercussão desta segregação racial ao longo da história do Brasil.

17. Nabil Georges Bonduki, “Origens da habitação social no Brasil,” *Análise Social* XXIX, nº 127 (3º 1994): 712.

Imagem 9. Favela do Morro da Providência, Primeira favela no Rio de Janeiro e no Brasil (Fotografia de Augusto Malta. Acervo Geral da Cidade Do Rio de Janeiro.)



e higiene.¹⁸ Simultaneamente também surgiram os primeiros aglomerados urbanos que poderiam ser considerados “formas embrionárias de favelas.” Contudo, não possuíam densidade e tamanho suficiente para serem considerados como os primeiros assentamentos informais.¹⁹

Como consequência deste adensamento de pessoas em arquiteturas com poucas condições, no final do século XIX os cortiços já eram vistos como “focos de contaminação” dos centros urbanos e portanto, era requisitada sua erradicação. Enquanto a produção habitacional se limitava à iniciativa privada, o governo se dedicava principalmente à “repressão às situações mais graves de insalubridade.”²⁰ Para tal, surgiram várias ações municipais em todo o país que, através da legislação e fiscalização, buscavam impedir o surgimento de novos cortiços e encerrar os já existentes.²¹

Foi neste contexto que se deu a origem da primeira favela brasileira na cidade do Rio de Janeiro, a qual é explicada através de duas versões. A mais difundida, é que com o fim da Guerra de Canudos em 1897, os soldados retornados receberam permissão para instalarem-se próximo ao Ministério da Guerra na base do Morro da Providência, enquanto esperavam seus soldos atrasados.²² Diante da demora, este acampamento provisório tornou-se um aglomerado de pequenos barracos precários. Entretanto, de acordo com Lilian Fessler Vaz, a ocupação desta zona é, na realidade, consequência direta da demolição do maior cortiço da cidade na época, o “Cabeça-de-Porco,” que obrigou a população que ali vivia a se estabelecer no morro diante da falta de alternativas habitacionais. Logo, quando os soldados chegaram ao Rio de Janeiro e se instalaram na área, de acordo com a autora, já existiam barracos no Morro da Providência.²³

O processo de informalização habitacional acentuou-se no início do século XX quando, a partir da justificativa de saneamento, principiou-se uma onda de medidas modernizadoras dos centros urbanos que colaboraram para o derrubamento de muitos outros cortiços e alguns destes novos aglomerados. No caso do Rio de Janeiro, isto se deu ao longo da administração do prefeito Pereira Passos (1902-1906), também chamado de “Hausmann Tropical,” que em sua gestão promoveu obras de saneamento e embelezamento da cidade, gerando um “bota-abaixo” do centro

18. Bonduki, “Origens da habitação social no Brasil,” 712-713. Lilian F. Vaz, “Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro,” *Análise Social* XXIX, nº 127 (3º 1994): 582-583.

19. Vaz, “Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos,” 590.

20. Bonduki, “Origens da habitação social no Brasil,” 712.

21. Vaz, “Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos,” 585.

22. Licia P. Valladares, *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005), 26; Vaz, “Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos,” 591. Oficialmente o termo “favela” é referente à um arbusto comum nos morros da região de Canudos. A princípio era utilizado, especificamente, para aludir-se a este assentamento dos soldados desmobilizados, porém a partir de 1920, tornou-se uma expressão usada generalizadamente no Brasil para assentamentos informais.

23. Vaz, “Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos,” 591.

Imagem 10. Caricatura de ações higienistas promovidas na gestão de Pereira Passos.

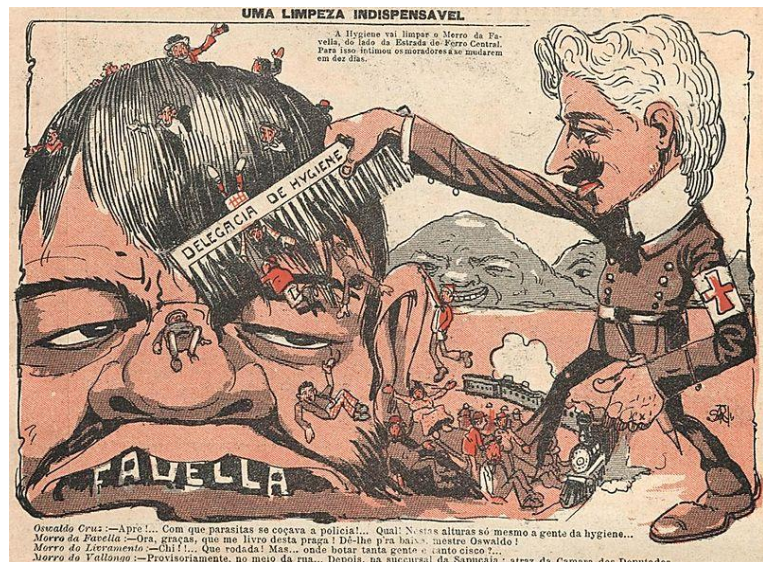


Imagem 11. Avenida Central (atual Rio Branco) após a inauguração em 7 de setembro de 1904, depois das obras de Pereira Passos. (Fotografia de Augusto Malta. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.)



antigo que eliminou as alternativas habitacionais populares da região.²⁴ Desta forma, a solução habitacional mais acessível para a população mais pobre era estabelecer-se nos morros, os quais apesar da dificuldade de acesso, ao menos se encontravam próximos ao centro.

Foi somente em meados do século XX que o crescimento das favelas se deu de forma mais expressiva. A partir de 1930, com a tomada de poder por Getúlio Vargas, o país começou a transitar para uma economia centrada em atividades urbano-industriais, devido a várias medidas estatais para acelerar a industrialização. De entre estas medidas, a Lei do Inquilinato (1942) foi a que teve maior repercussão pois promoveu o congelamento de aluguéis e regulamentou as relações entre proprietário e inquilinos, o que acarretou numa retração do mercado de aluguel e canalizou os investimentos privados para a indústria.²⁵ Assim, os anos 40 foram marcados por uma grave crise habitacional, decorrente do intenso fluxo migratório da população rural para as cidades devido à industrialização, em conjunto com a drástica redução do mercado imobiliário, o que ocasionou muitos despejos e um aumento excessivo do valor do aluguel.²⁶ Logo, as últimas alternativas habitacionais de arrendamento se tornaram inacessíveis e extremamente escassas, obrigando este contingente populacional a buscar outras opções.

Além deste descompasso entre provisão habitacional e aumento populacional, ao longo destas décadas intensificou-se a onda de projetos municipais para a reforma urbana. Desta vez, estes planos seguiam fortemente os princípios do movimento moderno, propondo a abertura de novas vias, funcionalização do espaço urbano e o planejamento da futura expansão das cidades. Para tal, novamente foram promovidas inúmeras demolições e despejos, realocando a população mais pobre dos centros urbanos para bairros operários “salubres” mais afastados.²⁷

No caso do Rio de Janeiro, este processo de modernização ocorreu através do Plano Agache, na década de 1930, que pretendia planejar a extensão, renovação e embelezamento da cidade.²⁸ Dentro deste grande pacote de intervenções, encontravam-se planos voltados ao transporte de massas, ao abastecimento de águas, à habitação operária e ao crescimento das favelas.²⁹ Estas

24. Vaz, “Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos,” 586.

25. Bonduki, 716-717. De acordo com o autor, Vargas produziu muitas intervenções no campo trabalhista numa tentativa de legitimar o seu poder através do apoio popular, já que entrou no governo através de um golpe de Estado.

26. Bonduki, 722. Vale apontar que na Era Vargas iniciou-se o primeiro período de produção Estatal habitacional popular em busca de solucionar a questão habitacional, contudo, por diversos fatores, acabou por não atender a demanda necessária. Sobre este assunto, se dissertará mais profundamente no capítulo referente às urbanizações.

27. Fania Fridman, “Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras,” *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* 15, nº 2 (Novembro 2013): 215, <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n2p213>.

28. Valladares, *A invenção da favela*, 45.

29. “Planos Urbanos do Rio de Janeiro: Plano Agache,” Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, acessado em 01 de junho, 2020, <http://planourbano.rio.rj.gov.br/>.

Imagem 12. Zoneamento da Planta de Remodelação do Plano Agache. Em amarelo bairro Comercial; em vermelho bairro dos Negócios; Em azul zona industrial (onde se encontravam habitações operárias); Em roxo e rosa zona residencial; Em verde zona rural ou espaços livres.

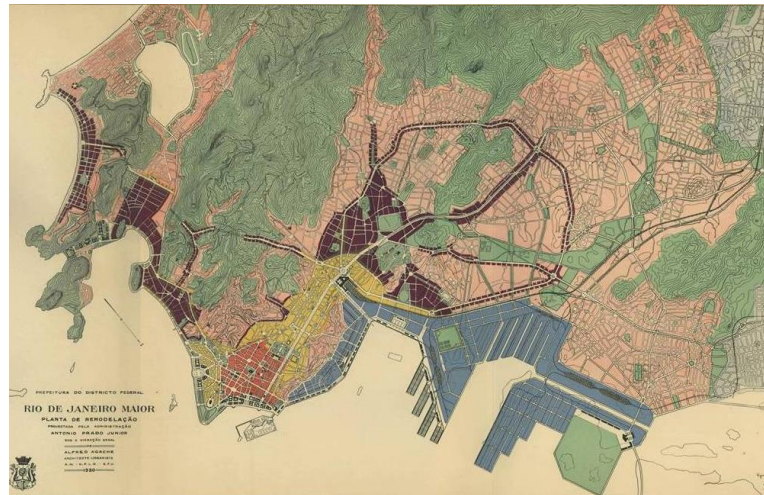
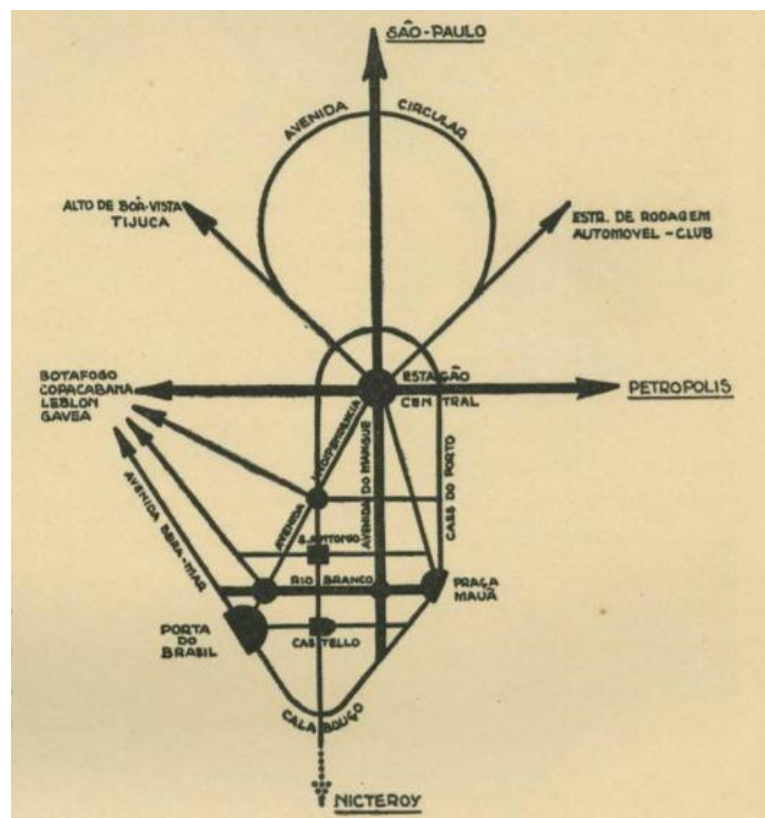


Imagem 13. Esquema de “conexão entre os cinco dedos” do Plano Agache.



últimas duas estavam intimamente ligadas entre si, porque como na capital já se reconhecia a existência da favela, tentaram incluí-la nos planos, principalmente através da remoção destas habitações precárias e construção de novas moradias populares.³⁰

Desta forma, a camada populacional desprivilegiada se encontrou diante de pouquíssimas alternativas habitacionais. Aquelas proporcionadas pelo governo, encontravam-se nas periferias, longe de serviços e infraestruturas, alternativa que foi possibilitada pela abertura de novas vias e pelo novo transporte público promovidos pelos planos modernizadores. Já a outra opção permitia a permanência dentro dos limites das cidades, através do seu estabelecimento nas favelas, espaços que estavam em consolidação, que consistiam na ocupação ilegal de terrenos vazios, correndo o risco de ser despejado a qualquer momento e viver na miséria.

A partir desta passagem geral pelo crescimento urbano das cidades brasileiras, tendo o caso do Rio de Janeiro como exemplo, é possível compreender como se deu a emergência dos primeiros assentamentos informais no país. A industrialização e a modernização urbana, manifestadas numa sociedade extremamente desigual, herdada do sistema colonial, levaram a população pobre brasileira a diversas remoções ao longo da história, obrigando-as a se estabelecerem nas periferias urbanas, longe das regalias da urbanidade, ou em locais mais próximos aos centros de difícil acesso e sem qualquer infraestrutura, formando as conhecidas favelas.

30. Valladares, *A invenção da favela*, 48.

Imagem 14. Panorama do bairro industrial Brás em São Paulo, em cerca de 1925. (Fotografia de Gustavo Prugner. Coleção de João Emílio Gerodotti e Carlos Cornejo.)



Imagem 15. Pátio interior em cortiço em São Paulo, 1920-1950. (Fotografia de Sebastião de Assis Ferreira. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.)



1.1.3. O caso de São Paulo

Assim como visto quanto ao Brasil e no caso do Rio de Janeiro, o surgimento das favelas na cidade de São Paulo possuiu uma linha de desenvolvimento relativamente semelhante. Contudo, enquanto no Rio de Janeiro os assentamentos informais já estavam estabelecidos por volta de 1940, em São Paulo estes ainda estavam em processo de consolidação.³¹ Provavelmente esta diferença é devido ao fato de que o Rio de Janeiro até os anos 60 era a capital brasileira, sendo o principal centro de investimentos, industrialização e atração populacional, enquanto São Paulo apenas recebeu este tratamento a partir dos anos 30, quando se converteu no principal centro industrial do país. Desta forma, o ciclo de industrialização, renovação urbana e formação de assentamentos informais no município de São Paulo ocorreu principalmente ao longo do século XX.

Antes de tornar-se uma cidade industrial, São Paulo no período da República Velha (1889-1930) sediava a economia cafeeira brasileira e passava por um intenso crescimento urbano, devido à recente abolição da escravidão em conjunto com o grande fluxo imigratório. Vale ressaltar que neste contexto a imigração estrangeira foi massiva, considerando a alta demanda pela mão-de-obra europeia em detrimento daquela dos trabalhadores recém-libertos.³² Desta forma, a explosão demográfica foi muito acentuada, passando de 26 mil habitantes em 1872 para 580 mil em 1920.³³ Contudo, como no período não havia provisão habitacional estatal, como dito na secção anterior, houve uma forte valorização imobiliária acompanhada por uma intensa produção de habitações coletivas de aluguel pela iniciativa privada.³⁴

No momento de transição de século, São Paulo transformava-se em uma cidade “tipicamente industrial,”³⁵ na qual cortiços “conviviam desordenadamente com residências isoladas de pequenos proprietários e com os casarões dos fazendeiros ricos ou dos novos industriais.”³⁶ Tratava-se de um espaço urbano “caótico,” onde funções, classes, nacionalidades, raças e espaços, estavam mesclados. Apesar da proximidade física, não consistia em um espaço mesclado socialmente, isto é, onde as diferentes classes sociais conviviam. Enquanto as zonas populares eram

31. Kehl, *Breve História das Favelas*, 53.

32. Raquel Rolnik. “São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política,” in *As Lutas Sociais e a Cidade*, org. Lúcio Kowarick (São Paulo: Paz e Terra / UNRISD, 1988), 2. A razão por esta preferência se dava principalmente porque os proprietários não possuíam gastos extras, já que a passagem estava sendo subsidiada pelo governo. Desta forma, elegeram pelo “braço livre europeu,” porque ainda se tratava de uma sociedade extremamente segregacionista e racista, que colocava que colocava o branco como “civilizado” e o “negro” como barbárie.

33. Kehl, *Breve História das Favelas*, 53-54.

34. Bonduki, “Origens da habitação social no Brasil,” 713.

35. James Holston, *Insurgent Citizenship – Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil* (Princeton: Princeton University Press, 2008), 158. [Tradução livre pela autora.]

36. Kehl, *Breve História das Favelas*, 54.

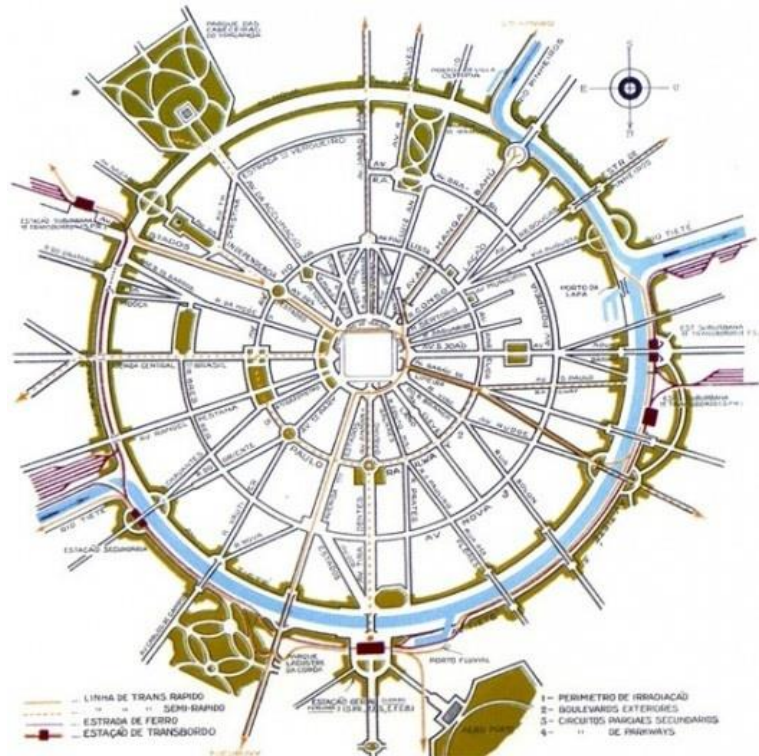


Imagem 16. Esquema Teórico do Plano das Avenidas.



Imagem 17. Versão final do Perímetro de Irradiação do Plano das Avenidas.

caracterizadas por inúmeras casas de aluguel, superlotação, localizadas próximas às ferrovias, linhas d'água e zonas fabris, os bairros ricos se encontravam na parte alta da cidade, constituídos maioritariamente por casas unifamiliares próprias.³⁷

Percebe-se, portanto, que logo no princípio do século XX, São Paulo já possuía uma forma de segregação urbana, na qual as diferentes classes possuem suas designadas áreas, contudo com aspecto mais desorganizado, no qual estas zonas faziam fronteiras umas com as outras.

Foi neste momento que se instituiu um ideal modernizador e higienizador do espaço urbano, no qual os cortiços se tornaram um problema a ser resolvido. Logo no início do século XX iniciou-se uma onda de planos de reforma urbana que em sua grande maioria consistiam em “operações-limpeza” de espaços considerados insalubres, localizados principalmente na zona central da cidade.³⁸ Essas medidas ocasionaram a erradicação de muitas estalagens, acarretando grandes deslocamentos populacionais da camada mais pobre para regiões periféricas ou para outros cortiços ainda não removidos, atuando de maneira semelhante à Pereira Passos no Rio de Janeiro.

Foi em 1938 que ocorreu a maior onda de remoções e despejos, quando o prefeito Prestes Maia colocou em ação o *Plano das Avenidas* que, tal como o Plano Agache, promoveu uma “Hausmanização” do centro de São Paulo. Neste se propunha a transformação do modelo de crescimento adensado para crescimento disperso, através da abertura de uma série de avenidas que irradiavam do centro da cidade em direção às periferias.³⁹ A partir destes novos eixos se pretendia ampliar o centro de negócios e promover a revitalização das zonas centrais que até então eram consideradas degradadas, transformando estes espaços habitados pela camada pobre em áreas que albergassem a elite populacional e suas atividades.⁴⁰

Esta grande reforma urbana valorizou consideravelmente as propriedades no centro da cidade, acarretando uma alta especulação imobiliária da área.⁴¹ Desta forma, mesmo as regiões centrais que não foram atingidas diretamente pela intervenção acabaram por valorizar, tornando a sua venda um negócio altamente lucrativo. Paralelamente, acabara de se aprovar a Lei do Inquilinato (1942) que levou a desvalorização do mercado de aluguel em prol da indústria. Consequentemente, houve uma série de despejos, tanto para demolição ou renovação dos edifícios

37. Holston, *Insurgent Citizenship*, 158; Rolnik, “São Paulo, início da industrialização,” 5. Além dos cortiços, também existiam as vilas operárias, bairros formados por casas unifamiliares em banda, localizadas dentro das zonas industriais e proporcionadas pelos próprios proprietários da fábrica. Contudo, ainda se trata de uma solução onde se busca o máximo do aproveitamento do espaço, trazendo problemas de sobrelotação e inadequação habitacional.

38. Rolnik, 4-6.

39. Holston, *Insurgent Citizenship*, 161.

40. Bonduki, “Origens da habitação social no Brasil,” 723.

41. Rolnik, “São Paulo, início da industrialização,” 6.

Imagem 18. Área Urbanizada de São Paulo de 1930/1940, período do início da expansão periférica. Em laranja área urbanizada até 1929; em vermelho, área urbanizada de 1930 a 1949; em verde parques atuais; e em azul corpos d'água. (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano / Emplasa.)

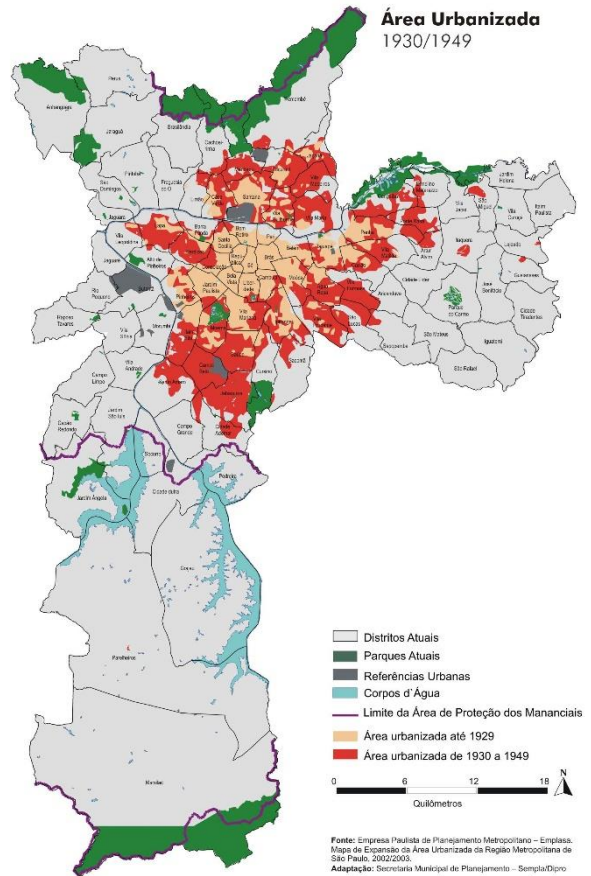
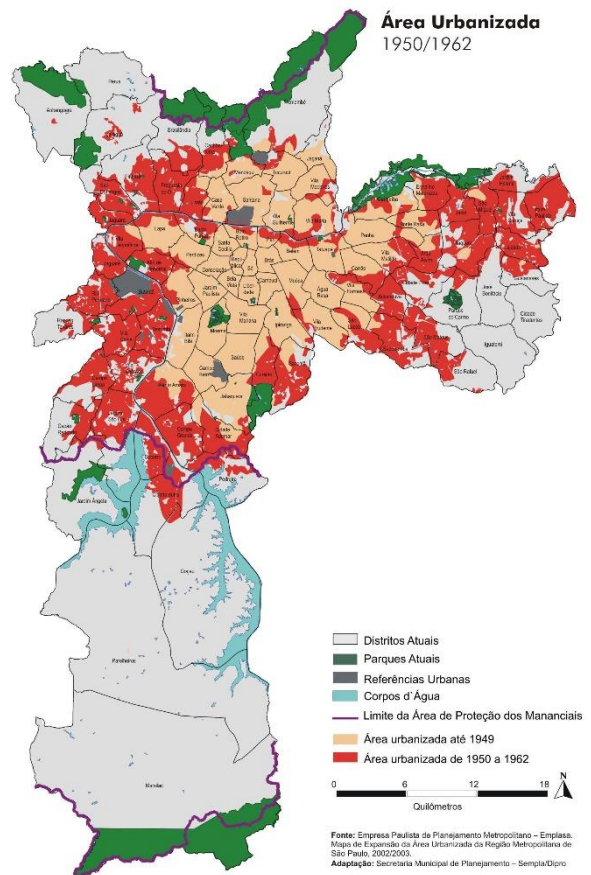


Imagem 19. Área Urbanizada de São Paulo de 1950/1962, período de maior expansão periférica. Em laranja área urbanizada até 1949; em vermelho, área urbanizada de 1950 a 1962; em verde parques atuais; e em azul corpos d'água. (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano / Emplasa.)



centrais, quanto para a sua relocação por preços mais elevados. Foi neste contexto que se deu a entrada de São Paulo na crise habitacional dos anos 40.

Seja pela erradicação dos cortiços ou através dos despejos, a população paulista pobre urbana foi obrigada a encontrar novas alternativas habitacionais economicamente acessíveis. Estas consistiam basicamente em duas: ou permanecer próximos as zonas centrais indo para as recentes favelas, onde se manteriam próximos ao trabalho, porém estariam submetidos a uma situação de miséria com constante ameaça de despejo; ou adquirirem um lote periférico e mudarem-se para os limites das cidades, longe de qualquer serviço, porém com alguma segurança de posse.⁴²

Esta última, a princípio, tornou-se uma alternativa bastante atraente, justamente pelo fato de possuir algum tipo legalidade. Consistia basicamente na aquisição de um loteamento periférico, sem qualquer infraestrutura e serviços, na qual o próprio morador com investimento de tempo, dinheiro e força de trabalho, construiria sua casa e urbanizaria o bairro.⁴³ Era alternativa vista como vantajosa também pelo poder público e elites porque acreditava que a *casa própria* promoveria uma disciplinarização desta população “marginal,” ao mesmo tempo que também enriqueceria o mercado e a produção industrial. Tão desejado era este tipo de expansão urbana que o governo promoveu um sistema de ônibus inteiramente novo que circulava pelas avenidas recém-construídas, possibilitando o transporte das pessoas que moravam nas periferias e trabalhavam nos centros.⁴⁴ Vale ressaltar que apesar de tratar-se de uma alternativa legal de aquisição de lotes, ao princípio a condição de vida nas periferias e nas favelas era muito semelhante, pois ambas eram zonas desurbanizadas. A principal diferença, consistia na segurança de posse que cada alternativa proporcionava. Porém considerando a facilidade de aquisição de terreno e a estigmatização das favelas daquele momento, entre 1940 e 1960, a moradia periférica era vista pela maioria das famílias como a melhor solução.⁴⁵

Paralelamente à multiplicação do padrão periférico, nasciam formas de informalidade neste meio que perduram até os dias de hoje, as quais se encontram dentro do que se denomina de Loteamentos Informais. A primeira delas é o Loteamento Irregular, o qual consiste em um loteamento aprovado legalmente que na prática foi implantado sem atender ao projeto inicial. A outra é o Loteamento Ilegal que implica um loteamento implantado e desenvolvido sem qualquer

42. Holston, *Insurgent Citizenship*, 164-165; Bonduki, “Origens da habitação social no Brasil,” 729.

43. Bonduki, “Origens da habitação social no Brasil,” 730. A partir de 1938, esta aquisição tornou-se ainda mais fácil, devido ao Decreto-Lei nº 58 que regulamentava a compra de terrenos a prestações, as quais tinham prazos surpreendentemente longos.

44. Holston, “São Paulo, início da industrialização,” 160-162.

45. Bonduki, “Origens da habitação social no Brasil,” 729-730.

Imagem 20. Área Urbanizada de São Paulo de 1963/1974, período do início da informalização em áreas de risco e em áreas de proteção ambiental. Em laranja área urbanizada até 1962; em vermelho, área urbanizada de 1963 a 1974; em verde parques atuais; e em azul corpos d'água. (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano / Emplasa.)

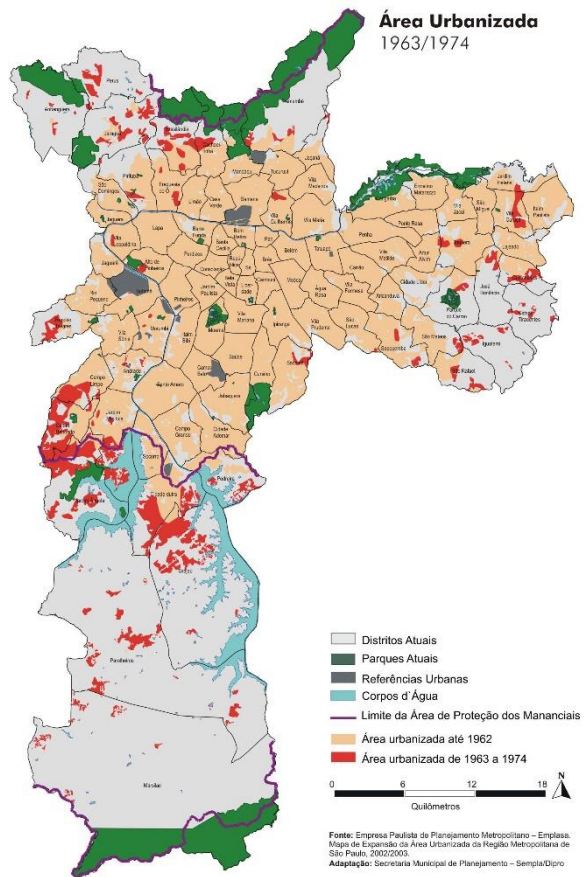
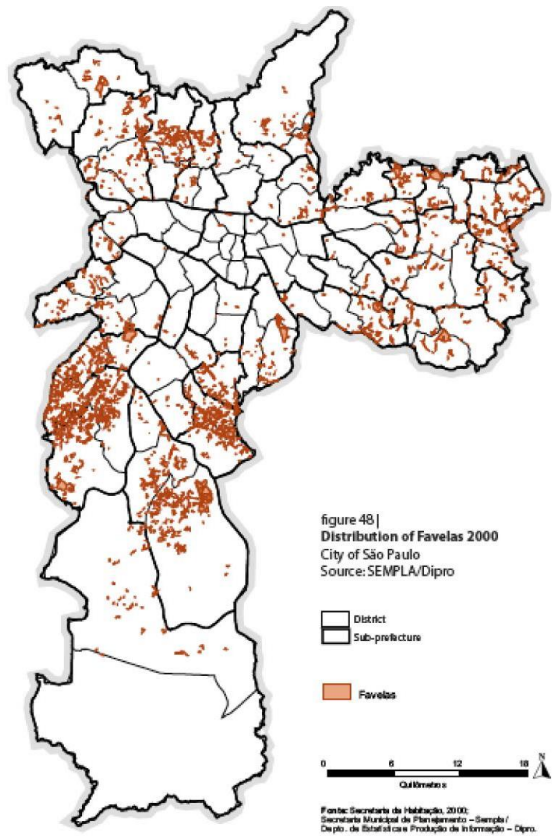


Imagem 21. Mapa das Favelas em São Paulo em 2000. (Secretaria da Habitação de São Paulo.)



projeto prévio aprovado. Trata-se de uma terra invadida e parcelada ilegalmente por um *grileiro*.⁴⁶ Ambas as soluções são alternativas que foram e são muito recorrentes na cidade de São Paulo.

Ao longo da primeira metade do século XX, os loteamentos periféricos (legais e ilegais) se tornaram a principal solução habitacional para a população operária e marginalizada, acarretando numa expansão centrífuga da cidade, onde conforme se afasta do centro menor é o valor do terreno. Foi neste período que se deu a grande onda de êxodo rural em São Paulo, o qual fortaleceu-se a partir de 1920 quando o governo parou de financiar a entrada de imigrantes. Conforme foram chegando as novas levas populacionais, estas se estabeleciam em regiões cada vez mais distantes, levando a uma constante expansão das periferias.⁴⁷

Já na segunda metade do século XX, principalmente após os anos 70, os loteamentos perderam força, aumentando exponencialmente o número de favelas. Provavelmente isto se deu devido ao fato de ser o momento de ápice do fluxo de migração interna, acelerando a informalidade habitacional. Neste contexto, as zonas vazias disponíveis se localizavam principalmente nas periferias, em zonas de risco (próximos às encostas e cursos d'água) ou, em áreas de proteção ambiental (florestas nativas ou áreas de mananciais), levando à informalização destas regiões.⁴⁸

Em conclusão, pode-se compreender que o surgimento da habitação informal em São Paulo é consequência de distintos processos de segregação social e espacial que se foram alterando com o tempo. Primeiramente, no final do século XIX e início do XX, quando a cidade possuía uma malha mais orgânica, na qual os cortiços coexistiam com as residências das elites em espaços relativamente próximos, mas com uma divisão muito clara de classes. E posteriormente, a partir da segunda metade do século XX, momento em que já existiam favelas no meio urbano, no qual o padrão segregacionista passou a se manifestar de maneira mais organizada através do planejamento e crescimento centrífugo, segregando os pobres nas periferias urbanas e os ricos próximos aos centros, realidade que vigora na cidade até os dias de hoje.

46. Cities Alliance, *Integrando os Pobres*, 12; Holston, *Insurgent Citizenship*, 164. Grileiro é um indivíduo que busca tomar posse de determinada parcela de terra por meio de documentação falsa.

47. Holston, 165.

48. Susana Pasternak, "Espaço e População nas Favelas de São Paulo," artigo apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, 4-8 novembro, 2002, 6; Kehl, *Breve História das Favelas*, 55.

1.2. Estrutura Urbana e Social das Favelas

Após verificar que os assentamentos informais consistem numa realidade urbana que nasceu da segregação social, percebe-se que não se pode caracterizá-los através de seus aspectos negativos decorrentes da falta de oportunidades e direitos que eles foram submetidos. Tendo isso em conta, esta secção surge na intenção de aprofundar na outra faceta das favelas a qual não é muito explorada e conhecida, através da análise de algumas características consideradas importantes para sua compreensão verdadeira.

A primeira subsecção consiste na análise da Forma Urbana recorrente nestes ambientes e a maneira como este tecido construído se relaciona com a vida que ele abriga. Posteriormente, se aborda o Desenvolvimento Incremental e a Autoconstrução dos assentamentos informais, os quais determinaram como este espaço cresceu e se consolidou. Já a terceira subsecção está voltada para a Habitação nestes espaços, salientando as suas distintas funções na vida dos moradores. E por fim, finaliza-se o capítulo com a Vida Urbana existente neste contexto que acaba por conectar-se com todos os aspectos anteriores.

Como se analisa aspectos bastante abrangentes que tocam em diversos pontos, muitas vezes são abordadas repetidamente as mesmas características, entretanto através de outro enfoque. Isto se dá porque todas as secções estão interconectadas, possuindo uma repercussão na outra, sendo relevante estas diversas perspectivas e intersecções para perceber que, na realidade, os assentamentos informais são organismos complexos no qual sua estrutura urbana, arquitetônica, construtiva e social estão intimamente relacionadas.

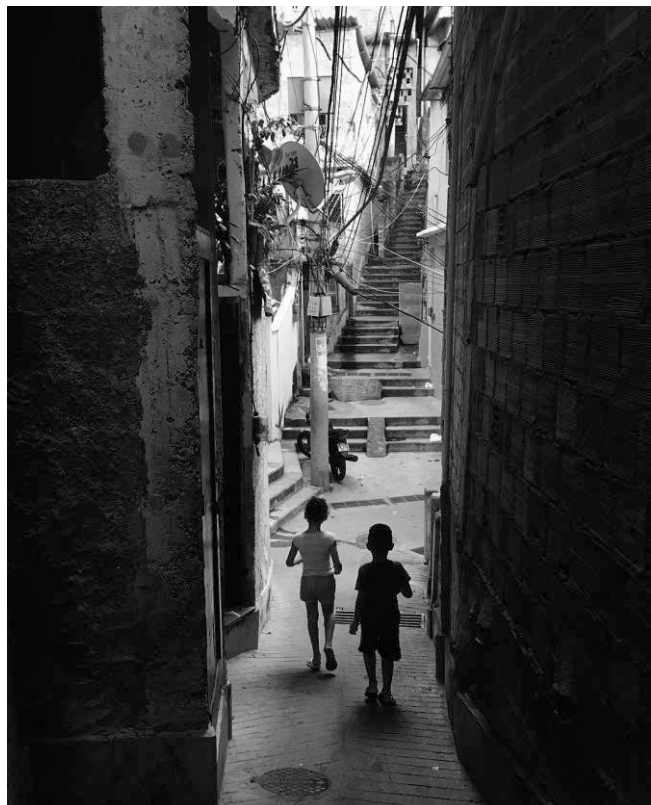
Imagem 22. Vista aérea do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro. (Fotografia de Josiane Santana. Projeto Favelagrafia.)



Imagem 23. Movimentação no Morro da Providência no Rio de Janeiro. (Fotografia de Joyce Piñeiro. Projeto Favelagrafia.)



Imagem 24. Viela no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro. (Fotografia de Josiane Santana. Projeto Favelagrafia.)



1.2.1. Forma Urbana

Seguindo traçados mais orgânicos, constituída por vielas sinuosas e sem qualquer organização evidente, a forma urbana da favela costuma transmitir uma sensação de caos. Isto se dá porque esta morfologia particular foge da linha racionalista de planejamento urbano que levou a criação das cidades como hoje conhecemos, as quais estão baseadas na tríade rua-quadra-lote.⁴⁹ O afastamento deste “ideal de cidade” que Henri Lefebvre denominava de Representação do Espaço, acaba por implicar em pré-conceitos sobre aquele ambiente e sobre a vida nele existente, levando muitos a acreditarem que se trata de uma forma urbana desorganizada, ruim e disfuncional. Contudo, a Favela neste contexto adquire o sentido do que Lefebvre denominava de Espaço Representacional, simbolizando o espaço diretamente vivido pelos habitantes,⁵⁰ sendo na realidade um ambiente extremamente dinâmico e ativo com uma vida urbana muito rica e intensa, independentemente de sua forma “caótica” e suas carências infraestruturais.

Argumentando a favor da morfologia das favelas, o arquiteto Luis Kehl afirma que este padrão urbano irregular foi herdado dos primeiros assentamentos e núcleos humanos, consistindo numa forma de ocupação ancestral. Para ele, estes agrupamentos de moradias adensados é reflexo de sua lógica interna fortemente baseada em relações familiares e de parentesco, comum em ambos contextos.⁵¹ Afirma que a favela, e conseqüentemente a sua forma urbana, consiste num modelo primitivo de organização da sociedade humana, no qual a relação entre o homem e seu ambiente consistia em uma leitura taxonômica e não produtiva da realidade.⁵² Salienta-se, portanto, a importância de retratar estes espaços não apenas pelo seu aspecto físico, mas também pelas suas estruturas sociais, pois um está relacionado com o outro.

Esta relação entre o urbano e o social, de acordo com o urbanista Jan Gehl, é muito importante para a criação de cidades mais humanas. Em seu livro *Cidade para Pessoas*, defende fortemente o “desenvolvimento urbano a partir de uma paisagem humana,” e portanto, a sequência de planejamento ideal iniciaria Vida, posteriormente Espaços e só depois Edifícios.⁵³ Por esta razão, demonstra algum fascínio por algumas cidades antigas, particularmente Veneza, justamente pelo

49. Kehl, *Breve História das Favelas*, 11.

50. Henri Lefebvre, *The Production of Space*, trad. Donald Nicholson-Smith (Oxford: Basil Blackwell, 1991), 38-39; Christian Schmid, “A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional,” trad. Marta Inez M. Marques e Marcelo Barreto, *GEIOUSP – espaço e tempo*, nº 32 (2012): 100.

51. Kehl, *Breve História das Favelas*, 86; Luis Kehl, “Uma Breve História das Favelas,” filmado em 8 de agosto de 2013 em Escola da Cidade, São Paulo, vídeo Youtube, 1:08:06, <https://www.youtube.com/watch?v=pr-bwi6V4m4&t=0s>.

52. Kehl, 8.

53. Jan Gehl, *Cidade para Pessoas*, trad. Anita Di Marco (São Paulo: Perspectiva, 2013), 198-199.



Imagem 25. Forma urbana de Veneza. (Google Earth.)

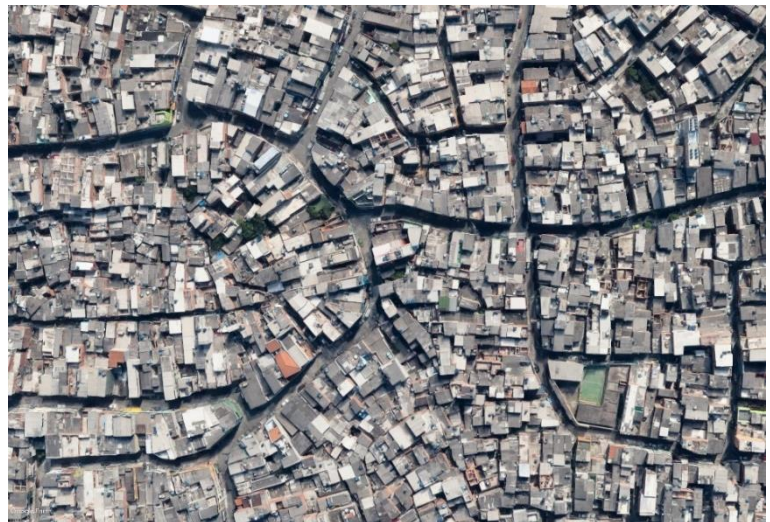


Imagem 26. Forma urbana de Heliópolis em São Paulo. (Google Earth.)

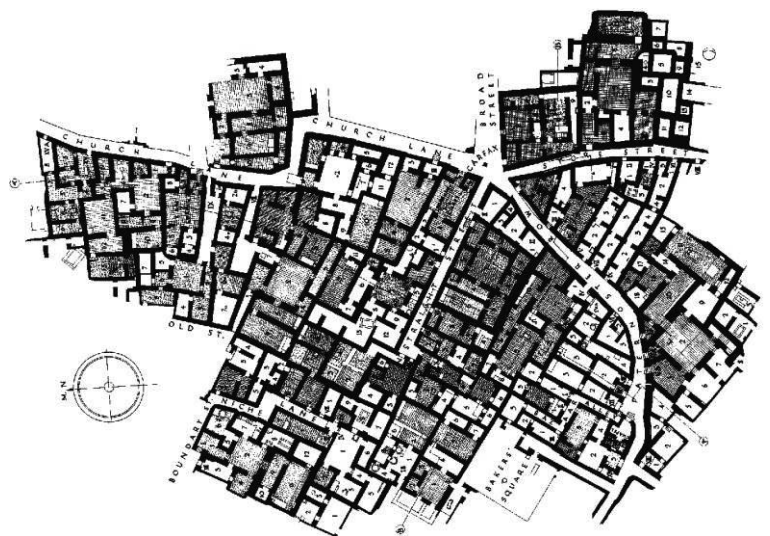


Imagem 27. Forma urbana de ocupação residencial na cidade ancestral de Ur.

facto de terem se estabelecido através desta lógica na qual os edifícios se consolidaram ao longo de caminhos, mercados e espaços públicos já existentes, o que, de acordo com ele, possibilitou a criação de cidades muito ricas quanto a vida urbana.

Esta forma de crescimento das cidades antigas também aparece no discurso de Kehl. Enfoca seu argumento em como este tipo de desenvolvimento levou a morfologias orgânicas semelhantes às existentes nas favelas. Este paralelo é feito com distintas cidades ao longo da história que possuem esta forma urbana, desde o período neolítico como Çatal Huyuk, até cidades atuais como Santorini e Veneza. Esta comparação é relevante porque salienta que o problema das favelas não é a sua forma urbana, já que existem outras cidades que hoje são mundialmente conhecidas, valorizadas e visitadas, que possuem uma morfologia similar. O que acaba por distinguir tão fortemente estes ambientes urbanos, de acordo com ele, são na verdade questões econômicas.⁵⁴

Apesar de disporem das mesmas qualidades e potenciais que esta forma urbana proporciona, as favelas não são vistas com os mesmos olhos que estas cidades, seguramente porque não possuem as mesmas condições de infraestrutura e materialidade. Entretanto, outras características apontadas por Gehl como importantes para criação de cidades mais vivas, como alta densidade, curtas distâncias a pé, mistura de usos, pisos térreos ativos e a escala humana, continuam ali presentes, sendo importante a sua valorização.⁵⁵

Para além de se enquadrarem nesta descrição de Gehl, as favelas também atendem, mesmo que não literalmente, aos quatro elementos elencados por Jane Jacobs como geradores de diversidade urbana. Elas possuem uma grande multiplicidade de usos primários, edificações de idades variadas e uma densidade considerável. O único aspecto que acaba por não cumprir são as quadras pequenas, porque não costumam possuir uma malha urbana definida. Contudo, apresentam uma rede de vielas e ruas sinuosas que interconectam as ruas principais que permitem um nível de permeabilidade muito semelhante. Portanto, a forma urbana das favelas se torna vantajosa também no quesito de diversidade, o qual de acordo com Jacobs é o princípio sustentador da vida urbana que permite a criação de ambientes “bem sucedidos.”⁵⁶

Considerando a potencialidade da forma urbana destes espaços, Mayra Madriz e Jeff Risom,⁵⁷ a partir de um trabalho na Villa 31 de Buenos Aires tiram lições de desenho a partir da

54. Kehl, “Uma Breve História das Favelas,” vídeo YouTube.

55. Gehl, *Cidade para Pessoas*, 12-13

56. Jane Jacobs, *Muerte y Vida de las Grandes Ciudades Norte-Americanas* (Madrid: Península, 1973), citado em Arno Vogel, Marco A. S. Mello e Carlos Nelson F. dos Santos, *Quando a Rua vira Casa – A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro*, coord. Carlos Nelson F. dos Santos (São Paulo: Projeto, 1985), 84.

57. Associados do ateliê de Gehl.

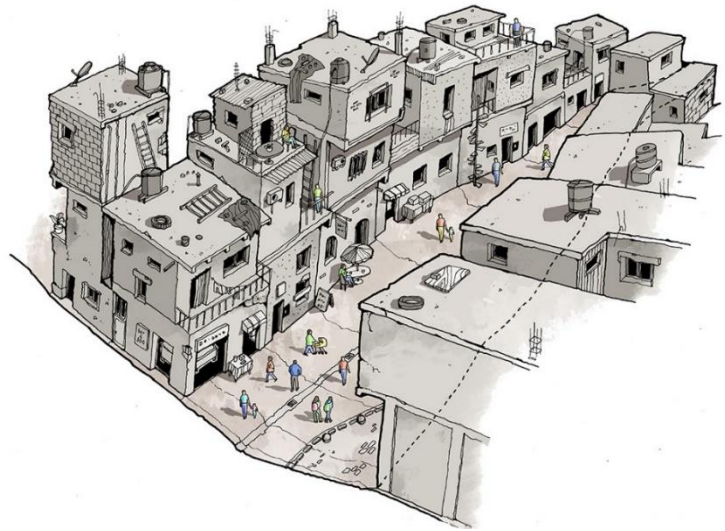


Imagem 28. Ilustração da forma urbana da Villa 31 em Buenos Aires. (Ilustração de Fernando Neyra.)



Imagem 29. Ilustração da apropriação do espaço urbano da Villa 31 em Buenos Aires. (Ilustração de Fernando Neyra.)



Imagem 30. Ilustração da apropriação do espaço urbano da Villa 31 em Buenos Aires. (Ilustração de Fernando Neyra.)

informalidade. Além de destacar essas características já abordadas, salientam também que esta morfologia permitiu a criação de uma das áreas mais ricas das cidades quanto à mobilidade sustentável e vitalidade urbana. Isto se dá porque a sinuosidade das ruas dificulta seu uso pelos automóveis, potencializando sua apropriação pelos pedestres e facilitando um forte vínculo social entre os habitantes da comunidade.⁵⁸

Tendo em vista a centralidade que a vida adquire nestes espaços, Kehl afirma que “a favela não é caos,” e sim “um ambiente regrado, arcaico, ancestral, que responde pelas formas mais básicas de relacionamento interpessoal humano.” Para ele, enquanto sistema de vida as favelas são perfeitas, sendo necessário investir esforços principalmente para a resolução da problemática de violência e falta de saneamento, uma vez que consistem em espaços que se comparados com as cidades ditas formais, podem ser considerados mais sustentáveis no quesito econômico, social e ambiental, podendo servir inclusive de modelo urbano mais humano a ser seguido.⁵⁹

Desse modo, a forma urbana da favela não deveria ser vista apenas através das suas carências, mas também por meio de suas potencialidades. Trata-se provavelmente dos poucos espaços das cidades brasileiras que nasceram a partir da Vida e estimulam uma apropriação intensa do espaço público pela população local. Este tipo de riqueza deveria ser reconhecido, de maneira a ser mantida e incentivada após intervenções urbanas. Além disso, em alguns pontos, como no quesito de vitalidade, a favela poderia ser usada como modelo, de forma a transpor lições à outras zonas, possibilitando a criação de cidades mais vivas. Percebe-se a necessidade de fazer uma mudança na forma como pensamos e vemos o meio urbano, de maneira a aproximar a Cidade Concebida da Cidade Viva, ou, usando os termos de Lefebvre, a Representação do Espaço dos Espaços de Representação, porque afinal o que faz uma cidade são as pessoas e a vida ali existente, não apenas a sua morfologia feita por edifícios e infraestrutura.

58. Maira Madriz e Jeff Risom, “Gehl: O paradoxo de planejar a informalidade,” trad. Matheus Pereira, *ArchDaily Brasil*, 13 de março, 2018, <https://www.archdaily.com.br/br/890237/gehl-o-paradoxo-de-planejar-a-informalidade>.

59. Kehl, “Uma Breve História das Favelas,” vídeo YouTube.

Imagem 31. Casa em construção no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro. (Fotografia de Josiane Santana. Projeto Favelagrafia.)



Imagem 32. Homem realizando obra numa laje no Morro da Providência no Rio de Janeiro. (Fotografia de Elana Paulino. Projeto Favelagrafia.)



1.2.2. Desenvolvimento Incremental e Autoconstrução

As formas urbanas que cresceram a partir da relação entre vida e produção espacial, apontadas na secção anterior, em sua grande maioria, implicam num desenvolvimento lento e gradual denominado de incremental. Trata-se de um processo que usualmente se dá através da autoconstrução, na qual os moradores constroem suas próprias casas pouco a pouco, de acordo com suas necessidades e possibilidades econômicas. Este tipo de desenvolvimento diverge da forma de crescimento que grande parte das cidades modernas seguem, na qual existe um planejamento que determina como se construirá o espaço, bem como um mercado específico e complexo que envolve todo este processo.⁶⁰ Apesar de ser uma forma de crescimento espontânea, a incrementalidade proporciona diversos benefícios aos moradores que a rigidez de um plano previamente elaborado não permitiria, sendo relevante analisá-la com mais atenção.

Este crescimento gradual, de acordo com Echanove e Srivastava, apesar de não ser a forma de expansão urbana predominante na atualidade, é na realidade o padrão de desenvolvimento de grande parte dos centros urbanos consolidados hoje, podendo encontrar cidades em todo o globo que seguiram esta estruturação.⁶¹ Semelhante a Kehl, comparam a morfologia de cidades europeias antigas com aquela dos assentamentos informais, afirmando que esta semelhança é devida ao facto de que ambos os casos cresceram incrementalmente.⁶² Logo, percebe-se que o desenvolvimento incremental consiste na manifestação da relação entre a vida e a produção espacial apontada por Gehl, pois permite a consolidação e adaptação do ambiente de acordo com seu uso e tempo.

Por esta razão, Teresa Caldeira afirma que a urbanização periférica possui uma *Agency and Temporality* distinta daquela das cidades ditas formais. Isto porque esses bairros estão sempre *em formação*, em uma constante evolução a longo prazo de incompletude e melhoramento contínuo produzido pelos próprios moradores. São bairros erguidos a partir da autoconstrução, no qual os habitantes não são apenas consumidores mas também agentes da urbanização.⁶³

A partir deste olhar, estes espaços passam a ser lidos como um processo em andamento, retirando a importância recorrentemente dada ao seu aspecto estético de inacabado. Este direcionamento vai de encontro com a ideia de *Housing as a Verb* de John Turner, na qual se

60. O cliente, os serviços, os especialistas, o produto, a manutenção, entre outros, são exemplos de aspectos que estão englobados neste mercado da construção.

61. Matias Echanove e Rahul Srivastava, *The Slum Outside – Elusive Dharavi* (New York: Stelka Press, 2014), Capítulo 4. The User-generated Neighborhood, Kobo.

62. Matias Echanove e Rahul Srivastava, "The Village Inside," in *What We See: Advancing the Observation of Jane Jacobs*, ed. Stephen Golsmith e Lynne Elizabeth (New York: New Village Press, 2010), 5.

63. Teresa P. R. Caldeira, "Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south," *Environment and Planning D: Society and Space* 35, nº 1 (2016): 4-5. Neste artigo, o termo periférico não se refere a uma localização física da cidade e sim à maneira de produção espacial existente nestes locais.

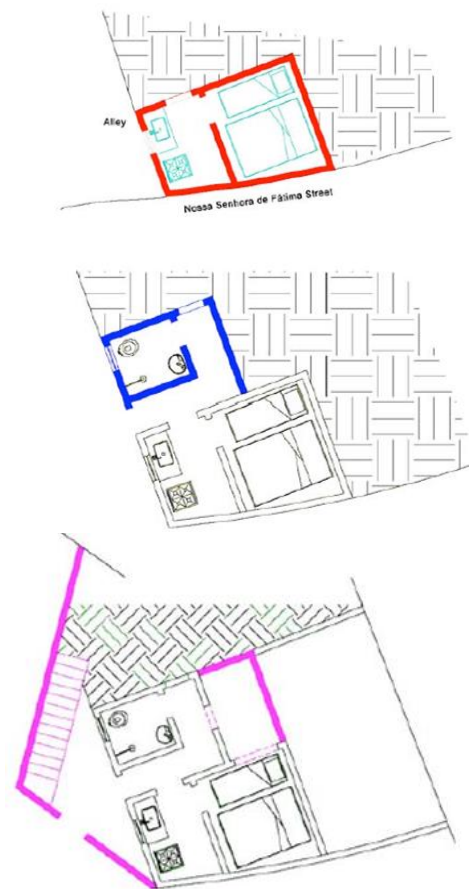


Imagem 33. Esquema de faseamento da expansão da casa da Dona Berenice. Em vermelho ocupação original, em azul primeira expansão e em rosa expansão mais recente. (Autoria de Ana Paula Baltazar e Silke Kapp.)

compreende a habitação pelo seu sentido mais dinâmico, como uma atividade que está relacionada com a vida dos habitantes, e não como produto estático acabado (*housing as a subject*).⁶⁴ Usando novamente Lefebvre, a casa neste contexto adquire o sentido de Prática Espacial, a qual consiste no Espaço Percebido resultante da associação entre a realidade diária e a realidade urbana, ao invés de estar limitada à Representação do Espaço que a reduz à sua imagem e definição conceptualizada.⁶⁵

Um exemplo de desenvolvimento como um processo em aberto é expansão espacial da casa da Dona Berenice descrito por Ana Paula Baltazar e Silke Kapp em seu artigo “Learning from favelas.” A construção que ocorreu ao longo de anos, é dividido pelas autoras em três fases: a fase inicial, quando somente existia duas estâncias, quarto e cozinha, que também eram usadas para trabalho e reuniões entre amigos; a segunda fase, na qual se construiu uma pequena casa de banho e um corredor de conexão; e a última, quando se negociou com os vizinhos a compra do piso superior e de um anexo lateral, complementada pela construção de um muro exterior e escadas.⁶⁶

A partir deste caso, as autoras concluem que a autoconstrução e a negociação diária são elementos basilares que permitem o crescimento gradual. Através destes dois aspectos, afirmam que os moradores conseguem expandir suas casas mais rapidamente, autonomamente e conforme as suas necessidades. Colocam que este método também permite que ocorra o uso e a construção espacial de maneira simultânea, sem qualquer constrangimento legal, o que facilita e agiliza ainda mais este processo.⁶⁷

Neste contexto, cada incremento habitacional pode ser lido como estágios da vida do morador, representando a realização de diferentes necessidades e sonhos, assim como afirma AbdouMaliq Simone em seus estudos. De acordo com o autor, a incrementalidade pode consistir num método utilizado pelos moradores para explorar todas as oportunidades que seriam abertas com as transformações espaciais. Portanto, cada alteração habitacional consistiria em uma tentativa de “fazer algo acontecer”. Logo, esta constante expansão e contração das residências são, na verdade, consequência destes múltiplos projetos que os habitantes experimentaram em busca de maior segurança e estabilidade.⁶⁸

64. John F. C. Turner, “Housing as a verb,” in *Freedom to Build*, dweller control of the housing process, ed. John F. C. Turner e Robert Fichter (New York: Collier Macmillan, 1972), 151-153.

65. Lefebvre, *The Production of Space*, 38-39; Schmid, “A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre,” 100.

66. Ana Paula Baltazar and Silke Kapp, “Learning from ‘Favelas’: The Poetics of Users Autonomous Production of Space and the Non-ethics of Architectural Interventions”, in *Proceedings of the International Conference Reconciling Poetics and Ethics in Architecture* (McGill University, Canada, setembro de 2007), 3-5.

67. Baltazar e Kapp, “Learning from ‘Favelas’,” 3-4.

68. AbdouMaliq Simone, “Relational infrastructure in postcolonial urban worlds,” in *Infrastructural lives: Urban infrastructure in context*, ed. Stephen Graham, Colin McFarlane (London: Routledge, 2014), 24-25.



Imagem 34. Diversidade habitacional na Villa 31 em Buenos Aires. (Ilustração de Fernando Neyra.)

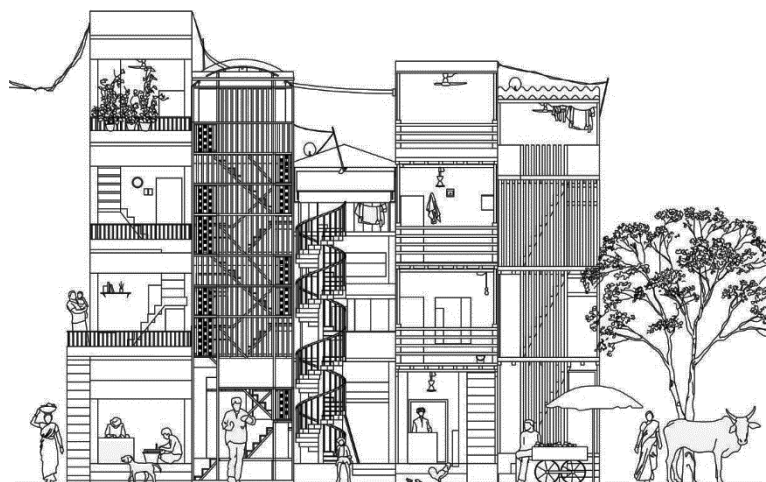


Imagem 35. Perfil de uma rua em Dharavi desenhado pelo urbz a partir da colaboração com construtores locais baseados nas fachadas pré-existentes das comunidade. (Ilustração de Yang Yang. urbz.)

A partir disto, percebe-se uma relação entre necessidades individuais e as alterações e ampliações habitacionais. Este paralelo é importante porque como se trata a produção espacial autônoma, o morador apenas produz as transformações que lhe são necessárias e possíveis financeira e socialmente. A incrementalidade se torna uma resposta a estas demandas que surgem e se alteram ao longo do tempo. Portanto, pode-se dizer que cada fase de expansão da casa da D. Berenice consiste em uma resposta à distintas necessidades e possibilidades que foram sendo supridas e alteradas conforme se construía e vivia.

John Turner foi provavelmente um dos primeiros a apontar esta associação entre as habitações nos espaços ditos informais e as necessidades, prioridades e expectativas individuais de cada morador. Em seus estudos, assinala que como cada pessoa possui exigências diferentes, as habitações acabam por ser construídas de distintas formas, o que permite que cada indivíduo tenha suas demandas atendidas. Por esta razão, relaciona o fracasso de alguns projetos de habitação social do modernismo, como o caso do famoso Pruitt-Igoe, ao fato de consistirem em soluções estandardizadas e rígidas que não conseguiam suprir as distintas necessidades dos moradores, o que era agravado pela impossibilidade de adaptação ou ampliação.⁶⁹

Por isso, Turner defendia o sistema autônomo de construção, no qual o usuário é o agente urbanizador do espaço. Afirmava que a autogestão, ao permitir maior liberdade na tomada de decisões, proporciona uma grande variabilidade de soluções, promovendo um aumento na correspondência entre a produção habitacional e as necessidades individuais. Conseqüentemente, o morador estará mais satisfeito, com maiores expectativas e mais disposição de investir tempo e dinheiro em sua habitação, o que permite uma evolução e melhoramento habitacional constante.⁷⁰

Este método também possibilita uma grande diversidade de soluções habitacionais e construtivas que enriquecem o espaço urbano, sendo esta uma qualidade dos assentamentos informais recorrentemente apontada pela literatura. Echanove e Srivastava, por exemplo, afirmam que em Dharavi a “diversidade é a única norma” quando se trata de tipologia habitacional.⁷¹ Teresa Caldeira aponta a Heterogeneidade como uma característica das periferias que as proporciona um grande dinamismo espacial.⁷² Isto porque, como há liberdade para cada morador realizar a habitação de acordo com as suas preferências e, conseqüentemente, de acordo com a sua personalidade, cria-se um espaço constituído por diversas soluções arquitetônicas que estimulam variadas impressões sensoriais. Utilizando o termo de Gehl, pode-se dizer que as favelas são espaços

69. John F. C. Turner, *Housing by People* (London: Marion Boyars, 1976).

70. Turner, 135.

71. Echanove e Srivastava, *The Slum Outside*, Introduction.

72. Caldeira, “Peripheral urbanization,” 9-10.

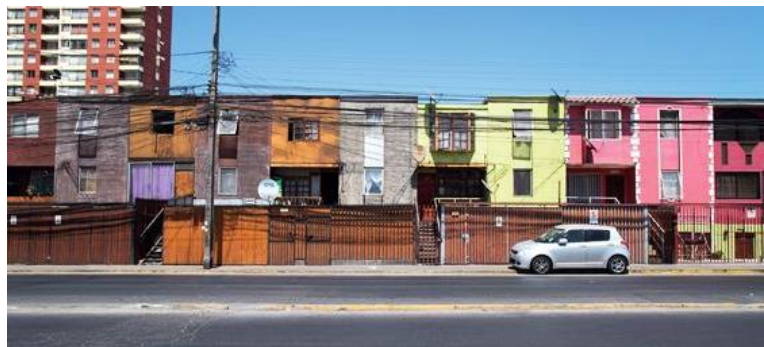
Imagem 36. Quinta Monroy
antes da ocupação pelas famílias.
(Fotografia de Tadeuz Jalocha.)



Imagem 37. Quinta Monroy
pouco tempo depois da ocupação pelas
famílias. (Fotografia de Cristobal Palma.)



Imagem 38. Quinta Monroy 12
anos depois da ocupação pelas famílias.
(Fotografia de Michael Quezada.)



de “arquitetura de 5 km/h”, por consistir em espaços pequenos com edifícios próximos e grande combinação de detalhes, rostos e atividades, produzindo uma riqueza de experiências e sensações.⁷³

Um exemplo de projeto concretizado em que o desenvolvimento incremental foi levado em consideração é a Quinta Monroy do ateliê Elemental, de Alejandro Aravena. Este projeto surgiu em busca de propor a construção de uma habitação de qualidade em uma boa localização. Face a falta de recursos financeiros para a compra do terreno e para a construção da total de uma boa vivenda, somada às críticas dos usuários às soluções habitacionais rígidas que não permitiam expansões, recorreu-se a construção de apenas metade da moradia, de maneira que os moradores as “completem” pela autoconstrução.⁷⁴ Apesar de possuir diversas críticas,⁷⁵ quando avaliada quanto a relação entre vida e forma, esta solução levou a criação de um espaço muito variado e diverso, pois permitiu os habitantes realizarem suas expansões de acordo com seus desejos, necessidades e personalidade, mostrando uma clara apropriação daquele espaço urbano.

Portanto, apesar da incrementalidade não consistir em uma opção para os moradores dos assentamentos informais, e sim a única alternativa encontrada diante da escassez de recursos para garantir seu espaço na cidade e adaptar-se às circunstâncias, não se pode deixar de apontar a sua relevância e vantagens. Este modo de produção, face à liberdade que possui, permite uma maior correspondência entre necessidade e moradia, além de consistir em uma alternativa que propicia a criação de cidades mais diversas e dinâmicas. Trata-se de uma solução que deveria ser levada em consideração no momento de pensar os espaços ditos informais e as suas habitações. Afinal, é recorrente que projetos habitacionais voltados para estes bairros sofram diversas reformas pelos moradores, independentemente se foram pensados para tal. E, naqueles casos em que não é possível realizar estas alterações, as famílias costumam abandonar suas novas casas, salientando a necessidade de pensar soluções mais flexíveis desde o princípio do projeto.

73. Gehl, *Cidade para Pessoas*, 44-45.

74. Alejandro Aravena, “My achitectural philosophy? Bring the community into the process,” filmado em outubro de 2014 em TEDGlobal2014, Rio de Janeiro, vídeo TED, 15:50. https://www.ted.com/talks/alejandro_aravena_my_architectural_philosophy_bring_the_community_into_the_process#t-8297.

75. De entre as críticas existentes, há o fato de vários moradores recorrerem a soluções habitacionais de má qualidade que afetam o conjunto estruturalmente e visualmente em conjunto com a existência de expansões que ultrapassaram os limites e padrões previamente determinados pelos projetos. Ver: Yessenia M. Segovia, “La outra mitad de la Quinta Monroy,” *Revista de Arquitectura* 22, nº 32 (Maio 2017): 67-72, doi:10.5354/0719-5427.2017.46147.



Imagem 39. Venda no Morro da Babilônia no Rio de Janeiro. (Fotografia de Omar Britto. Projeto Favelagrafia.)



Imagem 40. Janela de venda na Comunidade Santa Marta no Rio de Janeiro. (Fotografia de Elana Paulino. Projeto Favelagrafia.)

1.2.3. Habitação

A partir do estudo do desenvolvimento incremental, percebe-se que a habitação consiste no componente urbano básico dos assentamentos informais, por determinar através da sua gradual expansão e melhoramento o surgimento, o desenvolvimento e a consolidação destes ambientes. Logo, é de extrema importância a análise da unidade habitacional para a compreensão destes contextos. No entanto, assim como na escala urbana, a habitação nos espaços ditos informais costuma ser discutida através de aspectos físicos e materiais, reduzindo-a a questões de insalubridade e precariedade. Apesar de consistir numa problemática importante, não se pode limitar a habitação informal a aspectos estritamente físicos, porque nestes espaços ela adquire uma função ampliada para além da finalidade de abrigo. Torna-se necessário expandir a sua análise, abordando também a seu papel na vida do habitante, de forma a compreender a sua função social.

Esta perspectiva vai de encontro com o lema de abordar *Housing as a Verb* de John Turner, no qual se salienta a importância de avaliar a habitação nos espaços ditos informais através do seu impacto na vida do morador e não apenas por meio de análises quantitativas.⁷⁶ Isto porque, de acordo com ele, as habitações podem possuir dois sentidos diferentes de *valor*, o valor de mercado e o valor humano. Assim, uma habitação com alto valor de mercado por ser bem avaliada no quesito material, pode possuir um valor humano baixo por ser opressiva socialmente falando.⁷⁷ Esta função social que a casa adquire, consiste no que Turner denomina de Valor de Uso que representa o “quão bem a habitação serve os moradores.”⁷⁸

A forma mais evidente de perceber o Valor humano da habitação neste contexto, é através da dupla-função de moradia e geração de renda que ela recorrentemente exerce. O caso da Dona Berenice usado na secção anterior, por exemplo, é uma boa referência desta dualidade, porque a estância que pela noite era o quarto, ao longo do dia tinha a função de trabalho. Este modo de organização, no qual habitação e trabalho compartilham espaço, é denominado por Echanove e Srivastava de *tool-house*, a qual consiste em “uma resposta instantânea da necessidade de otimizar o espaço em um contexto de escassez,” justificando seu surgimento nos assentamentos informais.⁷⁹

Tão importante é a presença de atividades voltadas para o trabalho nestes bairros que Ana Rosa Chagas Cavalcanti afirma que grande parte dos incrementos habitacionais produzidos pelos moradores nestes ambientes, costumam estar relacionados justamente com a necessidade de

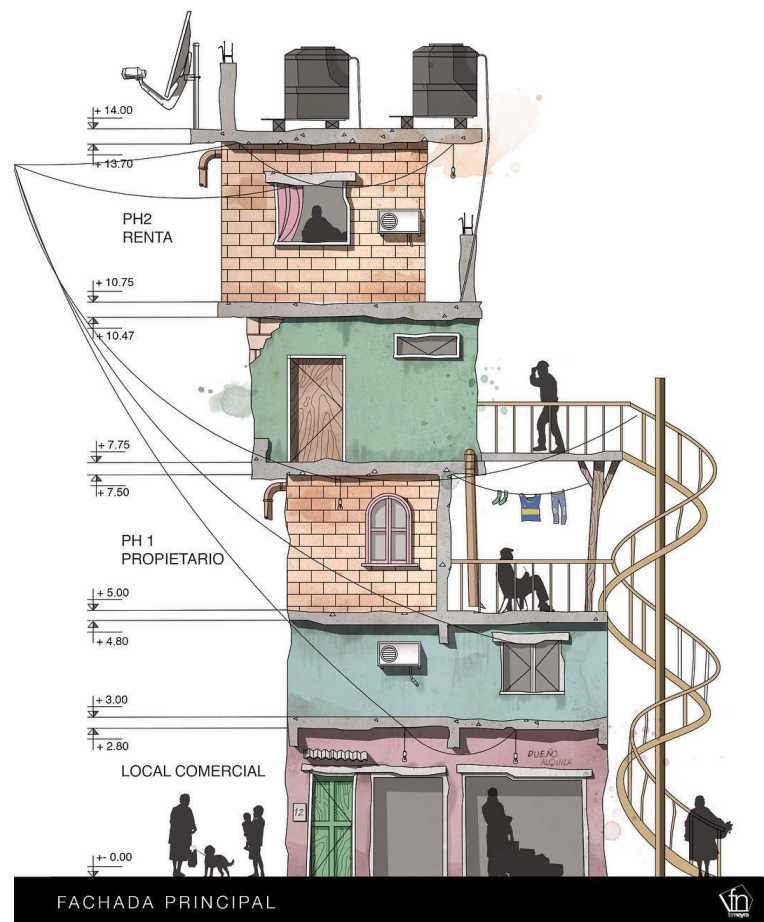
76. Turner, “Housing as a verb,” 151-153.

77. Turner, *Housing by People*, 60-62.

78. Turner, 114. [Tradução livre pela autora]

79 Echanove e Srivastava, *The Slum Outside*, Capítulo 3. The Tool-House. [tradução livre pela autora]

Imagem 41. Alçado de residência na Villa 31 em Buenos Aires, na qual cada andar adquire uma função distinta, servindo o morador conforme surgem novas necessidades. (Ilustração de Fernando Neyra.)



habitar e trabalhar no mesmo ambiente.⁸⁰ Em termos espaciais, as áreas habitacionais que costumam adquirir uma função geradora de renda são aquelas que possuem contato com o exterior, como salas e garagens, já que a grande maioria dos empreendimentos realizados consistem em comércio ou serviços. Por esta razão, assinala que as casas nas favelas “não derivam de um programa arquitetônico pré-definido, mas de atribuições espaciais específicas e atividades humanas [...]”⁸¹ Novamente evidencia-se que o valor da habitação nestes bairros reside no seu uso e não na sua forma ou materialidade, o que facilita a sua transformação e apropriação.

Pode-se apontar, portanto, uma certa flexibilidade espacial nestas habitações, a qual, para Madriz e Risom, proporciona aos moradores oportunidades econômicas ao permiti-los testar iniciativas empresariais sem grandes riscos e custos. Colocam que cada pavimento construído consiste numa potencial fonte de renda, seja através da criação de um novo negócio ou do seu arrendamento para outra família. Por esta razão, afirmam que nestes ambientes a casa é muito mais do que uma vivenda, é uma plataforma para o progresso econômico.⁸²

Esta transformação do papel da habitação, de acordo com Echanove e Srivastava, se dá por meio de um ciclo contínuo entre produção de renda e melhoramento estrutural, no qual conforme se progride financeiramente, se reinveste em um aprimoramento habitacional que se espera reverter numa melhora econômica ainda maior no futuro. Neste contexto, a casa vira uma ferramenta para transformação do destino dos habitantes, o que, conseqüentemente, repercute em uma gradual melhoria da economia local, levando à melhora das condições de vida do bairro.⁸³

Vale ressaltar que esta dupla-função residencial não é exclusiva dos assentamentos informais, podendo encontrá-la mesmo nos países desenvolvidos. Entretanto, no caso dos assentamentos esta organização espacial é a única solução encontrada pelos habitantes, diante da escassez de espaço e recursos para melhoria de vida, o que não ocorre na cidade dita formal. A casa, neste contexto, detém de um impacto econômico e social imenso, tanto na vida dos moradores, quanto em todo o bairro.

Pode-se dizer que nos assentamentos informais a dupla-função da habitação consiste em um aspecto que lhe agrega Valor Humano. No entanto, vale ressaltar que existem outras maneiras

80. Ana Rosa C. Cavalcanti, “How Does Work Shape Informal Cities? The Critical Design of Cities and Housing in Brazilian Slum,” *The Plan Journal* 1, nº 2 (2016): 324, <https://doi.org/10.15274/tpj.2016.01.02.04>.

81. Ana Rosa C. Cavalcanti, “Uma linguagem padrão da autoconstrução: ferramenta para compreender os espaços e as práticas sociais das favelas brasileiras,” *ArchDaily Brasil*, 26 de setembro, 2017, <https://www.archdaily.com.br/br/880403/uma-linguagem-padrao-da-autoconstrucao-ferramenta-para-compreender-os-espacos-e-as-praticas-sociais-das-favelas-brasileiras>.

82. Madriz e Risom, “O paradoxo de planejar a informalidade.”

83. Echanove e Srivastava, *The Slum Outside*, Capítulo 3. The Tool-House. Estas existem principalmente quando os habitantes exercem profissões que permitam o *home-office*.

Imagem 42. Construção no Morro da Providência no Rio de Janeiro com alto valor humano, apesar de suas carências materiais. (Fotografia de Joyce Piñeiro. Projeto Favelagrafia.)



menos óbvias pela qual a moradia pode servir o habitante. Turner, por exemplo, aponta a localização, o acesso a pessoas e lugares, a forma de posse ou o nível de transferibilidade, como meios determinantes pelos quais a casa pode atender às demandas individuais.⁸⁴ Nesse contexto, a forma como a habitação serve o habitante é bastante subjetiva, pois cada um destes elementos podem ser considerados mais ou menos importantes de acordo com o morador, dependendo de suas prioridades e necessidades. A partir desta visão, o papel da habitação é expandido para outros meios de auxílio, os quais são mais imperceptíveis por não possuírem uma materialização no espaço.

Uma leitura que se enquadra nestas formas mais sutis de assistência é a de James Holston, na qual a casa consiste num método de construção política utilizado pela população marginalizada para integrar-se à cidade. Este processo se dá é através da autoconstrução das residências e consequente “autourbanização” das periferias, que permitiu a criação de um espaço com um novo tipo de vivência, participação cívica, prática de direitos e experiência urbana, implicando na criação de uma nova cidadania denominada de Insurgente.⁸⁵ A residência e a sua construção, se tornam processos reivindicativos que expandem a cidadania dos moradores, compensando sua erosão produzida pelas formas de segregação e violência instaladas na sociedade.⁸⁶ Assim, a habitação se torna também um símbolo da conquista dos moradores do seu espaço no meio urbano.

Percebe-se, portanto, a existência de diversas formas pela qual a habitação pode servir ao morador, conseguindo livrar-se da visão redutora na qual a casa exerce exclusivamente a função de abrigo. Primeiramente, se vê necessário desvincular a ideia de que uma vivenda ao ser pobre em questões materiais é prejudicial para os moradores, pois em contextos de escassez se torna mais importante a sua relação com o habitante do que a sua forma e materialidade. Esta relação, pode se ver refletida de muitas maneiras, algumas mais evidentes, como a sua organização interna ou atividade que ela alberga, e outras menos claras, como é o caso da sua localização, acesso a serviços ou, até mesmo, simbolismo político. Evidentemente, não se pode ignorar o facto de que há pessoas vivendo em situações de precariedade e más condições de salubridade, apenas tem-se a intenção de salientar que a habitação neste contexto, deve ser vista de forma mais ampla para além de sua forma física, percebendo-a também a partir de seu papel social.

84. Turner, *Housing by People*, 64. Vale ressaltar neste contexto, que como cada morador possui suas necessidades e prioridades, a forma como a habitação pode servir ao habitante, varia consideravelmente.

85. Holston, *Insurgent Citizenship*, 6.

86. James Holston, “Espaços de Cidadania Insurgente,” trad. Regina Helena Fróes e Leonardo Fróes, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24 (1996): 250.

Imagem 43. Construção de laje
no Morro do Cantagalo no Rio de Janeiro.
(Fotografia de Magno Neves. Projeto
Favelagrafia.)



Imagem 44. Construção no
Morro do Cantagalo no Rio de Janeiro.
(Fotografia de Magno Neves. Projeto
Favelagrafia.)



1.2.4. Vida urbana

Como visto na análise da forma urbana, do desenvolvimento incremental, ou das soluções habitacionais, a vida possui um papel central no espaço das favelas, por determinar grande parte dos seus aspectos caracterizadores. Vida, neste contexto, se refere à forma como as pessoas vivem aquela área da cidade, a maneira como se inter-relacionam e como se apropriam do ambiente. A relevância do seu estudo reside no facto que diante da falta de recursos e apoio, os relacionamentos foram o meio encontrado pelos moradores para conquistar seu espaço nas cidades, suprimindo a falta de apoio governamental e as carências existentes. Esta rede social permitiu a criação de uma vida urbana muito intensa e excepcionalmente rica, a qual merece ser estudada mais profundamente.

A existência de Infraestruturas Relacionais no mundo pós-colonial, é algo frequentemente abordado por AbdouMaliq Simone em seus estudos. De acordo com ele, os moradores destas cidades segregadas olham para as relações como um mecanismo que permite a abertura de oportunidades que não lhe foram proporcionadas pelo meio formal. Esta abertura viria através do suporte e colaboração entre habitantes que, mesmo que provisórios, permitiram a movimentação de suas vidas em direção a um objetivo. O relacionar-se neste contexto, de maneira semelhante à incrementalidade, é uma forma encontrada pelos moradores para explorar todas as possibilidades proporcionadas pelo meio, através de uma busca constante pela transação mais benéfica.⁸⁷

A própria construção e transformação do espaço urbano das favelas, segundo Cavalcanti, é possibilitada por estas incessantes trocas entre habitantes. Isto ocorre devido à existência de uma espécie de rede de relações, descrita pela autora como “um ecossistema composto pela circulação de objetos, pessoas, dinheiro, trabalho e conhecimento,” que determina como se dá a construção daquele ambiente. No processo de autoconstrução, por exemplo, esta estruturação é manifestada através da “consulta e compartilhamento de objetos, recursos, dinheiro e habilidades.”⁸⁸

Um exemplo claro de como a troca promove a produção espacial é a negociação entre vizinhos apontada por Baltazar e Kapp anteriormente. Para elas, esta, em conjunto com a autoconstrução, são a base para a expansão habitacional, pois permitem a realização de alterações sem qualquer impedimento legal, apenas a partir do esforço próprio e de acordos informais.⁸⁹ Neste meio, a negociação poderia ser tanto acerca de zonas privadas pertencentes aos vizinhos, quanto sobre espaços públicos que são apropriados para uso próprio, o que amplia consideravelmente as oportunidades de expansão. A negociação, portanto, consiste em uma das muitas soluções que os habitantes encontraram para suprir a falta de apoio governamental através ajuda interpessoal.

87. Simone, “Relational infrastructure in postcolonial urban worlds,” 29-31.

88. Cavalcanti, “Uma linguagem padrão da autoconstrução.”

89. Baltazar e Kapp, “Learning from ‘Favelas’,” 3-5.

Imagem 45. Manicure atendendo cliente em bar na comunidade Santa Marta no Rio de Janeiro, exemplo de complementaridade de comércios e serviços. (Fotografia de Elana Paulino. Projeto Favelagrafia.)



Imagem 46. Apropriação do espaço público para uso comercial, conferindo movimentação e segurança à área no Morro do Cantagalo no Rio de Janeiro. (Fotografia de Magno Neves. Projeto Favelagrafia.)



Esta rede de relações e trocas também pode ser vista através da complementaridade existente entre os serviços e comércios dos assentamentos informais. De acordo com Echanove e Srivastava, nestes ambientes existe uma integração entre as diferentes atividades exercidas pelas *tool-houses* que repercute num crescimento conjunto do bairro. Isto porque a economia local está fortemente baseada nos princípios de interconectividade e interdependência, que fazem com que o desenvolvimento individual tenha um impacto coletivo.⁹⁰

Esta complementaridade de atividades, de acordo com o estudo realizado pelo arquiteto Carlos Nelson no bairro Catumbi do Rio de Janeiro nos anos 80, existe a partir do momento que “as diferentes funções primárias desempenhadas no espaço se reforçam umas às outras pelo contato que estabelecem entre si, diretamente ou através do uso comum de uma freguesia.”⁹¹ A existência de vários estabelecimentos nas ruas, também promoveriam a grande circulação de potenciais clientes, conferindo ao bairro maior sensação de segurança.⁹² Assim, mesmo que não assistam uns aos outros intencionalmente, o simples fato dos comércios compartilharem espaço já consiste em uma espécie de ajuda mútua.

Além desta relação entre os comércios, também pode-se apontar uma dependência entre a comunidade e estes serviços. Como Echanove e Srivastava afirmam, a ampla gama de *tool-houses* densamente aglomeradas, conseguem acomodar todas as funções requeridas para a vida econômica e social do bairro, tornando desnecessário sair dali para suprir as necessidades diárias.⁹³ Surge, assim, uma espécie de ciclo de interdependência na qual os residentes alimentam a economia local e os empreendimentos atendem às suas necessidades, o que confere ao bairro uma certa autonomia.

A grande diversidade de comércios e serviços, de acordo com Carlos Nelson, também funciona como um impulsionador de trocas sociais, pois “favorece a proximidade, os encontros, a comunicação, [e] outras tantas formas de intercâmbio [...]”⁹⁴ Assim, considerando que nestes ambientes a grande parte da vizinhança acaba por conhecer-se, as relações estritamente funcionais transformam-se em “personalizadas,” isto é, a pessoa que seria apenas um indivíduo por não ser conhecida, adquire uma identidade. Cria-se então uma identificação comunitária, a qual implica num conjunto de expectativas e obrigações mútuas que formam o meio social do bairro através da complementaridade entre os diferentes grupos domésticos.⁹⁵

90. Echanove e Srivastava, *The Slum Outside*, Capítulo 3. The Tool-House.

91. Arno Vogel, Marco A. S. Mello e Carlos Nelson F. dos Santos, *Quando a Rua vira Casa – A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro* (São Paulo: Projeto, 1985), 84.

92. Vogel, Mello e dos Santos, *Quando a Rua vira Casa*, 84.

93. Echanove e Srivastava, *The Slum Outside*, Capítulo 3. The Tool-House.

94. Vogel, Mello e dos Santos, *Quando a Rua vira Casa*, 85.

95. Vogel, Mello e dos Santos, *Quando a Rua vira Casa*, 84.

Imagem 47. Comércio locais fomentando a troca entre habitantes na Rocinha no Rio de Janeiro. (Fotografia Juan Luis Rod.)



Imagem 48. Trocas sociais constantes entre habitantes nas ruas da Rocinha no Rio de Janeiro. (Fotografia Juan Luis Rod.)



Imagem 49. Apropriação do espaço público para lazer por crianças e jovens na Rocinha no Rio de Janeiro. (Fotografia Juan Luis Rod.)



Esta visão reforça a existência de uma interdependência social nestes ambientes, a qual é possibilitada, de acordo com Simone, pela grande diversidade de indivíduos que os compõem. Por esta razão, a heterogeneidade é vista por ele como uma “plataforma capaz de absorver diferentes maneiras de fazer coisas,” o que permite aos moradores suprirem todas as suas necessidades apenas através da ajuda mútua.⁹⁶ Portanto, pode-se afirmar a existência de uma espécie de rede de colaboração e reciprocidade que sustenta a sobrevivência daquele espaço.

Percebe-se que esta rede de relações, sejam elas baseadas em questões econômicas ou sociais, é extremamente importante nestes ambientes e conseqüentemente deve ser levada em conta no momento de intervi-los. Por esta razão, Luis Kehl elenca o tratamento da população como mera numerologia e a falta de mapeamento afetivo das comunidades, como aspectos que levam ao fracasso das soluções habitacionais produzidas pelo governo voltadas às favelas.⁹⁷ Intervenções que não levam em consideração esta interdependência social e econômica, além de impactarem violentamente a economia local, podem romper laços sociais importantes.

Outra característica preponderante para a compreensão da vida urbana destes bairros, é a existência de muitos espaços ambíguos, isto é, espaços que não são claramente definidos como públicos ou privados. Isto ocorre principalmente pelo fato de que muitos dos negócios existentes se encontram dentro da residência, assim como assinalado por Cavalcanti. Apesar da autora apontar a existência de soluções espaciais que permitem a privacidade do morador,⁹⁸ Carlos Nelson afirma que esta dualidade “contamina” o espaço doméstico por relações normalmente são excluídas dele. Esta “contaminação” ocorre porque a casa, o espaço da informalidade, do descanso e da invisibilidade se torna ambiente de relações contratuais e formais que são extremamente visíveis.⁹⁹

Embora haja a desvantagem no quesito de privacidade, esta ambigüidade fomenta uma intensa apropriação do espaço público, tornando-o o elemento central da vida destes bairros. Um exemplo desta apropriação apontado por Carlos Nelson, é o papel dúbio que as calçadas adquirem, por consistirem na transição entre o espaço privado (casa) e o público (rua), o que a transforma numa prolongação do espaço residencial, porém com caráter público. Esta apropriação se formaliza espacialmente, através da frequente colocação de cadeiras à frente das residências ou pelo uso da porta ou janela como meio de contato com a rua.¹⁰⁰

96. Simone, “Relational infrastructure in postcolonial urban worlds,” 33.

97. Kehl, “Uma Breve História das Favelas,” vídeo YouTube.

98. Cavalcanti, “Work, Slums and Informal Settlement Traditions,” 73-74.

99. Vogel, Mello e dos Santos, *Quando a Rua vira Casa*, 69-70.

100. Vogel, Mello e dos Santos, *Quando a Rua vira Casa*, 51 e 54.

Imagem 50. Apropriação do espaço público para realização de pequenas reuniões entre vizinhos. No Morro da Mineira no Rio de Janeiro (Fotografia de Jessica Higino. Projeto Favelagrafia.)



Imagem 51. Espaço público/compartilhado apropriado por jovens para jogar vídeo game em Cerro Corá no Rio de Janeiro. (Fotografia de Antoine Horenbeek. *Project Intimate Favela.*)



Além desta combinação entre público e privado, Cavalcanti também aponta a existência de espaços compartilhados que potencializam esta ambiguidade das favelas. Trata-se de áreas e equipamentos de uso comum, como caixas de água, lavanderias, lajes, becos, escadas e alguns eletrodomésticos, que salientam o senso avançado de confiança da comunidade.¹⁰¹ Este é um método que além de otimizar espaço, também permite aos habitantes fazerem companhia uns aos outros ao longo do dia, o que também destaca uma certa afetividade entre vizinhos.¹⁰² Estes espaços comuns ganham importância por fomentarem ainda mais trocas sociais entre habitantes.

O somatório de todos estes aspectos geram um espaço no qual a vida urbana se manifesta intensamente. Por isso, assim como colocam Echanove e Srivastava sobre os *User-generated Neighborhoods*,¹⁰³ estes bairros costumam ser inteiramente pedestres com as ruas constantemente ocupadas por crianças jogando e pessoas interagindo. Além disso, afirmam que são ambientes em que “espaços designadamente públicos são virtualmente inexistentes, mas que a sensação de público se espalha em todos os cantos,”¹⁰⁴ salientando o forte sentimento de coletividade existente.

Esta apropriação do espaço público, de acordo com Madriz e Risom, também é possibilitada pela forma urbana destes espaços, já apontada na primeira subsecção. Isto porque a sinuosidade e estreiteza das ruas obrigam os motoristas a conduzirem mais lentamente, permitindo a sua apropriação pelos pedestres e garantindo um espaço misto seguro. Somado a isso, as dilatações geradas pela largura variável das vielas criam pequenas praças e pontos de encontro propícios para maiores reuniões e trocas sociais. Por esta razão, colocam que “as ruas da comunidade tornam-se [...] um espaço para trocas ocasionais e encontros frequentes” porque, apesar de não consistirem em espaços desenhados para esta função, adquirem este caráter a partir de sua apropriação.¹⁰⁵

Tendo em conta esta potencialidade, Luis Kehl salienta a função de espaço público que a via assume nas favelas. Para ele, ela consiste no espaço onde as crianças podem sempre brincar na rua, afinal, como todos se conhecem, estão sendo constantemente vigiadas. Portanto, em seus projetos de urbanização de favelas sempre procura potencializar esta apropriação ao incluir mobiliários públicos e playgrounds nestes espaços, pois para ele, eles consistem no principal local de lazer e conagração dos moradores.¹⁰⁶

101. Cavalcanti, “Uma linguagem padrão da autoconstrução.”

102. Cavalcanti, “Work, Slums and Informal Settlement Traditions,” 73.

103. *User-generated Neighborhoods* consistem em bairros formados por Tool-Houses.

104. Echanove e Srivastava, *The Slum Outside*, Capítulo 4. The User-generated Neighborhood. [Tradução livre pela autora]

105. Madriz e Risom, “O paradoxo de planejar a informalidade.”

106. Kehl, “Uma Breve História das Favelas,” vídeo YouTube.



Imagem 52. Crianças brincando em beco no Morro da Mineira no Rio de Janeiro. (Fotografia de Jessica Higino. Projeto Favelagrafia.)

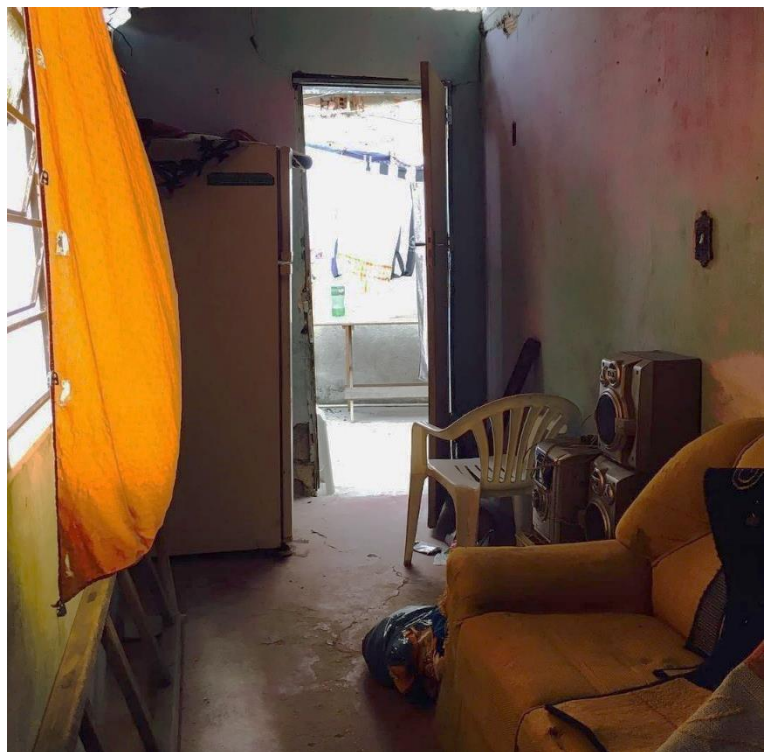


Imagem 53. Porta entreaberta no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro. (Fotografia de Josiane Santana. Projeto Favelagrafia.)

Por fim, considerando que se trata de bairros onde todos se conhecem e convivem constantemente, não se pode deixar de apontar a existência de um forte senso de comunidade e pertencimento que é preponderante para a vida urbana ali existente. Tão importante se torna este aspecto que Carlos Nelson coloca a confiança entre moradores como “uma condição de sociabilidade nos termos do bairro,” determinando como são feitas as trocas sociais naquele espaço. Inclusive afirma a existência de uma espécie de “economia de confiança” que opera nas mais variadas formas, até mesmo naquelas relações sociais identificadas pelo dinheiro.¹⁰⁷ Para Cavalcanti, o senso de comunidade pode ser observado pelo simples facto de caminhar pelas ruas e ver muitas portas entreabertas.¹⁰⁸ Esta familiaridade que domina as comunidades intensifica as suas trocas sociais, tornando-se mais um potencializador de vida urbana.

Por isso, lendo as favelas a partir da análise crítica de Simone, pode-se dizer que as pessoas naquele ambiente consistem numa espécie de Infraestrutura Humana que produz vida urbana através da forma que se relacionam e usam o espaço.¹⁰⁹ Esta infraestrutura ao mesmo tempo que foi o principal “moldador” do tecido urbano e de suas diversas soluções, também é influenciada por este, consistindo num ciclo gerador de vida urbana. Encontra-se então um paradoxo nestes espaços, porque apesar de carecerem de infraestrutura urbana, possuem uma infraestrutura social surpreendentemente rica, que, reforçando a oposição, emergiu desta falta. Concluindo, portanto, percebe-se que as favelas não consistem apenas em carência, possuindo por outro lado muitas potencialidades que poderiam ser aproveitadas nas intervenções urbanas.

107. Vogel, Mello e dos Santos, *Quando a Rua vira Casa*, 88-89.

108. Cavalcanti, “Uma linguagem padrão da autoconstrução.”

109. AbdouMaliq Simone, “People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg,” *Public Culture* 16, nº 2 (outono 2004): 407-408. <https://muse.jhu.edu/article/173743>.

2. As Intervenções

A partir do capítulo anterior percebeu-se que os espaços ditos informais consistem em ambientes complexos que vão muito além de questões materiais e de carências. Após o entendimento do que realmente consiste no fenômeno da favela, o atual capítulo se direciona ao segundo objeto de estudo desta dissertação: as intervenções nestes espaços. Nesta parte procura-se analisar como estes ambientes têm sido intervencionados. Para tal, dividiu-se este capítulo em três seções, as quais foram organizadas procurando a maior abrangência possível, compreendendo as estratégias de intervenção a nível global e local, no passado e no presente.

Na primeira seção, antes de realizar a análise propriamente dita sobre as intervenções, se faz algumas reflexões prévias sobre o intervir no espaço informal. Trata-se de uma discussão decorrente do capítulo anterior que disserta sobre alguns questionamentos levantados a partir de aspectos dos assentamentos que comprometem algumas ideias tidas como basilares do campo da arquitetura. Para tal, se recorreu a autores que propõem modos alternativos de pensar a disciplina, a prática e a profissão da arquitetura, buscando adaptá-la ao espaço dito informal.

Depois deste primeiro momento, a segunda e a terceira seção deste capítulo já abordam o levantamento propriamente dito das intervenções, o qual é feito através de uma análise histórica das distintas linhas de intervenção predominantes em cada período. Na segunda seção, se faz uma abordagem global do assunto, analisando desde os processos remoção até as ações de *slum upgrading* predominantes na atualidade, sendo esta última aprofundada através do caso de Medellín na Colômbia. Já na terceira seção enfoca-se especificamente no contexto brasileiro e paulista, abordando políticas federais, estaduais e municipais direcionadas às favelas ao longo da história. Ambas as seções foram baseadas em fontes secundárias, em especial artigos científicos, voltadas especificamente para cada escala de estudo, o que permitiu um levantamento bastante completo e o reconhecimento de algumas particularidades dos distintos contextos.

Acredita-se que após este amplo enquadramento seja possível entender no que consistem as ações de *slum upgrading*, o porquê elas são vistas hoje como a melhor alternativa de intervenção e o motivo pelo qual os outros métodos falharam. Também procura-se perceber em qual patamar se encontram as intervenções no Brasil e em São Paulo, suas falhas e acertos, e a forma como este processo está intimamente relacionado com questões políticas, o que colaborará para melhor entendimento da urbanização em Paraisópolis estudado posteriormente.

2.1. Reflexões prévias sobre o intervir no espaço informal

Considerando os aspectos abordados sobre os assentamentos informais no capítulo anterior, percebe-se a necessidade de reconhecer suas estruturas sociais, arquitetônicas e urbanas de forma a preservá-las após as intervenções. Contudo, diversas características da produção espacial autônoma comprometem muitas ideias basilares no campo arquitetônico. Este conflito levanta vários questionamentos acerca do como intervir nestes espaços e qual seria o papel do arquiteto e do governo neste processo que está maioritariamente nas mãos dos habitantes. Para responder tais questões é necessária uma reflexão sobre a disciplina, prática e profissão da arquitetura, de forma a compreender como ela pode contribuir para a melhoria das condições de vida nestes espaços.

Assinalando a necessidade de discutir como se têm feito arquitetura atualmente, Ana Paula Baltazar e Silke Kapp, com base na sua pesquisa no Morar de Outras Maneiras (MOM),¹ defendem a produção autônoma do espaço existente no meio informal, em detrimento daquela em vigor na formalidade na qual há um planejamento prévio. Afirmam que projetos e planos são a base para a comodificação² da construção, induzindo um processo que sustenta relações de poder. Paralelamente, colocam que espaços funcionalmente predeterminados são desvantajosos ao usuário por limitar suas dinâmicas de uso ao invés de potencializá-las.³ Logo, através do MOM, buscam empoderar os moradores por meio do controle do design, construção e uso.⁴

Para tal, o grupo recorre a uma abordagem da arquitetura distinta da usual, tratando-a como “a transformação do espaço pelo trabalho humano,” o que implica na sua leitura como um processo em aberto e não um produto acabado, assemelhando-se da ideia de *Housing as a Verb* de Turner. Essa visão, redireciona foco da disciplina arquitetônica que sempre esteve nos edifícios e paisagens extraordinários, para os espaços cotidianos que até então não eram vistos como “verdadeira arquitetura.” Ao valorizar construções que não foram projetadas por um arquiteto, coloca-se em questão a ideia de autoria e a visão do usuário como um sujeito passivo, abrindo espaço para a arquitetura “ordinária” produzida espontaneamente pelos moradores.⁵

1. “Grupo de pesquisa na cidade de Belo Horizonte, sediado pelo Departamento de Projetos e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.” <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>.

2. Comodificação ou comoditização refere-se ao processo de transformar bens e serviços, outrora considerados não comerciais, em mercadoria.

3. Ana Paula Baltazar e Silke Kapp, “Por uma Arquitetura não Planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços,” *Impulso* 17, nº 44 (2006): 95.

4. “Morar de Outras Maneiras,” Spatial Agency, acessado em 10 de março, 2020, <https://www.spatialagency.net/database/morar.de.outras.maneiras.mom>.

5. Silke Kapp, Ana Paula Baltazar e Denise Morado, “Architecture as Critical Exercise: Little Pointers Towards Alternative Practices,” *Field* 2, nº 1 (Outubro 2008): 9-10.



Imagem 54. Panfleto distribuído pelo Morar de Outras Maneiras (MOM) em bairros populares.



Imagem 55. Aspecto de Brás da Pina depois da urbanização.

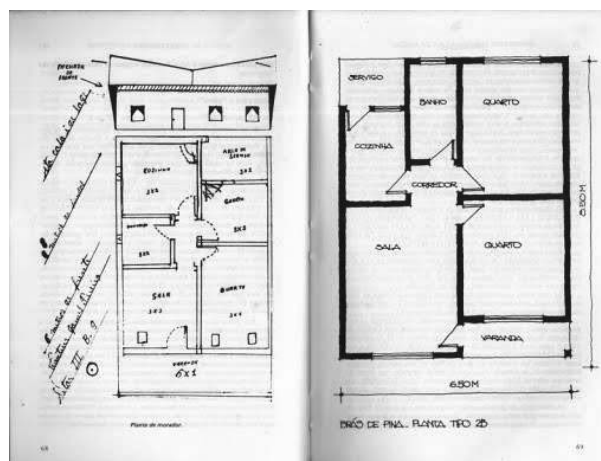


Imagem 56. Esquisso das novas residências em Brás da Pina. À esquerda aquele do morador e à direita planta adaptada pelos arquitetos.

Contudo, enaltecer a produção autônoma e anônima possui implicações diretas na visão habitual do arquiteto como desenhador de espaços. Por isso, MOM propõe uma reformulação do papel do arquiteto, apontando três novas formas de atuação: a Crítica, na qual os profissionais questionariam a produção espacial atual; a Mediação, na qual quando solicitado o arquiteto auxiliaria o usuário na resolução de problemas na construção; e Criação de Interfaces, na qual o profissional criaria instrumentos que facilitassem a produção espacial autônoma.⁶

De entre estes métodos, a mediação é a alternativa profissional mais recorrente, porque além de proporcionar poder de escolha e participação ativa aos moradores, não exclui completamente o arquiteto deste processo.

Um exemplo desta forma de atuação, é a Reurbanização da favela Brás de Pina na década de 70, na qual o arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos iniciou sua prática profissional. Ao longo deste processo, os moradores participaram em todas as fases de produção, deixando os arquitetos como consultoria técnica. No planejamento, os habitantes além de possuírem votos no plano de infraestrutura urbana, também optaram pela implantação da casa unifamiliar, apesar do desaconselhamento dos profissionais. Após a reimplantação dos “barracos” em lotes infraestruturados, desenharam eles mesmos as plantas de suas novas casas, enquanto os arquitetos apenas corrigiram erros projetuais e orçamentaram o custo da obra. Já a construção, apesar de ter os materiais financiados pelo Banco Nacional, foi realizada pelos próprios moradores ou por pessoas contratadas por eles, estando os profissionais limitados à fiscalização e entrega de material.⁷ Trata-se de um dos casos mais conhecidos de urbanização com participação dos moradores e assistência dos arquitetos, apesar de alguns problemas que surgiram após as obras.⁸

Outro exemplo de mediação com atuação um pouco mais recente, é o grupo de trabalho USINA-CTAH que atua como assistência técnica em mobilizações coletivas baseadas na ajuda mútua participativa (mutirões), com o intuito de tratar o problema da moradia juntamente aos movimentos populares. Em suas atividades, buscam “articular processos que envolvam a capacidade de planejar,

6. Kapp, Baltazar e Morado, “Architecture as Critical Exercise,” 4-28. O grupo já produziu uma “interface espacial” que auxilia a experimentação espacial antes da construção efetiva, e tem trabalhado numa “interface digital” que permite aos usuários acesso a informação sobre os processos e componentes construtivos disponíveis no mercado.

7. Kapp, Baltazar e Morado, 21; José Antônio Bandeirinha, “Os sentidos do debate internacional,” in *Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011), 48-51.

8. Carlos Nelson afirmou que devido ao reforço ao individualismo produzido com a implantação de lotes privados, a reurbanização impactou negativamente o sentimento de comunidade pré-existente no bairro.

Imagem 57. Discussão projetual no canteiro de obras no Mutirão Paulo Freire, intervenção em que a USINA serviu de assessoria técnica. (Usina-CTAH.)



Imagem 58. Mutirão Paulo Freire, (Usina-CTAH.)



Imagem 59. Equipe da URBZ no canteiro da mesquita Sunni Chishtiya em Shivaji Nagar, Govandi, Mumbai, com os empreiteiros locais contratados. (urbz.)



projetar e construir pelos próprios moradores [...],”⁹ através de estratégias participativas que incentivem não somente a sua *participação* mas também sua *autonomia*.¹⁰

Em conjunto com esta vertente, a USINA também possui um cuidado particular com a construção em si. Para eles, através da racionalidade tanto no desenho quanto no *canteiro*,¹¹ se adquire maior controle da obra e, conseqüentemente, é alcançada “a superação das violentas condições de produção existentes na construção civil.” Procura-se aproximar ao máximo a realidade projetual e construtiva, assumindo o paradoxo de um “desenho que visa a *autonomia* dos moradores,” buscando uma solução que “se coloque *a favor* e não *contra* o canteiro.”¹² Em seus projetos utilizam sistemas construtivos com melhor desempenho estrutural e maior segurança laboral, como paredes de blocos cerâmicos portantes e escadas e estruturas metálicas. Como acreditam que a escolha de um processo construtivo seguro é responsabilidade do arquiteto, ao projetar em conjunto com as famílias, tem-se automaticamente uma obra menos violenta, considerando que os projetadores, construtores e moradores são o mesmo agente.¹³

A perspectiva de desenhar juntamente aos habitantes também é abordada pelo grupo URBZ, de Echanove e Srivastava. Defendem que os residentes são os verdadeiros expertos do bairros, sendo imprescindível seus conhecimentos para a produção espacial. Exercem um trabalho semelhante à mediação, no qual atuam a partir do intercâmbio entre a equipe e os moradores, principalmente os construtores locais. Assim, o habitante forneceria o real entendimento do bairro, enquanto o arquiteto seu conhecimento técnico, alcançando juntos melhores soluções espaciais.¹⁴

A partir dessas perspectivas, compreende-se diversas formas de atuação profissional que incentivam a autoconstrução, cada uma com diferentes graus de autonomia. Trata-se uma opção vista por esses agentes como boa alternativa de atuação no meio informal, pois permite a realização de intervenções mais sensíveis às estruturas sociais pré-estabelecidas, ao deixar os habitantes que já construíam o espaço autonomamente seguirem no controle do processo, contudo com mais auxílio.

9. “USINA,” Spatial Agency, acessado em 9 de abril, 2020, <https://www.spatialagency.net/database/usina>; Sobre,” Usina-CTAH, acessado em 9 de abril, 2020, <http://www.usina-ctah.org.br/sobre.html>.

10. Ícaro Vilaça, “O projeto do canteiro: notas sobre as primeiras experiências da Usina CTAH,” *Contracondutas – Concelho Técnico da Escola da Cidade*, 28 de novembro, 2016, <http://www.ct-escoladacidade.org/contracondutas/editorias/trabalho-e-arquitetura/o-projeto-do-canteiro-notas-sobre-as-primeiras-experiencias-da-usina-ctah/>.

11. Canteiro equivale a estaleiro de obras em Portugal.

12. Vilaça, “O projeto do canteiro.”

13. Projeto USINA 25, “Arquitetura como Prática Política – 25 anos de experiência da Usina,” vídeo Youtube, 1:02:08. 6 de julho, 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=HgrnVEhKFSw>.

14. “About,” urbz, acessado em 22 de fevereiro, 2020. <https://www.urbz.net/about>; Fernando Botton e Valentina Mion, urbz Brasil, “Caminhada Arquitetônica em Paraisópolis: entre a Cidade Informal e Cidade em Formação,” publicação feita na 11ª Bienal Arquitetura São Paulo, 11 de novembro de 2017, 10.

Imagem 60. Edifício De habitação social construído pelo governo em Dharavi por volta dos anos 2000 em degradação.



Imagem 61. Tóquio em 1945 após a segunda guerra mundial, constituída praticamente de destroços e barracos construídos pelos próprios moradores, pouco a pouco. (*National Archives, College Park, Maryland.*)



Esta mudança de paradigma não atinge apenas o arquiteto, exigindo igualmente um reposicionamento dos poderes locais. De acordo com o URBZ, muitas intervenções produzidas nos assentamentos informais por autoridades são altamente agressivas e prejudiciais à população local por não levarem em consideração a realidade pré-existente. Afirmam a necessidade redirecionar-se a alternativas de “reabilitação” urbana menos destrutivas, a partir de planos que levem em consideração o tecido já existente. Por esta razão, defendem a produção habitacional a nível local, na qual o governo proporcionaria os recursos necessários e os moradores construiriam o bairro. Utilizam como exemplo Tóquio após a segunda guerra mundial quando, diante da necessidade de reconstrução total com poucos recursos, o Estado investiu em infraestrutura, indústrias e alguns mecanismos de financiamento, deixando nas mãos dos moradores a reconstrução propriamente dita.¹⁵ Esta alternativa, implicou em um desenvolvimento gradual da cidade, no qual as casas foram erguidas uma por uma através de técnicas vernaculares. Assim, formaram-se bairros amplamente diversos com alta qualidade infraestrutural, o que permitiu não somente a recuperação da cidade, mas a sua transformação num dos centros urbanos mais desenvolvidos do mundo.¹⁶

Este tipo de estratégia vai de encontro com as ideias de John Turner acerca da produção espacial informal. Ele propõe que tudo o que se pode fazer a nível local, como design, construção e manutenção, deveria manter-se em mãos dos moradores. Enquanto isso, os poderes centrais se limitariam a ações em grande escala, como implantação de infraestrutura, serviços e algumas construções que permitem um maior nível de standardização.¹⁷ A nível legislativo as normas determinadas pelo governo deveriam ser empregadas de maneira “proscritiva” e não prescritiva, ou seja, não determinariam *diretrizes* que os moradores deveriam seguir e sim *limites* às suas ações, dentro dos quais seriam completamente livres para tomar qualquer decisão.¹⁸

É justamente um método parecido com este que o arquiteto Jorge Mario Jáuregui defende do Programa Favela-Bairro do Rio de Janeiro,¹⁹ no qual se é proposto que as intervenções nas favelas, ao invés de centrarem-se na moradia (como usualmente acontece), focariam em trazer uma concepção urbana à área. Construções que poderiam ser realizadas a partir da ajuda mútua, como

15. Rahul Srivastava e Matias Echanove, apresentação TEDx Talks, filmado em 4 de março de 2010 em TEDxMumbai, Mumbai, vídeo Youtube, 21:53, <https://www.youtube.com/watch?v=FtRdmkNNQ0w&t=106s>.

16. Matias Echanove e Rahul Srivastava, “When Tokyo Was a Slum,” *Next City – Informal City Dialogs*, 1 de agosto, 2013, <https://nextcity.org/informalcity/entry/when-tokyo-was-a-slum>.

17. Turner, *Housing by People*, 114-119.

18. Turner, 110.

19. Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro. http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm.

Imagem 62. Esquema de Leitura do Lugar do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro. (Esquisso de Jorge Mario Jáuregui.)

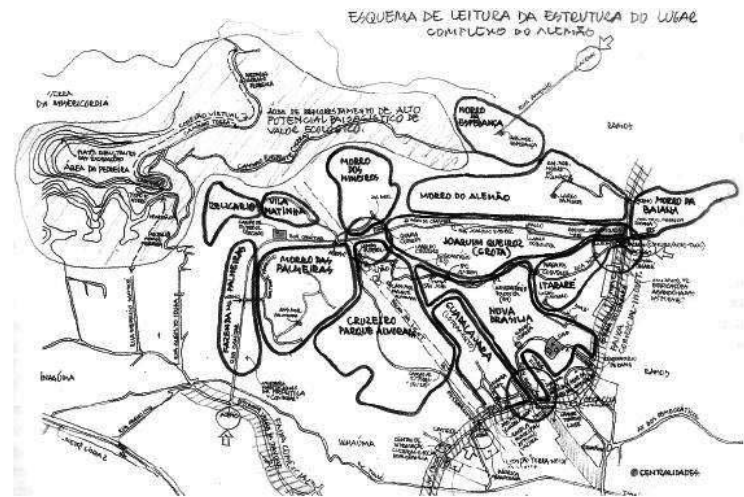
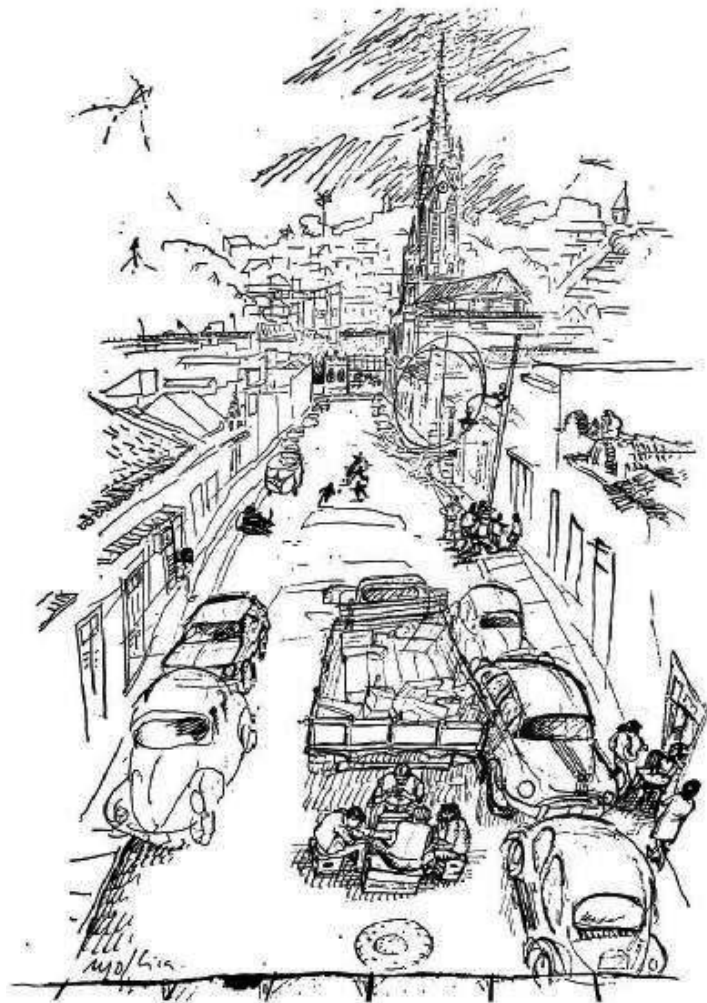


Imagem 63. Desenho da apropriação dos espaços no Bairro Catumbi no Rio de Janeiro. (Desenho de Orlando Mollica.)



casas, seriam deixadas nas mãos dos próprios moradores, enquanto o programa se encarregava de intervenções a nível urbano, como espaços públicos e infraestrutura.²⁰

Por outro lado, Lara Ferreira em seus estudos aponta a necessidade de incluir as melhorias habitacionais no processo de urbanização de favelas, não limitando-se à escala urbano. Esta visão, vem diante da existência de diferentes níveis de precariedade na massa construída das favelas que exigem diferentes posicionamentos, não podendo ignorar esta problemática em casos mais graves.²¹

Por fim, salienta-se a necessidade de conhecer efetivamente estes espaços antes de desenhá-los, processo que normalmente é feito através de um “diagnóstico” do ambiente que o analisa em todos os seus âmbitos. Este estudo pode ser feito de diversas formas, seja através de esquemas de leitura do lugar, analisando fluxos e centralidades, como feito por Jáuregui,²² ou através de investigações mais minuciosas, como levantamento de materiais construtivos e de condições habitacionais, como apontado por Ferreira.²³ Não se pode esquecer também da análise social do bairro, na qual se busca conhecer o espaço através dos habitantes e das suas interações sociais, semelhante ao posicionamento do arquiteto Carlos Nelson.²⁴

Percebe-se, então, que para intervir nos espaços ditos informais é necessária a adaptação da disciplina, prática e profissão da arquitetura à esta realidade, não podendo recorrer simplesmente a métodos e soluções usadas na produção formal do espaço. Como os arquitetos não estão familiarizados com estes ambientes, para realizar uma intervenção conseguida é essencial o envolvimento ativo do usuário. Neste contexto, o arquiteto adquiriria um papel coadjuvante, auxiliando o habitante através do seu conhecimento. Já quanto ao Estado, seria necessário o apoio e disponibilização de recursos aos moradores, de forma a permitir-lhes conquistar seu espaço dentro das cidades assim como já têm feito nas últimas décadas, mas desta vez com o suporte necessário. Vale ressaltar que na prática existem diversas vertentes de intervenção, umas mais voltadas a escala urbana, outras habitacional, porém, um aspecto comum entre elas, é a necessidade de conhecer o espaço e seus habitantes antes de intervir, pois consistem em ambientes que seguem regras distintas da cidade que estamos acostumados a desenhar.

20. Jorge Mario Jáuregui, *Estratégias de Articulación Urbana* (Buenos Aires: Nobuko, 2012), 126. [tradução livre pela autora].

21. Lara Ferreira, “Arquitetos Militantes na Urbanização de Favelas” in *XVII ENANPUR – Desenvolvimento, Crise e Resistência: Quais os Caminhos do Planejamento Urbano e Regional?* (São Paulo: FAUUSP, 2017), 8-9.

22. Jorge Mario Jáuregui, “La Lectura de la Estructura del Lugar,” in *Estratégias de Articulación Urbana* (Buenos Aires: Nobuko, 2012), 86-93.

23 . Ferreira, “Arquitetos Militantes na Urbanização de Favelas”, 8-9.

24 . Carlos Nelson F. dos Santos, “Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?,” in *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira*, org. Velho Gilberto (Rio de Janeiro: Campus, 1980), 43.

Imagem 64. Edifícios em altura localizados nas periferias urbanas em Chennai na Índia para reassentamento de moradores retirados por uma operação de *slum clearance*. (Fotografia de Vignesh KJ.)

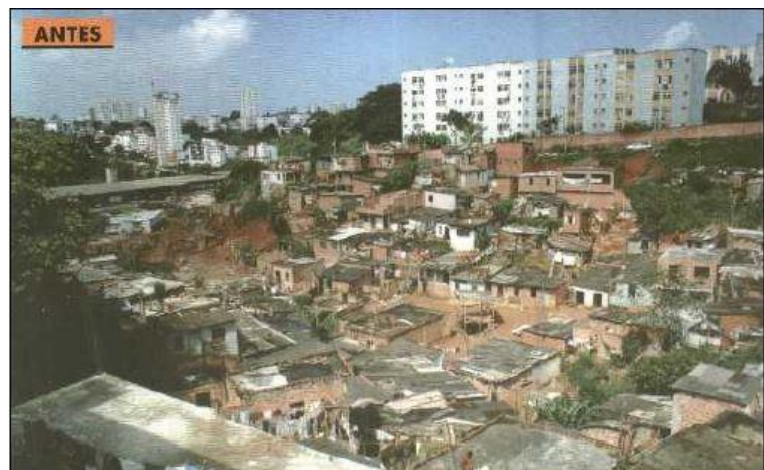


Imagem 65. Antes e depois da intervenção na comunidade Yolanda Pires, na Bahia no Brasil. Exemplo de ação de limpeza e reconstrução total do assentamento.

2.2. Da remoção ao *Slum-Upgrading*

Tanto as reflexões realizadas anteriormente, quanto as ações de *slum upgrading*, consistem em propostas recentes de intervenção nos assentamentos informais. Estas são resultado de uma longa linha de evolução de estratégias que foram sendo colocadas em prática ao longo dos anos. Desde o nascimento dos primeiros assentamentos até a atualidade, houve diversos posicionamentos diante destes espaços, os quais foram se alterando seguindo sensivelmente a lógica do pensamento arquitetônico e urbanístico de cada época. Estas práticas, claramente não consistiram em uma diretriz que foi seguida fielmente a nível global, e sim em tendências de intervenção que evoluíram distintamente conforme o contexto e o tempo. Mas, como possuíram uma orientação relativamente semelhante, se torna relevante fazer um breve repasso por este processo.

O primeiro direcionamento que as intervenções nos espaços ditos informais tomaram, na primeira metade do século XX, foi a sua erradicação, como abordado na seção sobre a Emergência das Favelas. Este processo esteve relacionado com projetos de renovação urbana que seguiam a lógica modernista do período. Trata-se de obras que almejavam a melhoria da qualidade de vida da população através de ações de *slum clearance*, que promoviam a demolição das antigas habitações densamente aglomeradas, substituindo-as por novas e melhores unidades habitacionais.²⁵ Havia uma crença de que “a intervenção sobre o espaço permitiria efetivar mudanças civilizatórias e disciplinadoras sobre ‘as classes perigosas’,” baseando-se no raciocínio de que espaços salubres promoviam pessoas com moralidade, e espaços insalubres impulsionavam a barbaridade.²⁶

A princípio estes programas consistiam na limpeza da área precária e reassentamento desta população em habitações “de qualidade” localizadas nas periferias. Quando perceberam que esta alternativa não era adequada pois a centralidade consistia em um quesito importante para os moradores, surgiram planos de limpeza e reconstrução total do bairro, proposta que exigia o abrigo temporário da população enquanto as obras estavam em andamento.²⁷ Contudo, era comum que as soluções habitacionais e o espaço urbano desenvolvidos por estes projetos, não se adequavam ao modo de vida local, o que levava a população a realizar alterações habitacionais ou mudar-se de bairro, assinalando o fracasso deste tipo de intervenção.

A partir dos anos 60, os programas de *slum clearance* foram intensamente criticados, pois além de ser uma solução cara, também não conseguiam suprir as demandas individuais, gerando

25. Vinit Mukhija, “Upgrading Housing Settlements in Developing Countries: The Impact of Existing Physical Conditions,” *Cities* 18, nº 4 (2001): 214.

26. Adauto Lúcio Cardoso, “Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas,” *Cadernos Metrópole* 17 (1º semestre 2007): 225.

27. “History,” What is Urban Upgrading, Upgrading Urban Communities: A Resource for Practitioners, atualizado em 16 de abril, 2001, <http://web.mit.edu/urbanupgrading/upgrading/whatis/history.html>.



Imagem 66. Intervenção em Dom Lucas, na Bahia no Brasil. Exemplo de ação de melhoramento urbano.

um agravamento da crise habitacional.²⁸ O determinismo físico que regia esta lógica modernizadora também tornou-se uma ideia intensamente reprovada, devido às suposições infundadas sobre as preferências dos moradores sem sequer questioná-los.²⁹ Por isso, neste período surgiram inúmeros pensadores que eram contrários ao urbanismo funcionalista e que defendiam uma visão mais sensível às percepções dos usuários acerca do espaço urbano, iniciando um afastamento deste tipo de política e aproximação a ideias de melhoramento e consolidação da malha urbana existente.³⁰

Ao final dos anos 70 e ao longo dos anos 80, programas de *slum upgrading* acompanhados da componente de autoajuda, se consolidaram como as melhores alternativas de intervenção nos assentamentos informais, visão que permanece até os dias de hoje.³¹ Esta solução é vista como vantajosa porque diminui fortemente o impacto na vida dos moradores, além de permitir intervenções a longo prazo. Ademais, como a remoção era uma solução viável apenas em assentamentos de menor porte, já que em complexos maiores se tornava impraticável devido a sua grande extensão e consolidação, através da intervenção na malha urbana já existente, os grandes assentamentos também poderiam ser intervencionados.³²

Foi neste contexto que em 1978 foi estabelecida a UN-Habitat, uma agência das Nações Unidas que lida especificamente com assentamentos e habitações humanas, trabalhando com o intuito de proporcionar “abrigo para todos.”³³ Para tal, realizam diversas campanhas e programas em âmbito global, dentro dos quais se encontram ações de melhoramento dos assentamentos informais. Especificamente este tipo de intervenção é mediado pela Aliança das Cidades, uma colaboração entre a UN-Habitat e o Banco Mundial, criada justamente para promover iniciativas de *slum upgrading*.³⁴ Trata-se de uma das principais agências que promovem este tipo de intervenção em escala global, atuando através distintos programas dependendo do contexto.

28. United Nations Human Settlements Program (UN-Habitat), *The Challenge of Slums* (London: Earthscan, 2003), 130.

29. Mukhija, “Upgrading Housing Settlements,” 214.

30. Fabio Pereira dos Santos, “A dimensão física em urbanização de favelas: desafios no tratamento da precariedade do ambiente construído e da moradia,” in *III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – UrbFavelas*, (Salvador, 21-23 de novembro, 2018), 2. De entre esses vale dar destaque a: Jane Jacobs, *Morte e Vida de Grandes Cidades*; Kevin Lynch, *A Imagem da Cidade*; Aldo Rossi, *Arquitetura da Cidade*; e John Turner, *Housing By People*.

31. UN-Habitat, *The Challenge of Slums*, 130.

32. John Beardsley e Christian Werthmann, “Improving Informal Settlements: Ideas from Latin America,” *Harvard Design Magazine*, nº 28 (Spring/Summer 2008): 1.

33. “UN-Habitat,” Spatial Agency, acessado em 6 de junho, 2020, <https://www.spatialagency.net/database/un.habitat>.

34. O principal papel que a Aliança das Cidades possui para a promoção de *slum upgrading* é através do financiamento de programas em âmbito nacional e municipal, do compartilhamento de experiências parecidas ao redor do mundo, e do contato direto com governos e parceiros salientando a importância do gerenciamento do crescimento urbano de uma forma adequada às necessidades das camadas mais pobres. “Slum Upgrading Fact Sheet,” About Slum Upgrading, Cities Alliance, acessado 6 de junho, 2020, <https://www.citiesalliance.org/about-slum-upgrading>.

A ação de *Slum Upgrading* de acordo com a Aliança das Cidades, consiste em “um processo pelo qual as áreas informais são gradualmente melhoradas, formalizadas e incorporadas à cidade em si [...]”.³⁵ Para isso, buscam proporcionar aos moradores destas zonas serviços econômicos, sociais, institucionais e comunitários que o restante da sociedade já possuía.³⁶

Dentro do pacote de medidas implementadas nas ações de melhoramento, vale destacar a existência de uma vertente social, por ser abordagem que não costuma ser vista com tanta urgência quanto ações mais concretas. Trata-se de uma prática relativamente recente que esteve ausente nos primeiros planos *slum upgrading*, os quais proporcionavam melhorias físicas nas comunidades, mas mantinham a exclusão social através da falta de serviços e oportunidades.³⁷ Esta mudança ocorreu porque percebeu-se que a integração física ao restante cidade não era o suficiente para proporcionar a integração social da comunidade.³⁸ Como resultado, órgãos de financiamento de programas de *slum upgrading*, como o Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), começaram a exigir a presença de programas sociais dentro do pacote geral de intervenções, expandindo este tipo de abordagem.

Na atualidade o método de intervenção nos assentamentos informais mais difundido e defendido ao redor do mundo são os programas de Urbanização de Favelas, também chamados internacionalmente de *slum upgrading*. Todavia, se trata de uma abordagem que está sendo explorada, possuindo diversas vertentes de atuação que podem ser consideradas fracassadas ou de sucesso, dependendo do quesito analisado. Para seguir num constante melhoramento desta linha de ação, cada vez mais aparecem entidades internacionais e nacionais que promovem e financiam intervenções, de forma a fomentar a investigação de quais são as soluções que efetivamente conseguiriam proporcionar melhorias a estas comunidades sem prejudicar sua lógica interna.

35. “Slum Upgrading Fact Sheet,” Cities Alliance.

36. “Slum Upgrading Fact Sheet,” Cities Alliance.

37. Cardoso, “Experiência brasileira de urbanização de favelas,” 233-234.

38. Cardoso, “Experiência brasileira de urbanização de favelas,” 226-227; Mukhija, “Upgrading Housing Settlements,” 215-216.

Imagem 67. Localização dos Projetos Urbanos Integrais na Cidade de Medellín.
(Empresa de Desarrollo Urbano e Alcaldía de Medellín.)

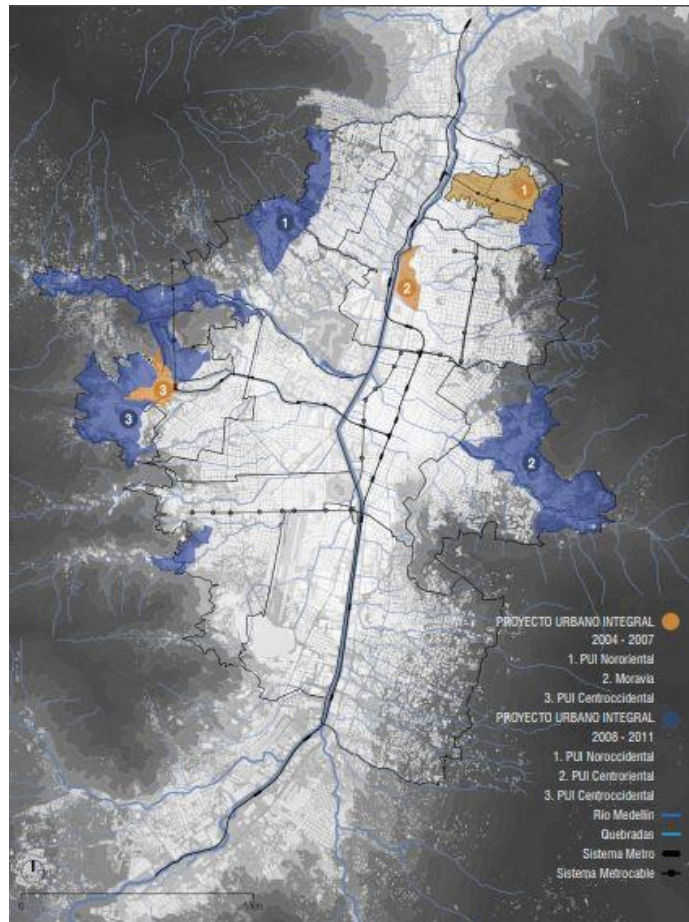


Imagem 68. Plano geral do Projeto Urbano Integral Nororiental. (Empresa de Desarrollo Urbano e Alcaldía de Medellín.)



2.2.1. O Modelo Medellín

Um exemplo de ação de *slum upgrading* considerado bem sucedido é o caso de Medellín na Colômbia que conseguiu transformar uma das cidades mais violentas do mundo em referência internacional de recuperação e inclusão social e urbana. Esta mudança foi alcançada através da implantação de uma estratégia denominada de Urbanismo Social, a qual consiste na combinação de programas sociais, culturais e de educação com projetos de arquitetura e urbanismo.³⁹

Esta estratégia foi colocada em prática através dos chamados Projetos Urbanos Integrados (PUIs) que consistiam em um “instrumento de planejamento e intervenção física em zonas caracterizadas por altos índices de marginalidade, segregação, pobreza e violência.”⁴⁰ Por meio destes projetos se pretendia colocar em prática o Plano de Ordenamento Territorial (POT) da cidade, desenvolvendo ações sobre o território em diversas escalas, de forma a articular a concepção, o projeto e a execução de obras de infraestrutura com os diferentes programas governamentais.⁴¹

A estratégia de Urbanismo Social, de acordo com o Alejandro Echeverri, arquiteto que participou ativamente na transformação de Medellín, foi pensada a partir de sete ideias basilares.⁴²

A primeira delas é a seleção de *Zonas de Ação* para a implementação dos PUIs, as quais consistiram nas áreas mais vulneráveis da cidade com maior potencial de integração.⁴³

O segundo conceito é a coordenação de um *Projeto Holístico* que atuasse nas mais variadas escalas, articulando-se adequadamente com os distintos programas estratégicos do governo. Neste contexto, tanto a realização de projetos de grande impacto urbano como equipamentos públicos, quanto intervenções a pequena escala como passeios e ruas, eram importantes.⁴⁴

A terceira ideia é a criação de *Projetos de Conexão* que resolvessem a segregação destes bairros. Para tal, implantou-se um sistema de transporte público, articulado com projetos de escala local, como pontes, ruas, calçadas etc, para a sua integração física. Depois, foram construídos novos equipamentos públicos, inserindo atividades nas comunidades, integrando-as socialmente.⁴⁵

39. Alejandro Echeverri, “Medellín reescreve os seus bairros – Urbanismo Social 2004-2011,” *Revista Prumo* 2, nº 3 (Julho 2017): 33, <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/issue/view/18/7>.

40. Alejandro Echeverri e Francesco M. Orsini, “Informalidad y Urbanismo Social en Medellín,” *Sostenible?*, nº 12 (Dezembro 2011): 17, <http://hdl.handle.net/2099/11900>.

41. Echeverri, “Medellín reescreve os seus bairros,” 33-34.

42. Echeverri, 34.

43. Echeverri, 35.

44. Echeverri, 35.

45. Echeverri, 35-36.

Imagem 69. Teleférico (Metrocable) de Medellín. (Secretaria de Movilidad de Medellín.)



Imagem 70. Biblioteca España em Medellín, projetada pelo arquiteto Giancarlo Mazzanti (Fotografia de Diana Moreno.)



Imagem 71. Ponte Mirador Andalucía – La Francia e espaço público no encontro com um dos bairros, em Medellín.



Imagem 72. Novo passeio urbano Andalucía em Medellín.



O quarto conceito concerne a necessidade de dar *visibilidade* a estes bairros, através da ressignificação de sua identidade por meio da introdução de programas e projetos arquitetônicos que atendessem a cidade toda, tornando as comunidades visíveis física e psicologicamente.⁴⁶

O quinto aspecto é a necessidade de obras de *qualidade*, tanto projetual quanto material. Através desta característica tem-se a intenção de fomentar a auto-estima e o orgulho da população, na tentativa de incentivar o zelo e apropriação das obras, diminuindo o risco de vandalismo.⁴⁷

O sexto ponto consiste na *proximidade* entre as intervenções e os moradores. Este aspecto é referente a intervenção a pequena escala, na qual se cria espaços públicos de uso cotidiano de qualidade e em quantidade, conseguindo dialogar a obra com a dinâmica pré-existente.⁴⁸

A sétima ideia reside na *co-criação*, isto é, na parceria entre o governo, a comunidade e seus líderes, fomentando uma relação de confiança. O projeto, neste contexto, é visto como um processo que se formula e adapta a partir do diálogo entre estes dois agentes.⁴⁹

Na prática, todos estes pontos articulam entre si, levando a criação de projetos nas mais variadas escalas e programas. De entre as intervenções de maior escala, destaca-se o Metrocable e a Biblioteca Espanha. O Metrocable consiste em um dos novos sistemas de transporte que integram fisicamente os bairros marginalizados, introduzindo também novos equipamentos e espaços públicos fomentando a integração social da comunidade.⁵⁰ Já a Biblioteca Espanha, projetada por Giancarlo Mazzanti se enquadra dentro daqueles elementos de grande impacto urbano que traz visibilidade e valorização ao bairro, ao mesmo tempo que introduz programas educacionais.⁵¹

De entre os projetos de menor escala, a Ponte Mirador Andalucía – La Francia, merece destaque por promover a conectividade entre bairros vizinhos, antes apartados, ao mesmo tempo que cria novos espaços públicos. Além deste exemplo, o Passeio Urbano Andalucía também foi uma intervenção relevante, por trazer ao bairro qualidade urbanística a partir da redefinição da secção da rua, introduzindo mais espaços públicos e zonas arborizadas.⁵²

46. Echeverri, "Medellín reescreve os seus bairros," 36.

47. Echeverri, 37.

48. Echeverri, 37-38.

49. Echeverri, 38.

50. Echeverri e Orsini, "Informalidad y Urbanismo Social en Medellín," 18; Dominique Mashini, "Como fazer cidades: o modelo Medellín," trad. Romullo Baratto, *ArchDaily Brasil*, 25 de junho, 2013, <https://www.archdaily.com.br/br/01-122788/como-fazer-cidades-o-modelo-de-medellin>.

51. Mashini, "Como fazer cidades: o modelo Medellín"; "Biblioteca Espanha em Medellín," Wikiarquitectura, acessado em 10 de setembro, 2020, <https://pt.wikiarquitectura.com/constru%C3%A7%C3%A3o/biblioteca-espanha-em-medellin/>.

52. Empresa de Desarrollo Urbano e Alcaldía de Medellín, *Medellín: Modelo de transformación urbana, Proyecto Urbano Integral – PUI – en la zona nororiental, Consolidación Habitacional en la Quebrada Juan Bobo* (Medellín: Alcaldía de Medellín, 2014), 85, <http://www.edu.gov.co/publicaciones>.

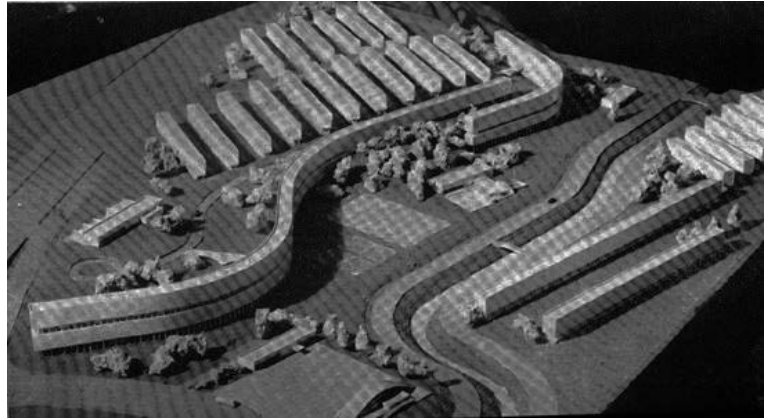
O caso de Medellín, provavelmente, é um dos melhores exemplos de ação de melhoramento nos bairros informais da atualidade. Consiste em um plano de intervenção que atua através de diversas vertentes, articulando projetos urbanos e arquitetônicos com programas sociais. Além de conseguir melhorar efetivamente a qualidade de vida local, também lograram em amenizar problemas sociais que antes eram alarmantes, como é o caso da segurança pública. Evidentemente, apesar de não terem sido apontados, trata-se de uma proposta que possui suas falhas, podendo melhorar diversos aspectos. Contudo, o que concerne a esta dissertação, é utilizar de um caso concreto de ação de *slum-upgrading* para exemplificar a forma como este tipo de prática tem sido realizado. Medellín todavia ainda possui problemas de desigualdade social, segregação urbana e precariedade habitacional, sendo o seu processo de urbanização mais uma experiência no repertório de Programas de Urbanização de Assentamentos Informais que todavia está sendo explorado.

2.3. Políticas de Intervenção de Favelas no Brasil

A evolução das intervenções em assentamentos informais no Brasil seguiu um processo de evolução relativamente semelhante a linha de desenvolvimento global apontada anteriormente, no qual inicialmente se produziam remoções, desenvolvendo-se, pouco a pouco, para ações de melhoramento urbano. Na prática, estas intervenções se manifestaram por meio políticas públicas criadas especificamente para o tratamento da problemática habitacional e/ou das favelas. Para realizar o estudo destas ações governamentais ao longo da história brasileira, esta secção está dividida em duas subsecções, as quais consistem em políticas públicas com diferentes abrangências. Na primeira subsecção são estudadas as medidas tomadas federalmente, fazendo uma passagem pelas principais ações em âmbito nacional que afetaram o tratamento das favelas. Já na segunda subsecção, analisa-se as medidas tomadas localmente que possuíram repercussão estadual e municipal em São Paulo, compreendendo melhor as particularidades do caso escolhido.

Vale ressaltar que para fazer o levantamento histórico de intervenção nas favelas, é inevitável apontar ações que não foram voltadas especificamente a estes espaços, sendo muitas delas relacionadas a produção de habitação social. Isto se dá porque a informalidade sempre foi tratada como um problema de falta de moradia, sendo estes programas uma tentativa de impedir o crescimento das favelas.

Imagem 73. Conjunto Habitacional em Deodoro no Rio de Janeiro, também conhecido como Conjunto Habitacional Presidente Getúlio Vargas, do arquiteto Flávio Marinho Rego. Construído pela Fundação Casa Popular.



40 - 4ª Cad. FOLHA DE S. PAULO

IMOVEIS VENDEM-SE

AGORA, COM O NOVO PLANO DO BNH, VOCÊ VAI SE LIVRAR MESMO DO ALUGUEL!

CHEGOU SUA VEZ

Conjunto Brooklin! Quatro imponentes blocos de confortáveis apartamentos, com 2 ou 3 dormitórios, que a Guarantã está acabando de construir para você. Tão logo sejam publicados os novos planos do BNH, iniciaremos as vendas. Mas você já pode visitar o seu apartamento!

CONJUNTO BROOKLIN
aceitamos reservas

CONSTRUTORA GUARANTÃ S.A.
R. D. José de Barros, 264, 12º and. Tel: 35-5131
Dept. Imobiliário: R. 24 de Maio, 102, 6º and. Tel: 33-9006

BNH

W 004 301

Imagem 74. Anúncio Conjunto Brooklin em São Paulo, construído pelo Banco Nacional da Habitação. (Acervo Folha de S. Paulo.)

2.3.1. Políticas Federais

Do princípio do século XX até os anos 40, a produção habitacional brasileira estava nas mãos da iniciativa privada. Este processo, como visto, esteve relacionado com o rápido crescimento populacional urbano, manifestando-se através de um grande número de habitações de aluguel. Apenas em 1930, com a entrada de Getúlio Vargas no poder que foi iniciada a produção habitacional estatal. Esta transição se deu, principalmente, devido a Lei do Inquilinato (1942) que retraiu o mercado de aluguel, e levou os investidores a inverterem seu dinheiro na indústria.⁵³ Para suprir a falta de recursos privados, o campo da construção civil passou a receber investimentos públicos voltados maioritariamente para a produção de habitação operária.⁵⁴

Em 1946 foi criado o primeiro órgão nacional destinado à provisão de moradia para a população de baixa renda, a Fundação Casa Popular (FCP) que teoricamente vinha dar resposta à crise habitacional pós-guerra através de uma política nacional de habitação. Contudo, na prática não logrou em atender às necessidades habitacionais devido a diversos motivos, dentro dos quais destaca-se: a carência de recursos financeiros, a desarticulação com outros órgãos e, principalmente, “a ausência de uma ação coordenada para enfrentar de modo global o problema habitacional [...]” levando a diversas iniciativas desarticuladas.”⁵⁵

Estas medidas desacertadas de Vargas estiveram em vigor até 1964, quando iniciou-se a ditadura militar no Brasil. Neste momento extinguiu-se a Fundação Casa Popular e foram criados outros dois novos órgãos, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), os quais eram voltados para a produção de conjuntos habitacionais e infraestrutura urbana. Da mesma forma que a FCP, estas medidas acabaram por não atender às demandas da população mais pobre, porque grande parte das unidades habitacionais foram direcionadas à classe média, reforçando os assentamentos informais como a única alternativa para as classes baixas.⁵⁶

Em relação à informalidade, o período da ditadura militar foi marcado por dois posicionamentos distintos do poder público. A princípio atuaram fundamentalmente através da remoção das favelas e reassentamento da população em conjuntos habitacionais periféricos. Como no momento a erradicação de assentamentos informais não estava bem vista a nível internacional, a partir da metade dos anos 70 o governo redirecionou suas ações para o melhoramento das favelas e provisão de habitação popular. De entre os planos promovidos, o Promorar – Programa de

53. Maria de Lourdes Zuquim, “Urbanização de assentamentos precários no município de São Paulo: quem ganha e quem perde?” in *Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporânea: Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade* (Natal: ANPARQ, 2012), 2.

54. Nabil Georges Bonduki, “A Origem da Habitação social no Brasil,” *Análise Social* XXIX, nº 127 (3º 1994): 724.

55. Bonduki, 717-719.

56. Zuquim, “Urbanização de assentamentos precários,” 3.

Imagem 75. Manifestação no
palácio do Governo do Estado em 1983.
(Coleção Jornal Movimento. Arquivo
Público do Estado de São Paulo.)



Imagem 76. Promulgação da
Constituição Federal de 1988. (Arquivo
Agência Brasil.)



Erradicação da Sub-habitação (1979) merece destaque, por consistir no primeiro programa a nível federal de urbanização de favelas, com o intuito de erradicá-las sem retirar os moradores da área. Apesar desta mudança de posicionamento, as ações do BNH não atingiram grande escala, falhando, por conseguinte, em atender as demandas populares.⁵⁷

Ao longo da ditadura militar no Brasil, acabou por não se promover grande melhora quanto à problemática habitacional. Pelo contrário, nos anos 80 houve uma expansão substancial dos assentamentos informais nas cidades. Este processo, para além da falta de provisão de moradia popular, foi fortalecido pela Lei Lehman de 1979 que tornou ilegal o parcelamento do solo sem infraestrutura e criminalizou o loteamento clandestino. Logo, a aquisição de lotes periféricos pela população mais pobre se tornou praticamente inacessível, direcionando estas famílias às favelas.⁵⁸

No período de abertura democrática após 1985, as cidades brasileiras se encontravam num alto nível de precariedade habitacional, o que levou à insurgência de inúmeros movimentos populares em favor da reforma urbana na política. Estes defendiam a incorporação das favelas à malha legal da cidade através do processo de urbanização. Em resposta às pressões populares, na Constituição Federal de 1988, foi regulamentada pela primeira vez na história do país a função social da cidade e da propriedade. Contudo, não foi estabelecida nenhuma política nacional de habitação, esvaziando o poder federal de qualquer responsabilidade quanto esta problemática.⁵⁹

Logo, nos anos 90 a questão habitacional concentrou-se nas mãos dos poderes municipais e estaduais, os quais atuaram principalmente através programas de urbanização de favelas. Foi também neste momento, que surgiram os primeiros projetos de financiamento de organizações multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM), que buscavam atenuar os efeitos sociais das políticas económicas liberais do período, através do incentivo financeiro a programas de *slum upgrading*. Na prática, a parceria entre os governos locais e estas organizações levou a intervenções fundamentalmente físicas, seguindo a crença de que esta ação solucionaria o estado de marginalização socioeconómica destas populações.⁶⁰

Quanto a atuação a nível federal, neste período esta se manteve bastante reduzida, manifestando-se em medidas de incentivo à urbanização e produção habitacional, que em geral tiveram pouca repercussão. De entre elas, destaca-se o Programa Habitar Brasil que resumiu-se em

57. Adauto Lúcio Cardoso e Rosana Denaldi, "Urbanização de favelas no Brasil: Um balanço preliminar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)," in *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC* (Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018), 18-19; Cardoso, "Experiência brasileira de urbanização de favelas," 228.

58. Zuquim, "Urbanização de assentamentos precários," 4.

59. Denise Antonucci et al., "Da luta pela moradia à urbanização de assentamentos precários: a política habitacional no Brasil," in *Barrios populares Medellín: favelas São Paulo*, org. Maria de Lourdes Zuquim e Liliana Maria S. Mazo (São Paulo: FAUUSP, 2017), 53-54.

60. Antonucci et al., "Da luta pela moradia à urbanização," 56.

medidas de financiamento para construção de moradias e programas de urbanização liderados localmente. Entretanto, cada uma das fases deste programa possuiu os seus impasses, levando à pouca abrangência, baixo desempenho ou reduzida contratação dos governos locais.⁶¹

Os anos 2000 foram o período em que os programas de intervenção em assentamentos informais ganharam uma dimensão significativa. Isto ocorreu especialmente, devido à instituição de dois instrumentos políticos importantes: o Estatuto da Cidade em 2001 e o Ministério das Cidades em 2003. Enquanto o primeiro determina o “principal quadro normativo que orienta ações na área da política urbana do país,”⁶² introduzindo importantes instrumentos urbanísticos para regularização das zonas urbanas ilegais⁶³, o segundo consiste no órgão coordenador e gestor desta nova política.⁶⁴

Em 2004, foi apresentada a Política Nacional de Habitação (PNH), que “representa a reestruturação institucional do setor e a retomada do planejamento [...]” resultando no Plano Nacional de Habitação (PlanHab) em 2008.⁶⁵ Esta nova política baseou-se em três eixos de atuação: a provisão habitacional, a urbanização de assentamentos precários e o desenvolvimento institucional, os quais foram postos em prática nos anos seguintes através de programas mais definidos.⁶⁶

O primeiro destes foi o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), uma ramificação do Sistema Nacional de Habitação (SNH) criada em 2005, que definia contornos mais claros de atuação quanto à habitação de interesse social. De entre as medidas delineadas, se estabelecia que os municípios seriam oficialmente os principais agentes promotores desta política e aqueles que quisessem aderir deveriam criar localmente um fundo de Habitação de Interesse Social, um conselho gestor e, principalmente, Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), os quais seriam avaliados pelo governo federal e, se aprovados, receberiam recursos para serem colocados em prática. Para tal, foi criado paralelamente o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) justamente para gerenciar estes recursos e repassá-los aos governos locais.⁶⁷

Neste momento, os municípios rapidamente aderiram ao novo sistema, tendo em conta que poderiam receber investimento federal para auxiliar os planos habitacionais locais que já estavam

61. Antonucci et al., 56-57.

62. Cardoso, “Experiência brasileira de urbanização de favelas,” 228.

63. Cities Alliance, *Integrando os Pobres: Urbanização e regularização Fundiária na Cidade de São Paulo* (São Paulo: Cities Alliance, 2004), 18. De entre estes instrumentos vale citar o Usucapião Urbano, as Zonas de Interesse Sociais (ZEIS) e Concessão de Uso. (Ver também p. 28.)

64. Antonucci et al., “Da luta pela moradia à urbanização,” 58.

65. Antonucci et al., 58.

66. Cardoso e Denaldi, “Urbanização de favelas no Brasil,” 23. O termo Assentamentos Precários para referir-se tanto a favelas, quanto outros assentamentos como loteamentos clandestinos ou irregulares, conjuntos habitacionais irregulares ou degradados, cortiços e ocupações.

67. Cardoso e Denaldi, “Urbanização de favelas no Brasil,” 23-24; Antonucci et al., “Da luta pela moradia à urbanização,” 58-59.



Imagem 77. Organograma da Estrutura do PAC – I. (Elaborado por Márcia Prestes a partir de: Ministério do Planejamento do Brasil, *Apresentação do Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010* (Brasília: Ministério do Planejamento, 2007).)

postos em prática e possuíam baixa amplitude devido à escassez de recursos.⁶⁸ Logo, em 2007, quando foi lançado o primeiro Programa de Aceleração de Crescimento (PAC I) já existia uma política habitacional em andamento. Este novo programa, consistia em “um pacote de medidas econômicas centradas, principalmente, em investimentos públicos na realização de obras de infraestrutura,” as quais se esperava que reverteriam num maior desenvolvimento do país.⁶⁹

Como o PAC atuava em distintas áreas, a distribuição de recursos era feita através de uma de diversos Eixos de Investimentos, constituídos de Modalidades, as quais compunham-se de Programas e Ações.⁷⁰ Nesta categorização, encontravam-se algumas ramificações que englobavam ações em favelas. Estas, dentro da estrutura do PAC, estavam no bloco de investimento para Infraestrutura, no eixo Social-Urbano, em duas modalidades: Habitação e Saneamento. Na primeira, nos programas e ações de Produção e Melhoria Habitacional e Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) e, na segunda, nas Intervenções Integradas em Favelas.⁷¹

Apesar destes três programas incluírem ações nos assentamentos informais, o PAC-UAP era o único que operava exclusivamente nestes espaços com o objetivo de elevar a qualidade de vida desta população. Os trabalhos feitos nesta ramificação variavam consideravelmente, abordando obras de implantação de infraestrutura urbana, eliminação de situações de risco, adequação do sistema viário, recuperação ambiental, apoio e melhoria habitacional, construção de novas moradias, entre outros.⁷² Neste conjunto, vale a pena destacar a existência de uma vertente social que, através da construção de equipamentos públicos e trabalhos comunitários, proporcionariam a integração social desta população marginalizada.

No entanto, o PAC-UAP foi apreciado de forma negativa, principalmente devido a problemas no andamento das obras que levaram a inúmeras paralizações. Estes impasses, em sua maioria, foram decorrentes do reaproveitamento de muitos planos já existentes nos municípios, utilizando dados desatualizados que exigiram após o início das obras reprogramações e adaptações projetuais. Consequentemente, muitos projetos demandaram mais recursos do que o planejado inicialmente.⁷³

Em 2009, dois anos depois do início do PAC I, foi criado o *Programa Minha Casa Minha Vida* (PMCMV), uma tentativa do governo de criar empregos e investir na construção civil através da

68. Antonucci et al., “Da luta pela moradia à urbanização,” 58. De acordo com os autores, em 2008 o SNHIS tinha sido contratado por 96% dos municípios brasileiros.

69. Cardoso e Denaldi, “Urbanização de favelas no Brasil,” 24-25.

70. Cardoso e Denaldi, 10.

71. Antonucci et al., “Da luta pela moradia à urbanização,” 60.

72. Cardoso e Denaldi, “Urbanização de favelas no Brasil,” 27.

73. Cardoso e Denaldi, “Urbanização de favelas no Brasil,” 33-36.



Imagem 78. Minha Casa Minha Vida em São Luís, Maranhão. (Fotografia de Isac Nóbrega. Palácio do Planalto.)



Imagem 79. Organograma da Estrutura do PAC – II. (Elaborado por Márcia Prestes a partir de: Ministério do Planejamento do Brasil, *Apresentação do Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010* (Brasília: Ministério do Planejamento, 2007).)

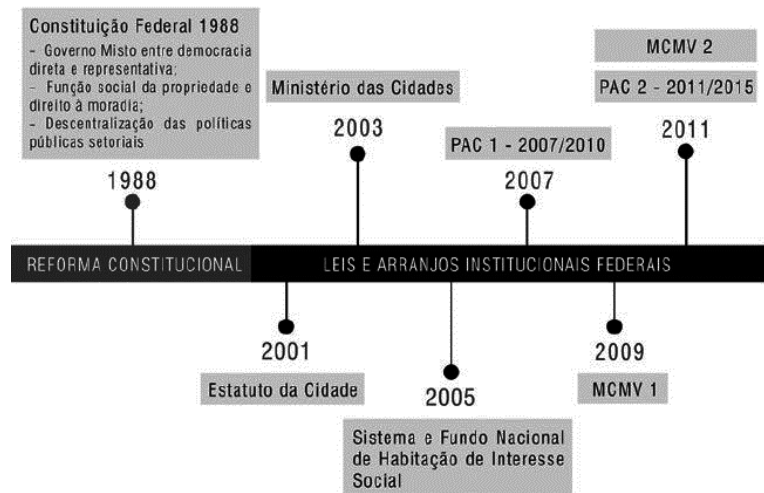


Imagem 80. Linha do tempo das principais políticas urbana e habitacional do Brasil. (Acervo do Núcleo de Apoio à Pesquisa, Produção e Linguagem do Ambiente Construído (NAPPLAC) da FAUUSP.)

edificação de moradias de baixa renda.⁷⁴ Entretanto, este também foi alvo de críticas que alegavam que o programa ao invés de lutar contra a segregação a estimulava, pois propunha a construção de casas unifamiliares estandardizadas nas periferias, longe do acesso a infraestrutura, serviços e transporte.⁷⁵ Considerando que este projeto era voltado exclusivamente à produção habitacional, o PAC canalizou seus recursos principalmente para urbanizações, acelerando este tipo de ação.⁷⁶

Quando iniciado o PAC-II em 2010, houve uma reformulação da sua estrutura interna, introduzindo nos diversos eixos de atuação o PMCMV, que agora, para além da ação voltada para produção habitacional, também englobava as Urbanização de Assentamentos Precários e o Financiamento Habitacional. Além deste, o eixo Cidade Melhor também teve impacto nos espaços informais, porque previa Programas de Saneamento e de Prevenção em Áreas de Risco.⁷⁷ Apesar das mudanças, esta fase foi uma continuação da primeira, reproduzindo os mesmos erros.

Até 2015, as ações do PAC se mantiveram em um ritmo considerável, apesar de perder gradativamente espaço na agenda do poder federal, devido à grande quantidade de obras em atraso.⁷⁸ Com a crise econômica e política que o país passou entre 2015 e 2016, este quadro sofreu um brusca rotura, principalmente após a entrada de Michel Temer no poder. A partir deste momento, as ações federais passaram a seguir uma linha conservadora que se afastava daquela implantada até então, acarretando numa notável redução de programas como o PAC e o PMCMV, afetando conseqüentemente, o desenvolvimento de ações de urbanização de favelas.⁷⁹

Pode-se afirmar que as medidas federais quanto à habitação e ao espaço informal ao longo dos anos no Brasil, evoluíram lentamente para a inclusão das favelas no meio urbano. O poder federal que ao princípio do século se encontrava praticamente isento de responsabilidade quanto a problemática habitacional, acabou por determinar diretrizes para os governos estaduais e municipais atuarem localmente. Entretanto, mesmo caminhando para uma direção progressista, os programas colocados em prática acabaram por falhar em diversos pontos, perdendo sua força e importância na política nacional, chegando a serem paralisados quase que completamente com a mudança dos interesses da nova gestão.

74. Antonucci et al., "Da luta pela moradia à urbanização," 59.

75. Antony Ling, "Parem de construir casas para resolver a falta de moradia," *Caos Planejado*, 19 de maio, 2016, <https://caosplanejado.com/parem-de-construir-casas-para-resolver-a-falta-de-moradia/>.

76. Antonucci et al., "Da luta pela moradia à urbanização," 61.

77. Antonucci et al., 62.

78. Antonucci et al., 63.

79 Cardoso e Denaldi, "Urbanização de favelas no Brasil," 12. Esta mudança de governo foi decorrente do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, decisão política amplamente polêmica nacional e internacionalmente.

2.3.2. Políticas Estaduais e Municipais em São Paulo

Considerando que no município de São Paulo as favelas não se expandiram até os anos 70, o posicionamento governamental perante estes espaços até então se resumia maioritariamente em remoções, as quais eram extremamente viáveis, tendo em vista a dimensão e consolidação reduzida dos assentamentos. Conforme estes ambientes começaram a conquistar seu espaço, era possível encontrar algumas intervenções pontuais voltadas à resolução de problemas específicos.⁸⁰ Mas, até os anos 80, não existia nenhuma ação efetiva que procurasse integrar as favelas na cidade dita formal, sendo a sua erradicação a solução dominante para o problema da precariedade habitacional.

O primeiro avanço em direção a uma política de incorporação das favelas à cidade de São Paulo foi feito no governo de Olavo Setúbal (1975-1979), no qual houve a consolidação de algumas estruturas institucionais que auxiliaram ações futuras. De entre estas destaca-se: a criação da Coordenadoria de Bem-Estar Social (COBES) em 1977, que comprava terrenos particulares ocupados por assentamentos sob ameaça de despejo e realizavam melhorias na área por meio do mutirão,⁸¹ e a criação do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS), que permitia a ação independente do governo local em relação ao federal.⁸²

Estas ações permitiram avanços relevantes nas gestões de Reynaldo de Barros (1979-1982) e de Mário Covas (1983-1986), que executaram as primeiras intervenções em favelas no município. A criação do FUNAPS, por exemplo, liberou recursos financeiros para o Profavela (1981), o primeiro programa municipal voltado ao melhoramento das áreas informais, através da provisão habitacional e instalação de infraestrutura e equipamentos públicos.⁸³ Com a implementação do Plano Habitacional do Município de São Paulo em 1984 também houve avanços quanto à regularização fundiária, devido a elaboração do projeto de lei de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).⁸⁴ Estas medidas, no entanto, não conseguiram alcançar escala da problemática habitacional, consistindo em uma experimentação que não teve como consolidar-se devido ao curto tempo de gestão.⁸⁵

80. Patrícia R. Samora e Maria de Lourdes Zuquim, “Desafios da urbanização de assentamentos precários em São Paulo,” in *Barrios populares Medellín: favelas São Paulo*, org. de Maria de Lourdes Zuquim e Liliana Maria S. Mazo (São Paulo: FAUUSP, 2017), 66.

81. Iniciativas coletivas baseadas na ajuda mútua gratuita para alcançar um fim.

82. Ana Gabriela Akaishi et al., “O Programa de Aceleração de Crescimento no Contexto das Urbanizações de Favela em São Paulo,” in *III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – UrbFavelas* (Salvador, 21-23 de novembro, 2018), 3.

83. Akaishi et al., 4.

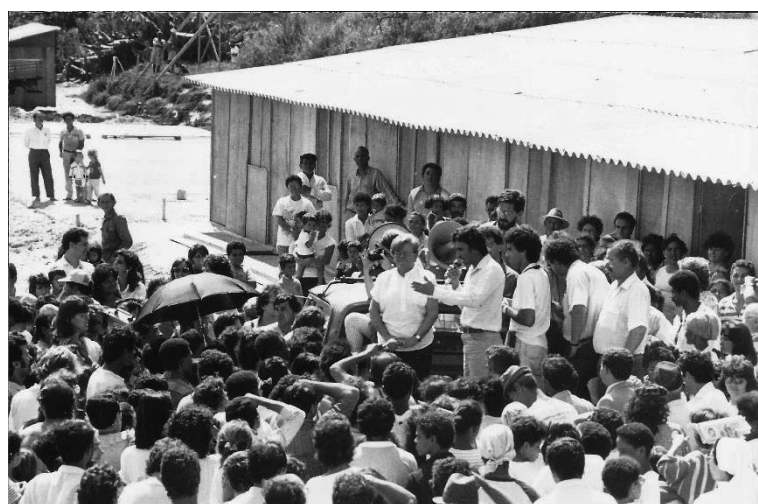
84. Ana Gabriela Akaishi et al., “O Programa de Aceleração de Crescimento no Contexto das Urbanizações de Favela em São Paulo,” in *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*, org. Adauto Lúcio Cardoso e Rosana Denaldi (Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018), 51.

85. Samora e Zuquim, “Urbanização de assentamentos precários em São Paulo,” 67.

Imagem 81. Remoção da Favela
Jucelino Kubitschek realizada na gestão de
Jânio Quadros.
(Biblioteca Digital do Senado
Federal.)



Imagem 82. Luiza Erundina em
um dos lançamentos de projetos
habitacionais para famílias de baixa renda
realizado em sua gestão.



No mandato de Jânio Quadros (1986-1988), diante do seu conservadorismo, estagnou-se as intervenções nos espaços informais, retrocedendo às remoções. De entre as medidas tomadas, está o arquivamento do projeto de lei da CDRU, de modo a incentivar ações de erradicação e o reassentamento populacional a conjuntos habitacionais periféricos.⁸⁶ Para legalizar este tipo de ação, em 1986 foi criada a Lei de Operações Interligadas, também conhecida como “Lei do Desfavelamento,” que “permitia a modificação de índices e características de uso e ocupação do solo de modo a favorecer empreendedores imobiliários que, em troca, ficariam obrigados a construir habitações sociais para os moradores removidos de favelas.”⁸⁷ A maior repercussão desta lei foi a remoção de assentamentos localizados em zonas de interesse dos investidores privados.⁸⁸

Apenas no mandato de Luiza Erundina (1989-1992) que voltaram os projetos de urbanização das favelas e regularização fundiária, desta vez em maior escala devido à forte participação popular e à descentralização das atividades através de convênios com assessorias técnicas disciplinares.⁸⁹ A primeira ação que recebeu destaque, foi a criação do Programa de Habitação de Interesse Social que buscava prover regularização física e judiciária das favelas. Neste, foram propostas diferentes vertentes de atuação de acordo com a escala da intervenção. Para obras de grande porte seriam contratadas empreiteiras que deveriam seguir as diretrizes da Superintendência de Habitação Popular. Já intervenções menores, como a instalação de infraestrutura, construção de unidades habitacionais, ou ações de melhoria, seriam executadas por regime de mutirão auxiliados por Convênios específicos.⁹⁰ Trata-se de uma estruturação que funcionou de maneira acertada, concretizando a urbanização de mais de 100 favelas, sendo vista até hoje como referência. Por outro lado, na regularização fundiária não houve grandes avanços, pois era um processo dependente do diálogo entre moradores e poderes Executivo e Legislativo.⁹¹

Outra conquista desta gestão foi a assinatura de um acordo de empréstimo do Governo do Estado e Municipal com o Banco Mundial, para a execução do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga, o qual visava o controle da poluição da área através da urbanização de favelas ali localizadas.⁹² Entretanto, apenas foi posto em prática na próxima gestão.

86. Samora e Zuquim, 67.

87. Akaishi et al., “Urbanizações de Favela em São Paulo,” in *UrbFavelas*, 4. Em 2001, esta lei foi declarada inconstitucional, porém até este momento foi intensamente utilizada pelas gestões para remoção populacional de áreas afetadas por obras públicas

88. Samora e Zuquim, “Urbanização de assentamentos precários em São Paulo,” 68.

89. Akaishi et al., “Urbanizações de Favela em São Paulo,” in *UrbFavelas*, 5.

90. Samora e Zuquim, “Urbanização de assentamentos precários em São Paulo,” 68.

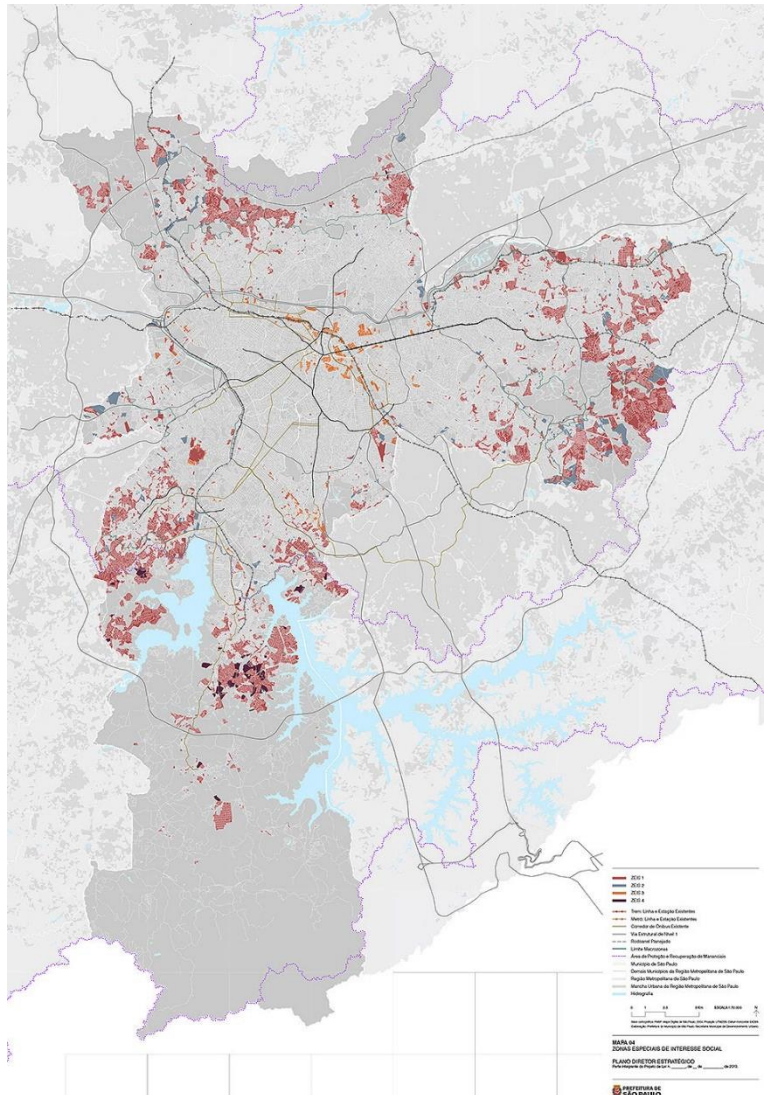
91. Samora e Zuquim, 69.

92. Cities Alliance, *Integrando os Pobres*, 14.

Imagem 83. Conjunto Habitacional Cingapura Zaki Narchi. (Fotografia de Paulo Pepe.)



Imagem 84. Zonas Especiais de Interesse social determinadas pelo Plano Diretor Estratégico de São Paulo.



Apesar deste grande avanço, com a eleição de Paulo Maluf em 1993, ocorreu uma centralização política que acarretou numa interrupção de obras de pequeno porte, dando continuidade apenas a grandes projetos de produção habitacional. De entre os planos mantidos, o Programa de Verticalização de Favelas (PROVER) implementado na gestão de Erundina, agora intitulado de Cingapura, foi o que teve mais ação, atuando através da substituição de moradias precárias das favelas por conjuntos habitacionais. Não se tratou, no entanto, de um plano considerado de sucesso, principalmente devido ao alto custo de construção e à falta de transformação integral nas áreas.⁹³ Acredita-se que este projeto consistia em uma peça de marketing, que visava a construção de conjuntos habitacionais em zonas de grande fluxo, objetivando ocultar o interior da favela que se manteve intocado.⁹⁴

Este contexto de retrocesso se manteve presente até os anos 2000, compreendendo também a gestão de Celso Pitta, prefeito que basicamente deu continuidade às ações de Maluf.

Somente no governo de Marta Suplicy (2001-2004) que se retomou as ações de urbanização e regularização de favelas. Foi nesta gestão que em âmbito federal se deu a aprovação do Estatuto da Cidade, levando a criação do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo em 2002, que mapeou as favelas e instituiu as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), de forma a selecionar as regiões precárias prioritárias para intervenção e regularização.⁹⁵

Para além disto, foram colocados em prática dois novos planos: o Programa Bairro Legal e o Programa Morar Perto. Este último consistiu na produção e requalificação de moradias na zona central da cidade, de maneira a suprir a demanda de habitação popular mais bem localizada. Já o primeiro era focado em áreas urbanas em situação de precariedade, requalificando-as através de ações de: urbanização e regularização fundiária, reformas e regularização dos conjuntos habitacionais em degradação e, provisão de unidades habitacionais e equipamentos públicos.⁹⁶

A última ação de Suplicy que vale ressaltar foi a expansão do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga para a região da Represa Billings, passando a denominar-se Programa dos Mananciais.⁹⁷ Tanto este projeto, quanto os outros, exigiram várias ações de reassentamentos de famílias, as quais foram realocadas para novas unidades habitacionais construídas através do PROVER, que foi reformulado especificamente para este fim.⁹⁸

93. Cities Alliance, 15.

94. Samora e Zuquim, "Urbanização de assentamentos precários em São Paulo," 70; Akaishi et al., "Urbanizações de Favela em São Paulo," in *UrbFavelas*, 5.

95. Samora e Zuquim, "Urbanização de assentamentos precários em São Paulo," 72.

96. Samora e Zuquim, 71; Cities Alliance, *Integrando os Pobres*, 16.

97. Akaishi et al., "Urbanizações de Favela em São Paulo," in *UrbFavelas*, 6.

98. Zuquim, "Urbanização de assentamentos precários," 8.

Imagem 85. Jardim Iporanga/Esmeralda após urbanização realizada pelo Programa dos Mananciais em 2007.



Imagem 86. Edifícios construídos com a Urbanização do Jardim Olinda realizada pelo PAC-UAP entre 2005-2006.



Ao final desta gestão, houve um balanço positivo quanto às ações de regularização fundiária, que até então nos outros governos sempre se mantiveram reduzidas. No entanto, poucas obras de urbanização foram concluídas, provavelmente devido à falta de estruturação administrativa deixada pelos outros governos, dificultando a implementação da nova política habitacional.⁹⁹

Nos mandatos de José Serra (2005-2006) e de Gilberto Kassab (2006-2012), grande parte das ações de Suplicy tiveram continuidade, “buscando consolidar a urbanização de favelas como uma política pública contínua.”¹⁰⁰ Em contrapartida, também houve retrocessos, como a paralisação de alguns projetos, entre eles o Morar no Centro, e remoções em áreas previstas para obras viárias.¹⁰¹

No geral, consistiu em um período de aceleração de ações nos assentamentos informais, principalmente devido as políticas federais como o PMCMV e o PAC, que liberaram recursos para habitação social e urbanização de favelas. Neste contexto, foi criado o Plano Municipal de Habitação em 2009, que seguiu as linhas determinadas pelo novo Plano Nacional de Habitação. De entre as diretrizes implantadas, vale ressaltar a integração entre as ações no campo habitacional, urbanístico, ambiental e social, buscando uma melhor articulação entre planejamento e obras.¹⁰² Também foram criados instrumentos urbanísticos importantes, como o Habisp - Sistema de Informações para Habitação Social, que “auxilia técnicos nas definições dos critérios e prioridades de atendimento no programa de urbanização, a partir da identificação do principais problemas de cada local.”¹⁰³

Apesar destes avanços pode-se afirmar que esta política habitacional falhou em diversos âmbitos. Primeiramente, quanto à abrangência, concretizando obras de urbanização de favelas e provisão habitacional em números muito menores do que o previsto, acarretando um descompasso entre remoção populacional e construção de moradias, deixando muitas famílias sem destinação definida. Para suprir esta falta, recorreu-se à verba de auxílio-aluguel, a qual a princípio deveria ser usada excepcionalmente.¹⁰⁴ Para além destes problemas, Maria de Lourdes Zuquim também aponta falhas projetuais que conferem ao espaço pós-intervenção uma “nova precariedade urbana,” como a falta de padrões urbanísticos, a construção de equipamentos sociais fora do assentamento, tipologias exclusivamente residenciais etc.¹⁰⁵ Assim, apesar de algum progresso nesta gestão, todavia não se concretizou nenhuma política de intervenção efetiva.

99. Samora e Zuquim, “Urbanização de assentamentos precários em São Paulo,” 72.

100. Akaishi et al., “Urbanizações de Favela em São Paulo,” in *UrbFavelas*, 6.

101. Samora e Zuquim, “Urbanização de assentamentos precários em São Paulo,” 72.

102. Samora e Zuquim, 73.

103. Henri Gervaiseau, *Urbanização de Favelas em São Paulo* (São Paulo: Pacto Audiovisual, 2010), DVD, 15:00, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=YQUzP08dwcQ&t=3s>.

104. Samora e Zuquim, “Urbanização de assentamentos precários em São Paulo,” 74.

105. Zuquim, “Urbanização de assentamentos precários,” 18.

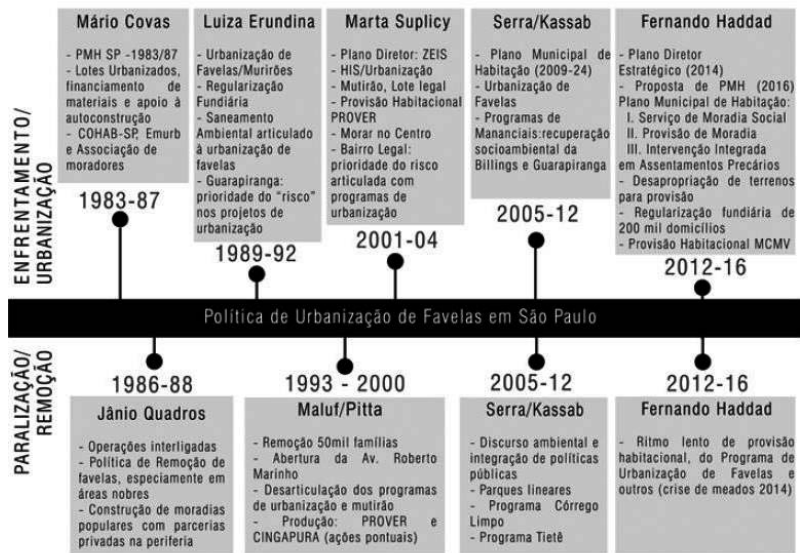


Imagem 87. Linha do Tempo das principais Políticas de urbanização de favelas de São Paulo.

Na gestão de Fernando Haddad (2013-2016) foi dada a continuidade dos projetos habitacionais em andamento e, com o objetivo de aumentar a produção habitacional, tentou-se retomar o programa de moradias no centro. Paralelamente, também se tinha a intenção de ampliar a regularização habitacional. Entretanto, em 2014, com a crise econômica que atingiu o país, as obras em andamento e o financiamento de novas ficaram comprometidos, levando a atrasos e redução dos programas. Já em 2016 houve uma discussão pública do Plano Municipal de Habitação, em busca de apresentar inovações que pudessem superar os resultados até então conquistados.¹⁰⁶ Entretanto, após esta discussão este documento acabou por ficar parado na Câmara Municipal por anos, voltando a ser discutido novamente apenas em meados de 2019, não havendo todavia ações concretizadas baseadas nesta reestruturação programática.¹⁰⁷

A partir deste encadeamento histórico das diferentes gestões e seus distintos posicionamentos, percebe-se que as políticas de intervenção nos assentamentos informais em São Paulo, apesar de estarem ativas há um tempo considerável, não tiveram uma evolução contínua, sofrendo inúmeros retrocessos que impediram uma ação efetiva nestes espaços. Consequentemente, ainda hoje, as ações públicas nas favelas não estão articuladas de maneira adequada, falhando em alcançar sua efetiva integração urbana e social à cidade formal. Não se pode afirmar que não houve melhorias nos assentamentos urbanizados, apenas salienta-se que todavia há muito percurso para caminhar, devido à constante descontinuidade das políticas públicas nesta área.

106. Samora e Zuquim, "Urbanização de assentamentos precários em São Paulo," 76.

107. Mariane Mansuido, "Movimentos Sociais discutem Plano Municipal de Habitação" *Câmara Municipal de São Paulo* (blog), 22 de agosto, 2019, <http://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/movimentos-sociais-discutem-plano-municipal-de-habitacao/>.

3. Paraisópolis

O presente capítulo, finalizando corpo principal desta dissertação, está voltado para análise do caso de estudo escolhido: Paraisópolis na cidade de São Paulo. Após realizar uma abordagem geral sobre as favelas e suas intervenções, esta última fase investigativa busca transpassar as características e processos estudados para uma espacialidade concreta. Para tal, este capítulo está dividido em duas seções: a comunidade e a urbanização.

A primeira delas, como indica o nome, está voltada para o estudo da Comunidade. Inicia-se com uma breve introdução à Paraisópolis com o objetivo perceber a situação atual do bairro. Logo, se aborda a sua formação e consolidação, levantando alguns aspectos importantes para sua compreensão. E por fim se conclui com a sua análise propriamente dita, a qual é feita através de uma leitura física e social, de forma a conhecê-la através de ambas as vertentes.

Na segunda seção realiza-se o estudo da Urbanização. Investiga-se primeiro o processo de intervenção, compreendendo suas fases e propostas. Logo se aprofunda em alguns projetos, de forma a entender como este espaço tem sido projetado e intervindo. E finaliza-se com análise da percepção dos moradores, com o intuito de obter a visão da comunidade sobre as intervenções.

Para a realização deste capítulo, a princípio se planejava realizar visitas que permitissem a partir do contato direto com os moradores, compreender de perto Paraisópolis e suas intervenções. Contudo, diante da impossibilidade de fazer uma pesquisa de campo devido à situação da pandemia da Covid-19, este capítulo teve embasamento principalmente em fontes secundárias, como teses, artigos e notícias sobre o bairro, acompanhados de uma pesquisa realizada remotamente com moradores e outros agentes sociais locais.

A coleta de dados remota foi feita através de dois métodos. Primeiramente, foi realizado um questionário com 10 moradores, para fazer um levantamento mais amplo e quantitativo de questões relativas a Paraisópolis e sua Urbanização. Para aprofundar em alguns aspectos levantados pelo primeiro método, se recorreu a entrevistas à distância. Ao todo, foram entrevistados três moradores e três agentes sociais da comunidade por meio de redes sociais, o que permitiu conversas mais informais e dinâmicas. De entre estes agentes, dois são arquitetos que trabalharam ou estudaram a comunidade, Fernando Botton e Eduardo Pizarro, e a última é psicóloga Sueli Tavares, também conhecida como Dona Sueli, que prestou serviço social na comunidade por anos.

Conforme foi sendo feita a aproximação da realidade, cada vez mais foi ficando clara a complexidade de Paraisópolis. Trata-se de um espaço extenso, com milhares de pessoas com variadas opiniões sobre o bairro e a urbanização. Logo, percebeu-se que as entrevistas e questionários, apesar de serem a única alternativa para conhecer mais de perto a comunidade, não conseguiriam alcançar grande abrangência. Assim, assume-se que a pesquisa realizada ficou restrita

a alguns indivíduos e opiniões, e portanto, não representa uma análise completa de todas as visões sobre o assunto, e sim o leque o mais amplo possível diante das circunstâncias.

Um dos objetivos centrais deste capítulo, é destacar o grande potencial urbano, social e econômico de Paraisópolis, salientando a necessidade de uma des-estigmatização destes bairros para a sua inclusão efetiva à cidade e à sociedade. De igual importância, está o intuito de perceber em que aspectos a urbanização foi adequada ou não à lógica pré-existente da comunidade, de forma a poder no capítulo de conclusão propor algumas estratégias de intervenção que sejam mais adequadas ao bairro. Estas, não procuram apenas resolver os problemas apontados, mas também fortalecer as qualidades de Paraisópolis, justificando a constante busca por suas potencialidades.

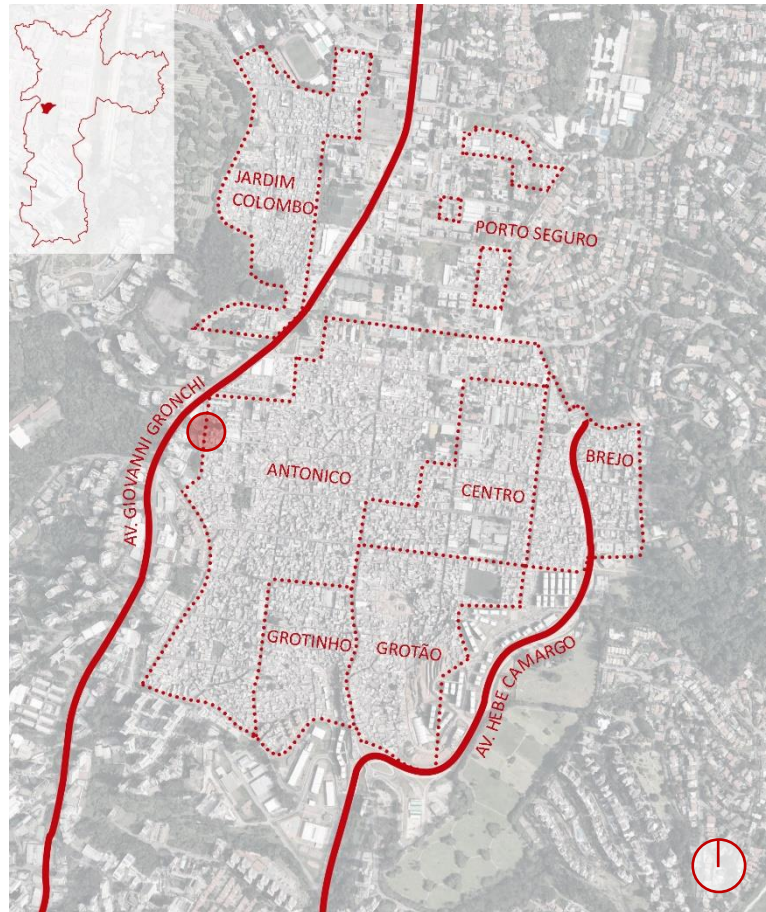


Imagem 88. Localização de Paraisópolis em São Paulo, principais avenidas e setores internos. Círculo aponta limite retratado na fotografia abaixo. (Produzida pela autora baseada em Google Earth.)



Imagem 89. Desigualdade social em forma urbana. Paraisópolis à esquerda e Edifício Penthouse à direita. (Fotografia de Tuca Vieira. Jornal Folha de São Paulo.)

3.1. A Comunidade

Primeiramente, é importante perceber que Paraisópolis consiste na segunda maior favela da cidade de São Paulo e oitava do Brasil. A sua população é estimada entre 80 e 100 mil habitantes residindo em cerca de 21 mil habitações, numa área próxima de 80 hectares, resultando numa elevada densidade populacional, muito maior do que o próprio município.¹

Esta grande massa urbana está localizada na Zona Sul de São Paulo, na subprefeitura de Campo Limpo, dentro do distrito da Vila Andrade, delimitada pelas avenidas Giovanni Gronchi e Hebe Camargo. O interessante desta localização é que está situada ao lado de um dos bairros mais ricos da cidade, o Morumbi, o qual é constituído, principalmente, por condomínios fechados e edifícios de alto padrão, elementos apontados por Teresa Caldeira como símbolos de uma arquitetura segregacionista.² Cria-se, assim, um ambiente de grande contraste urbano que salienta o problema da desigualdade social brasileira, conferindo à comunidade uma imagem emblemática. Esta característica é um dos motivos que levaram a escolha do caso de estudo, pois acredita-se que ao estudar uma comunidade tão simbólica, introduzindo à sociedade uma visão menos preconceituosa, se poderiam atenuar os estigmas existentes sobre as favelas.

Outra característica importante desta implantação é que consiste numa zona marcada por uma topografia bastante acidentada cortada por vários córregos e grotas, determinando dentro da comunidade áreas com diferenças substanciais. Por esta razão, Paraisópolis é dividida internamente em cinco setores, Antonico, Brejo, Centro, Grotinho e Grotão, os quais além de disporem de realidades urbanas distintas, também possuíram diferentes tipos de intervenção. Além destes setores, perto de Paraisópolis existem outras duas favelas, o Jardim Colombo e o Porto Seguro que juntas constituem o chamado Complexo de Paraisópolis, apesar de possuírem suas particularidades. Por isso, afirma-se que Paraisópolis é uma comunidade “multifacetada,” configurando-se quase como uma cidade, por possuir uma pluralidade urbana característica deste tipo de núcleo.³

Esta particularidade foi determinante para a escolha do caso de estudo, porque ao analisar uma comunidade com diversas situações sociais e urbanas, tem-se conhecimento de distintas realidades, passíveis de serem encontradas em diferentes lugares. Assim, seria possível adaptar com certa facilidade os conhecimentos adquiridos e as alternativas encontradas a outras favelas.⁴

1. De acordo com a Associação de Moradores e do Comércio de Paraisópolis.

2. Teresa P. R. Caldeira, *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo* (São Paulo: Edusp, 2000). A autora denomina soluções deste tipo como “enclaves fortificados.”

3. Luís Silva, Maria C. Maziviero e Maria C. Fedeli, “Do we love Paraisópolis?,” *Vitruvius – Arqutextos*, ano 17, nº 197.07 (Outubro de 2016). <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/17.197/6262>.

4. Vale ressaltar que não se procura propor diretrizes a serem seguidas, apenas considerações relevantes na hora de intervir nestes espaços e estratégias gerais de intervenção mais adequadas. Entretanto não se pode esquecer que cada contexto possui suas especificidades, não devendo utilizar de intervenções padrões aplicadas de maneira generalizada.

Imagem 90. Topografia de Paraisópolis e principais córregos. (Produzida pela autora baseada em documentos disponibilizados pelo arquiteto Fernando Botton e Google Earth.)

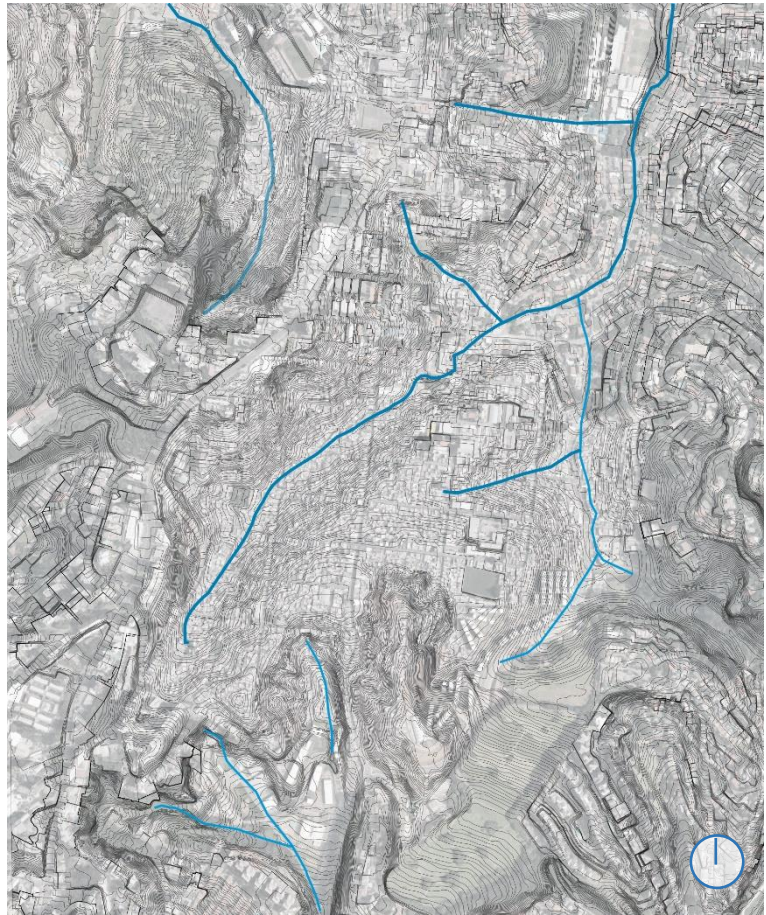
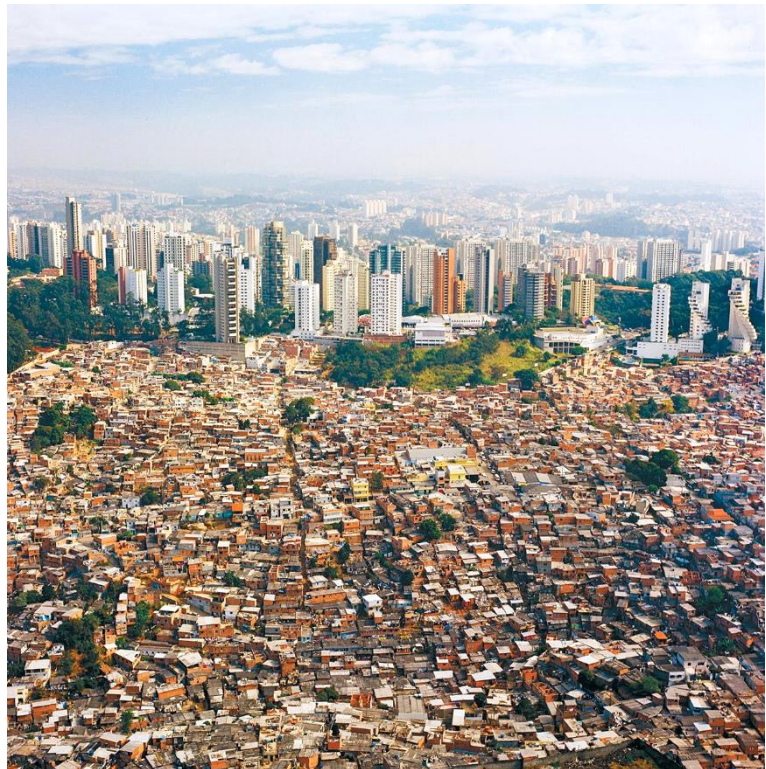


Imagem 91. Paraisópolis como um bairro consolidado. (Fotografia de Nelson Kon.)



No quesito urbano, Paraisópolis, assim como apontado por Pasternak sobre as favelas de São Paulo, não é mais uma comunidade de “barracos” sem qualquer infraestrutura.⁵ Pelo contrário, ela consiste em um bairro consolidado, no qual grande parte de sua massa construída é de alvenaria com, majoritariamente, mais de um piso.⁶ Além disso, uma parcela considerável da comunidade já possui acesso de infraestrutura urbana, existindo também um significativo número de equipamentos públicos na área, muitos deles construídos com a urbanização. Percebe-se, portanto, a existência de um grau significativo de integração urbana da comunidade.

No âmbito social e econômico também pode-se ver uma evolução notável. De entre os motivos que levaram a este desenvolvimento, vale destacar a participação da comunidade no G10 das Favelas, grupo das dez favelas mais ricas do Brasil, que busca fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades integrantes.⁷ Além deste, diversas instituições instaladas no bairro proporcionam programas sociais e culturais importantes, trazendo à população serviços e oportunidades que antes lhes faltavam. Assim, além do contexto urbano, na atualidade Paraisópolis também está numa gradual integração social, econômica e cultural.

Para conquistar o atual estágio de desenvolvimento e inclusão, a sua organização interna representada politicamente pela União de Moradores, foi essencial por fomentar iniciativas voltadas para o crescimento comunitário e pessoal da população. Este foi um aspecto preponderante para a escolha do caso de estudo, considerando que se procura ter um enfoque especial nas estruturas sociais estabelecidas nos bairros. No caso de Paraisópolis, tão importante se torna esta organização que diante da pandemia, mesmo com todos os empecilhos decorrentes da segregação urbana e desigualdade social, o bairro recebeu destaque quanto ao controle de contágios.

Um último fator importante para compreender Paraisópolis, é o fato de que ao longo das últimas duas décadas esteve sob uma intensa onda de intervenções, sendo o Programa de Urbanização do Complexo de Paraisópolis um dos maiores do município. As obras realizadas foram determinantes para estabelecer o atual nível de desenvolvimento do bairro, aumentando consideravelmente o acesso a algumas regalias urbanas. Diante da multiplicidade de intervenções e projetos voltados à área e o inevitável impacto que esta teve na vida dos moradores, Paraisópolis torna-se um caso de estudo ideal.

5. Susana Pasternak, “São Paulo e Suas Favelas,” *Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, nº 19 (junho 2006): 179

6. Prefeitura da Cidade de São Paulo e Diagonal Urbana, “Paraisópolis: Uma Análise de sua Complexidade,” Apresentação de slide, acessado em 7 de julho, 2020. http://paraisopolis.org/arquivos/2008/05/Paraisopolis_Final.pdf. De acordo com estudo, 83% das residências de Paraisópolis é em alvenaria.

7. Debora Komukai, “Primeiro G10 Favelas: as dez comunidades mais ricas do Brasil se unem,” *Uol – Ecoa*, 25 de novembro, 2019, <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2019/11/25/primeiro-g10-favelas.html>.

Por fim, considerando a sua dimensão, consolidação, impacto urbano, entre outros aspectos, trata-se também de um bairro intensamente estudado e noticiado. Diante da impossibilidade de realizar uma pesquisa de campo, esta abundância de informações é imprescindível para dar continuidade a esta investigação, compensando a falta de dados recolhidos em visitas ao local.

A partir desse quadro geral do assentamento se compreende que atualmente Paraisópolis já está consolidada e já demarcou o seu espaço dentro da cidade, o que é perceptível através da sua grande dimensão populacional e territorial, mas também através do seu grau de integração urbana, econômica, social e cultural. Trata-se de uma comunidade que está se desenvolvendo e possui um grande potencial que não deve ser menosprezado, sendo importante tê-lo em consideração no momento de analisar sua urbanização.

Imagem 92. À esquerda loteamento original de Paraisópolis em 1921, à direita ocupação realizada. (SEHAB.)

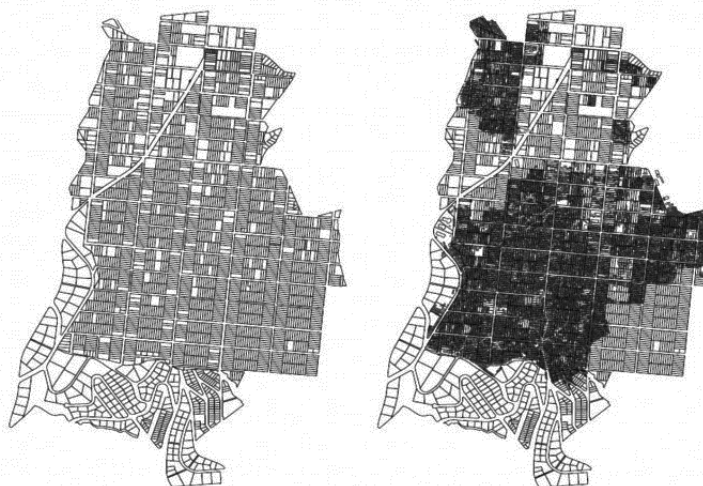


Imagem 93. Anúncio venda de loteamentos em Paraisópolis em 1922. (Acervo Folha de S. Paulo.)

O ESPALHO DE SÃO PAULO - QUINTA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 1922

CASAS E TERRENOS A PRESTAÇÕES

EM JANEIRO DO PRÓXIMO ANNO terá início a construção de dois grupos de 50 casas, sendo um em AMERICANO-POLIS, o outro em PARAI-SOPOLIS, as quais serão construídas dentro de dois annos

TER UMA CASA É A ASPIRAÇÃO DE TODOS — TER UMA CASA É TER UM LAR FELIZ!



TIPO PARA 12.000.000
Construção que está sendo ultimada em Americanópolis, para a administração técnica local. Deve ser inaugurada em princípios de Dezembro.



TIPO PARA 8.000.000
Construção sólida, simples e econômica. Deve ser inaugurada em princípios de Dezembro.

COMO!
Preferência conceder a terrenos em AMERICANO-POLIS ou em PARAI-SOPOLIS, melhores habitações, mais altas que a Avenida Paulista, e que estejam mais próximas da estação de trem, e que tenham a água, luz e gás em todas as residências e a água quente.

PREÇOS DOS LOTES de 500 metros quadrados:
Em Americanópolis: 600.000, em prestações mensais de 250.000.
Em Paraisópolis: 400.000, em prestações mensais de 150.000.
Em VILLA ORIENTAL: 300.000, em prestações mensais de 100.000.
Em VILLA S. PEDRO: 200.000, em prestações mensais de 70.000.
Em VILLA S. PEDRO: 150.000, em prestações mensais de 50.000.
TERRENOS nos 6° e 7° distritos do bairro de Santa Amara, lotes de 400 e 600 metros quadrados, a 25.000 e 30.000 2 metros quadrados, a preço de 60 mil.



TIPO PARA 6.000.000
Construção sólida e econômica, indicada a portões, recomendável.
É uma casa que responde à classe operária, e pode ser adquirida em prestações vantajosas.



TIPO PARA 16.000.000
As mais modernas e elegantes habitações. Construção a ser feita em Dunaspolis, por administração técnica local.

AVISOS

Os preços pretendidos deverão poder ser revertidos a favor de lotes para os primeiros dois grupos de casas, para que se não fiquem lotes em terrenos não vendidos, mas ficando neste ponto 2.000.000 COMERCIAIS.

Todos os esclarecimentos serão fornecidos no local, construtor, etc., sempre prontos.

Convenções sempre feitas a pedido, por escrito, até ao prazo de 15 dias, com o fim de evitar reclamações de pedidos não cumpridos.

Depois de prestados os esclarecimentos, os pedidos serão atendidos na ordem em que chegaram.

É bem claro, desde já, que para estas construções são necessárias adaptações de infraestrutura por parte do proprietário, e um aumento preferencial por ordem de pedido, porém, porém, haverá certo prazo para a aquisição que é necessário.

Podem também ser aceitos pedidos para construção de casas de madeira, pelo sistema geralmente usado no Brasil e América do Norte.

Para mais informações, consulte-se as listas em AMERICANO-POLIS e PARAI-SOPOLIS, sendo que, em breve, serão também publicadas a todos os terrenos acima mencionados.

FEDER ESCLARECIMENTOS AO PROPRIETÁRIO

DR. AFFONSO DE O. SANTOS
RUA LIBERIO RADARÓ N.º 31 — 2.º andar — SALAS N.ºs 14, 15, 16 e 17 — Caixa postal, 1729
Telephone, Central, 1974 — SÃO PAULO

3.1.1. A Origem do Assentamento

A origem de Paraisópolis é diferente da maioria dos outros assentamentos informais ao redor do país que estão localizados em áreas públicas. A sua formação consistiu na ocupação de um terreno privado que foi fruto de um loteamento voltado para classe alta, delineando a malha urbana reticular da zona central da comunidade. Estas linhas pré-definidas direcionaram o seu desenvolvimento e consolidação, determinando a sua estruturação atual. Para além destas questões físicas, as relações sociais, em particular aquelas de parentesco, tiveram um papel essencial para o crescimento e formação do bairro, salientando a relevância deste breve histórico de ocupação.

O local onde o assentamento está localizado hoje, no início do século XIX, pertencia a Fazenda Morumbi e se encontrava totalmente desurbanizado. Em 1921, a União Mútua Companhia Construtora e Crédito Popular S.A. implantou um loteamento na área direcionado à classe alta, estabelecendo 2200 lotes em uma malha viária reticular. Entretanto, este empreendimento não teve sucesso. Apesar dos lotes terem sido vendidos, a infraestrutura não foi completamente instalada e a grande maioria dos compradores não chegaram a habitar a área. Acredita-se que este fracasso é devido ao facto de que a malha reticular não teve em consideração a topografia acidentada do local, impossibilitando a instalação da infraestrutura completa e dificultando a construção das casas.⁸

Considerando o abandono que predominou nas décadas seguintes, esta região se tornou muito propícia para a ocupação informal. Em 1950, iniciou-se a sua tomada por posseiros que transformaram a zona em pequenas chácaras, atuando como grileiros.⁹ Nas décadas seguintes, devido a sua baixa densidade com barracos de madeira e vegetação abundante, a região possuía um clima bucólico.¹⁰ Enquanto isso, na década de 60, bairros ao redor valorizavam-se com a construção de importantes edifícios, como o Estádio do Morumbi e o Palácio dos Bandeirantes.¹¹

Nos anos 70 e 80, barracos na área central do bairro expandiram-se, devido ao intenso processo de migração, principalmente do nordeste do país, decorrente da alta demanda de mão de obra para a construção destes edifícios.¹² Este processo foi acelerado ainda mais na década de 90, nas gestões de Maluf e Pitta, devido à onda de remoções de favelas localizadas em áreas nobres,

8. Felipe Souza e Rafael Barifouse, "Paraisópolis: Como um Loteamento de Alto Padrão Virou a 2ª Maior Favela de SP," *Época*, 8 de dezembro, 2019. <https://epoca.globo.com/brasil/paraisopolis-como-um-loteamento-de-alto-padrão- virou-2-maior-favela-de-sp-24125492>.

9. Prefeitura da Cidade de São Paulo, "História: como surgiu Paraisópolis," *Cidade de São Paulo - Subprefeituras - Notícias*, 23 de setembro, 2009, <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/noticias/?p=4385>; Werneck, "As percepções dos moradores do Grotão," 65.

10. Souza e Barifouse, "Paraisópolis."

11. Werneck, "Percepções dos moradores do Grotão," 62.

12. Eduardo P. Pizarro, "Interstícios e interfaces urbanos como oportunidades latentes: o caso da Favela de Paraisópolis, São Paulo" (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2014), 112; Werneck, "Percepções dos moradores do Grotão," 64-65.



Imagem 94. Vista Satélite de Paraisópolis em 1954.



Imagem 95. Vista Satélite de Paraisópolis em 1981.

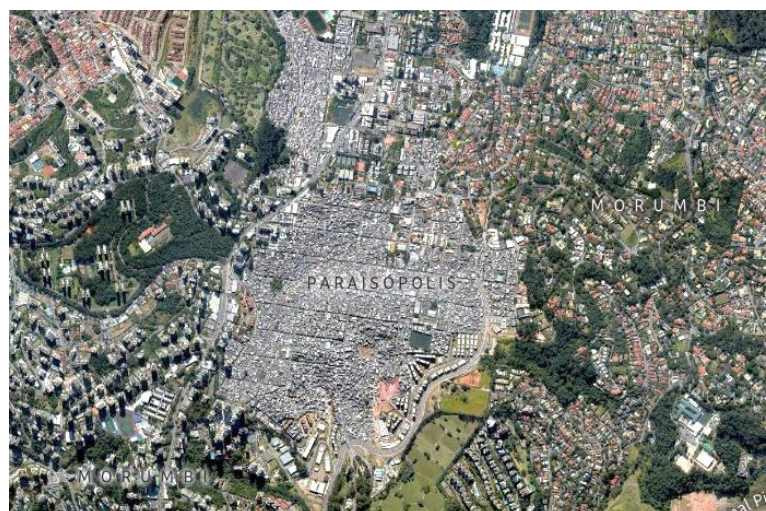


Imagem 96. Vista Satélite de Paraisópolis em 2017.

levando muitas famílias a Paraisópolis em busca de outro lugar para morar. Como as áreas centrais já estavam ocupadas, este contingente populacional estabeleceu-se nas regiões do Grotão e Grotinho, as quais possuem um relevo mais acidentado e risco de desabamento e inundação.¹³

Paralelamente a estas ocupações, ao longo da década de 90 também se deu a consolidação efetiva da comunidade. As habitações mais centrais que anteriormente eram de madeira, pouco a pouco foram transformadas em casas de alvenaria e concreto, o que permitiu o início da verticalização do assentamento.¹⁴

Apesar da migração e das remoções terem colaborado para a expansão de Paraisópolis, o seu processo de crescimento esteve intimamente conectado com as relações de afinidade e de parentesco.¹⁵ Isto porque ao invés de vir a família toda do nordeste para São Paulo de uma vez só, este processo se dava gradualmente. Primeiramente migravam um ou dois parentes, para estabelecer-se na nova cidade, e somente quando adquirida alguma estabilidade, os outros integrantes da família viriam. Este processo, inclusive, foi um dos motivos que levou à verticalização, justamente para abrir espaço para os membros da família que estão por chegar, através da construção de novos “puxadinhos.”¹⁶

Percebe-se que a Paraisópolis de hoje é reflexo direto de como ela se desenvolveu, estabeleceu e consolidou. A sua morfologia distinta das outras favelas é decorrente do loteamento que lhe deu origem. A oferta de trabalho proporcionada pela localização que atraiu muitos para a área, segue sendo um motivo de atração e de permanência. E por fim, a sua estrutura social fortemente baseada em relações de parentesco e afinidade, que foi preponderante para a sua expansão, é até hoje determinante para a compreensão de sua lógica interna.

13. Alane Santos da Silva, “Programas de Urbanização de Favelas no Município de São Paulo (2001-2012): o caso do Complexo Paraisópolis,” in *17º Congresso Nacional de Iniciação Científica*, São Paulo, 24-25 de novembro, 2017), 4; Silva, Maziviero e Fedeli, “Do we love Paraisópolis?”

14. Souza e Barifouse, “Paraisópolis.”

15. Werneck, “Percepções dos moradores do Grotão,” 63.

16. Ronaldo de Almeida e Tiaraju D’Andrea, “Pobreza e Redes Sociais em uma Favela Paulistana,” *Novos Estudos*, nº 68 (Março de 2004): 95. “Puxados” é um termo brasileiro para referir-se às pequenas expansões e prolongamentos habitacionais.

3.1.2. Análise do assentamento

Após essa primeira introdução a Paraisópolis, esta secção está voltada para a análise propriamente dita da comunidade, fazendo um estudo mais detalhado de suas características e particularidades. Para abordar o bairro a partir de todos seus âmbitos, dividiu-se esta análise em duas subsecções, uma voltada para a leitura física do espaço urbano e outra para a leitura social da comunidade. A primeira delas enfoca-se no estudo dos aspectos Urbanos, Arquitetônicos e Construtivos do bairro, analisando tanto elementos de maior escala como seu sistema viário, urbano e de infraestrutura, quanto de menor escala como a habitação. Já a segunda está voltada à análise de sua estrutura social, de forma a compreender como se dão as relações sociais naquele ambiente e como elas influenciam o desenvolvimento pessoal e comunitário.

Imagem 97. Vista Aérea de Paraisópolis. Percebe-se a zona central com malha reticulada à direita à frente e zona de ocupação recente com topografia acidentada à esquerda ao fundo. (Fotografia de Eric Bergeri. Veja.)



Imagem 98. Edifícios de alvenaria com mais de um andar da região central de Paraisópolis consolidada. (Fotografia de Daniel Eduardo.)



Imagem 99. Vista Aérea de Paraisópolis. Ao centro região com topografia mais acidentada de ocupação recente. À direita malha reticular do centro consolidado. (Fotografia de Eduardo Knapp. Arquivo Folhapress.)



Imagem 100. Construções recentes na região do Grótão. (Fotografia de Francisca Rodrigues. Projeto Click na Favela.)



3.1.2.1. Leitura urbana, construtiva e arquitetônica

Diante de sua dimensão, Paraisópolis consiste em um bairro muito heterogêneo constituído por setores urbanos com diferenças substanciais entre si. Esta diversidade é devida, principalmente, à variação da topografia ao longo de sua área, criando diferentes modos de habitar dentro de seus limites. Pode-se dizer que em Paraisópolis existem três situações urbanas distintas: uma na região central onde a topografia é menos acentuada; outra nas áreas mais distantes onde ela é mais acidentada; e outra no seu limite sudeste, região recentemente construída pela urbanização.

A zona central, considerando o seu relevo mais suave, é aquela onde foi possível a implantação do loteamento. Por este motivo, nesta região há uma clara malha viária reticular constituída de quarteirões de 100m de largura por 200m de comprimento. Quando observadas pelas ruas, estas superquadras transmitem um ar de certa formalidade, entretanto, pelo interior a sua ocupação foi feita sem organização evidente, desenvolvendo-se através do crescimento orgânico corrente dos assentamentos informais, resultando numa malha de becos e vielas sinuosos.¹⁷

Assim, na região central de Paraisópolis, há uma clara diferença entre as casas localizadas nas ruas e aquelas com acesso por esta malha orgânica. As primeiras, se aproximam do aspecto de um bairro periférico, com maior consolidação e acesso a infraestrutura. Trata-se de edifícios de alvenaria de aproximadamente dois ou três pisos, de entre os quais o rés-do-chão costuma possuir a função de comércio ou serviços. Já as residências no interior do quarteirão, usualmente possuem um nível de consolidação e acesso a infraestrutura menor. Neste setor, de acordo com o arquiteto Hector Vigliecca, conforme se afasta da rua, maior é o nível de deterioração das moradias. Isto porque, devido à alta densidade nestas áreas, as casas tendem a possuir piores condições de salubridade considerando a baixa ventilação e exposição solar.¹⁸

Quanto às zonas onde o relevo é mais acentuado, como o Grotão e Grotinho, a realidade é diferente. Esta região possui ocupação mais recente e menor nível de consolidação, podendo encontrar habitações em situação de precariedade. Como é uma área que sobrepõe a topografia, sua malha urbana é mais orgânica com menor acesso a infraestrutura.¹⁹ Considerando o alto risco de alagamento e desmoronamento, na urbanização esta região foi alvo de muitas remoções e intervenções. Por isso, hoje está repleta de edifícios de alvenaria em consolidação, coexistindo com barracos de madeira provindos da reocupação de áreas deixadas vazias com a paralização das obras.

17. Hector Vigliecca, "Urbanização do Complexo Paraisópolis: a materialização da cidadania," *ArchPlus*, 12 de dezembro, 2008, <https://www.archplus.net/home/news/7,1-4912,1,0.html>.

18. Vigliecca, "Urbanização do Complexo Paraisópolis."

19. Werneck, "Percepções dos moradores do Grotão," 69; Pizarro, "Interstícios e interfaces urbanos," 151; Vigliecca, "Urbanização do Complexo Paraisópolis."

Imagem 101. Apropriação do espaço da Rua Ernest Renan em Paraisópolis. (Fotografia de Tiago Queiroz.)



Imagem 102. Apropriação do Espaço em Viela em Paraisópolis. (Fotografia de Maria Edna. Projeto Click na Favela.)

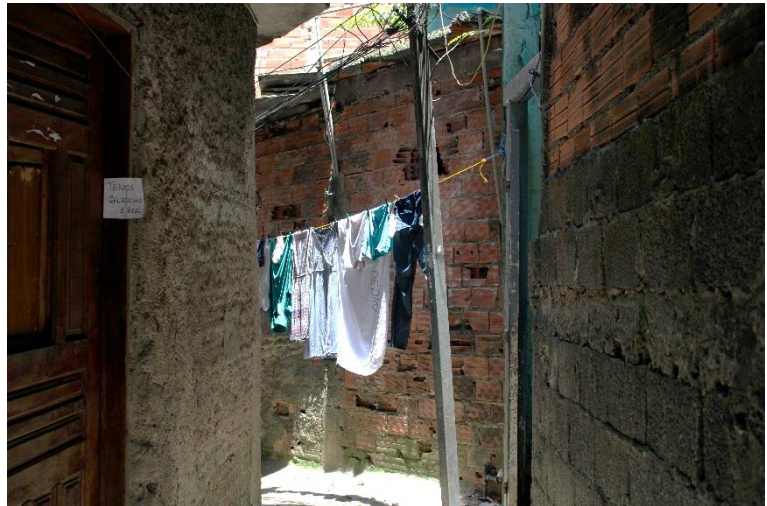
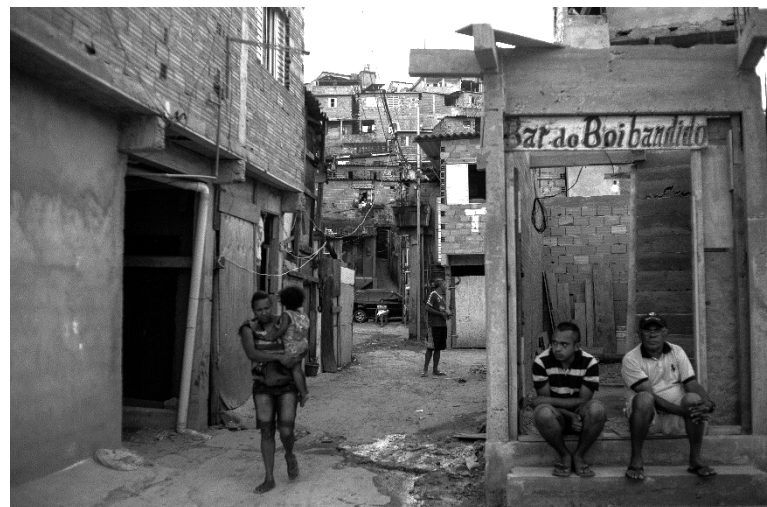


Imagem 103. Apropriação da rede de becos e vielas sinuosos em Paraisópolis. (Fotografia de Daniel Eduardo.)



Estas diferentes morfologias determinam graus de atividade, movimentação e apropriação distintos. Nas ruas da malha reticular há um intenso fluxo de automóveis e pedestres a qualquer hora do dia, o que é potencializado pela existência dos comércios. Considerando a ausência de uma rede de calçadas adequada a relação pedestre-automóveis costuma ser problemática, sendo esta uma crítica frequente dos moradores.²⁰ As calçadas, quando existentes, usualmente possuem desníveis e dimensões reduzidas, além de frequentemente estarem ocupadas por carros estacionados e expansões de residências e vendas.²¹ Logo, os pedestres são obrigados a estarem nas ruas, compartilhando espaço com os carros. Por esta razão, ambos os arquitetos entrevistados afirmam que as calçadas em Paraisópolis consistem numa convenção, representando apenas uma reprodução do padrão de cidade por não exercer realmente a função habitual de um passeio.²²

Já nas vielas, diante sua sinuosidade e largura reduzida, a movimentação é menor, com maior fluxo de pedestres e algum uso por motos e bicicletas.²³ Apesar de serem menos dinâmicas, elas são frequentemente usadas para encurtar as distâncias, servindo como alternativa às ruas movimentadas e caóticas.²⁴ Considerando suas nuances e variabilidade, Pizarro coloca as vielas como o grande potencial urbano de Paraisópolis por consistirem em espaços que estimulam muitas apropriações, sendo propícios a serem ativados a pelos moradores.²⁵

No limite sudeste de Paraisópolis encontra-se um cenário diferente. Trata-se de uma área que foi completamente construída com a urbanização, estando hoje ocupada pelos novos blocos de habitação e equipamentos públicos da comunidade. A sua leitura urbana, conseqüentemente, é distinta da anteriormente citada, não possuindo, aparentemente, nenhuma relação com a morfologia restante do bairro, seguindo, pelo contrário, uma linguagem mais próxima daquela da cidade dita formal. É uma zona que praticamente possui uso unicamente residencial com edifícios em altura gradeados. Por conseguinte, a sua vida urbana é menos ativa, com menor apropriação dos espaços e menor sensação de segurança.²⁶ De acordo com a psicóloga Sueli Tavares, tão grande é a diferença entre as pré-existências e as novas construções que esta região até parece outro bairro.²⁷

20. Questionário realizado com moradores de Paraisópolis, 10 a 24 de julho, 2020.

21. Pizarro, "Interstícios e interfaces urbanos," 159.

22. Fernando Botton, entrevista realizada via Skype, 22 de julho, 2020; Eduardo Pizarro, entrevista realizada via Google Meet, 23 de julho, 2020.

23. Vigliecca, "Urbanização do Complexo Paraisópolis.," Pizarro, "Interstícios e interfaces urbanos," 150.

24. Vagner de Alencar e Bruna Belazi, *Cidade do Paraíso – Há vida na maior favela de São Paulo* (São Paulo: Primavera Editorial, 2015), 151.

25. Eduardo Pizarro, entrevista realizada via Google Meet, 23 de julho, 2020.

26. Fernando Botton, entrevista realizada via Skype, 22 de julho, 2020.

27. Sueli Tavares, entrevista realizada via Whatsapp, 26 de julho, 2020.

Imagem 104. Região sudeste de Paraisópolis, onde se encontram os edifícios construídos com a urbanização. (Retirada de Google Earth editada pela autora.)



Imagem 105. Visão de rua limite entre “favela” e Condomínios de Paraisópolis, assinalando transição de linguagem urbana. (Street View, Google Maps.)



Imagem 106. Vista aérea do Campo Palmeirinha em Paraisópolis, um dos únicos lugares criados com a função de lazer na comunidade. (Fotografia de Eduardo Anizelli. Folhapress.)



Além da construção da franja sudeste de Paraisópolis, a urbanização também trouxe ao bairro um grande avanço quanto a infraestrutura. Os números oficiais apontam que 64% das moradias tem abastecimento de água, 22% rede de esgoto, 40% rede elétrica domiciliar, 40% iluminação pública e está pavimentada em 50%, além de coleta de lixo e drenagem pluvial parcial.²⁸ Apesar de apontar certo grau de acesso a serviços, ainda existem muitas famílias sem qualquer tipo de infraestrutura, principalmente aquelas das regiões acidentadas e nos interiores dos quarteirões, onde é mais difícil a sua implantação. Além disso, hoje na situação da Covid-19, mesmo as famílias que possuem água canalizada, apontaram a falta dela a partir das 21h todos os dias, salientando a ausência de acesso integral a determinados serviços.²⁹

Quanto à existência de equipamentos públicos, após a urbanização pode-se encontrar diversos, desde escolas até postos de saúde, localizados principalmente a sudeste. Entretanto, os moradores ainda apontam a carência de espaços livres de lazer e equipamentos culturais,³⁰ questão correntemente justificada pela falta de espaço livre na malha urbana consolidada.³¹ Para Pizarro, “Paraisópolis não possui, propriamente, uma infraestrutura de espaços livres públicos,” e sim uma rede de espaços “residuais” com potencial para tal, mas que não são resultado de um planejamento prévio.³² Os únicos espaços criados com essa função são o Campo Palmeirinha, que além de servir de campo de futebol, também é apropriado para outros eventos, e o CEU, edifício construído com a urbanização que possui vários equipamentos esportivos e culturais, promovendo também outras atividades para a comunidade.³³

Analisando mais especificamente a unidade habitacional pode-se encontrar alguns “padrões” que se repetem com alguma frequência. A grande maioria dos domicílios, foram erguidos através da contínua extensão de compartimentos, chamados “puxados,” que a princípio eram construídos para habitar o fluxo de parentes que chegavam à comunidade.³⁴ Assim, Paraisópolis foi sendo construída, principalmente, pelas mãos dos próprios moradores com ajuda de amigos ou de

28. “Informações Complementares dos Espaços Habitados,” HabitaSampa, acessado em 10 de julho, 2020, http://his.dados.habitasampa.inf.br/vw_favela_complview.php?showdetail=&gid=17.

29. Manoel Soares, “Paraisópolis sofre com falta d’água,” *É de casa*, 30 de maio, 2020, vídeo GloboPlay, 04:10, <https://globoplay.globo.com/v/8591134/>.

30. Questionário realizado com moradores de Paraisópolis, 10 a 24 de julho, 2020.

31. Dona Sueli quando questionada sobre a falta de espaços públicos na malha consolidada apontou justamente esta justificativa. Sueli Tavares, entrevista realizada via Whatsapp, 26 de julho, 2020.

32. Pizarro, “Interstícios e interfaces urbanos,” 159. O autor aponta que, provavelmente, o único espaço que tenha sido pensado para um espaço livre de lazer foi o campo de futebol.

33. Laerte (morador), entrevista realizada via Whatsapp, 28 de julho, 2020; Fernando Botton, entrevista realizada via Skype, 22 de julho, 2020.

34. Almeida e D’Andrea, “Pobreza e Redes Sociais em uma Favela Paulistana,” 95. Atualmente, esta expansão também é voltada para produção de renda, através de um novo comércio ou habitação para alugar.

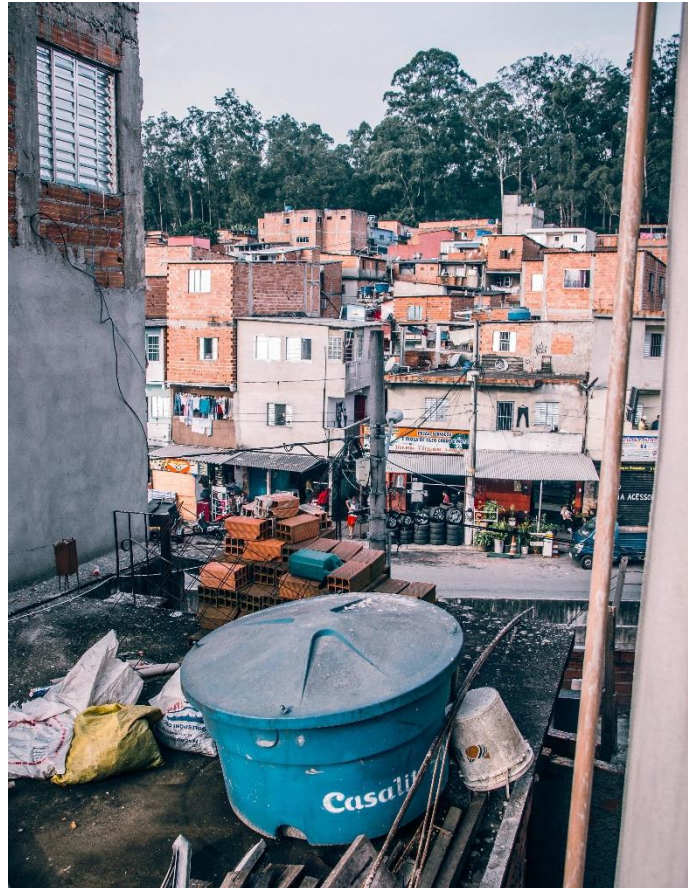


Imagem 107. Laje em construção em Paraisópolis. (Fotografia de Daniel Eduardo.)



Imagem 108. Variabilidade de cores usadas nas fachadas em rua de Paraisópolis. (Ponte Jornalismo.)



Imagem 109. Ornamentos em interior de residência em Paraisópolis. (Fotografia de Renata Castello Branco.)

construtores locais.³⁵ Por esta razão, é frequente encontrar materiais de construção pelas ruas e calçadas da comunidade e observar inúmeras lajes expostas ou coberturas leves.³⁶

Além disso, percebe-se um cuidado especial dos habitantes com as moradias, procurando sempre transmitir sua personalidade ao lar. Isto se pode observar através do “Tour pela favela de Paraisópolis” feito por Rosemeire em seu canal no Youtube, no qual percebeu-se que nas poucas casas rebocadas pelo exterior, costuma-se optar por pinturas com cores bastante vivas.³⁷ O mesmo acontece nos interiores das residências, como mostrado em seu vídeo “Tour pela minha casa na favela de Paraisópolis,” no qual a moradora constantemente aponta ornamentos e materiais usados, mostrando orgulho pela sua moradia, apesar dos problemas assinalados.³⁸ Dona Sueli também relatou que em visitas a casas de amigas na comunidade, percebeu a existência de um cuidado especial em tornar aquele ambiente agradável e acolhedor.³⁹ Vale ressaltar também, que a “laje” é um espaço habitacional que ganha certa importância na comunidade. Isto porque, diante da falta de zonas urbanas livres, este espaço adquire a função de área de convívio, suprimindo a ausência de um jardim ou quintal, sendo os “churrascos na laje” um evento comum na comunidade.⁴⁰

A partir desta análise, percebe-se que Paraisópolis é um bairro extremamente heterogêneo, caracterizado por distintas formas de ocupação, de acesso a serviços e de apropriação do espaço urbano. Apesar de diferenciar-se de outras comunidades devido sua malha reticular, quando analisada mais a fundo, ela possui muitos atributos típicos das favelas apontados no capítulo anterior, como a malha urbana orgânica, o desenvolvimento incremental e o uso de materiais, cores e ornamentos para embelezamento das residências. Por outro lado, a região recém construída pela urbanização distancia-se desta realidade, por possuir uma linguagem mais próxima da cidade formal, criando quase que outro bairro dentro de Paraisópolis.

35. Questionário realizado com moradores de Paraisópolis, 10 a 24 de julho, 2020. Vale destacar que construtores locais foram extremamente importantes para a consolidação do bairro, como é o caso do pedreiro Ataíde que trabalhou com a urbz Brasil, que já construiu mais de 200 casas na comunidade.

36. Pizarro, “Interstícios e interfaces urbanos,” 151.

37. Rosemary Fave, “Tour pela Favela de Paraisópolis,” 27 de outubro, 2019, vídeo Youtube, 04:49, <https://www.youtube.com/watch?v=cnyknIBpOs8&t=160s>.

38. Rosemary Fave, “Tour pela minha casa na Favela de Paraisópolis,” 19 de novembro, 2018, vídeo Youtube, 07:27, https://www.youtube.com/watch?v=_lot4hiaRjE.

39. Sueli Tavares, entrevista realizada via Whatsapp, 26 de julho, 2020.

40. Alencar e Belazi, *Cidade do Paraíso*, 146-147.



Imagens 110 e 111. Paraisópolis como lugar de permanência constituído por diferentes gerações. (Fotografias de Doug Kim.)

3.1.2.2. Leitura Social

As relações sociais em Paraisópolis foram desde sua origem, um elemento basilar para a estruturação da comunidade. A partir delas o bairro se desenvolveu e consolidou, suprimindo a falta de apoio governamental e permitindo a conquista de muitas regalias. As organizações internas, em especial a União de Moradores, possuem um papel importante para alcançar estes feitos, justamente por trabalharem em prol do crescimento comunitário. Desta forma, a análise da estrutura social de Paraisópolis se torna imprescindível para a sua compreensão total, pois se trata de um espaço vivo que vai muito além de apenas forma urbana.

Um aspecto importante a ter-se em conta no momento de fazer este estudo, é que Paraisópolis consiste numa comunidade consolidada não apenas no quesito urbano, mas também no índice de permanência da população. Hoje, 84,7% das famílias vivem ali há mais de 10 anos, possuindo diversas gerações que foram criadas dentro do mesmo ambiente.⁴¹

O motivo pelo qual estas famílias se alicerçaram em Paraisópolis, de acordo com Ronaldo Almeida e Tiaraju D'Andrea, é devido à extensa oferta de trabalho proporcionada pela proximidade com o Morumbi. A grande demanda de mão-de-obra que a princípio era voltada para a construção civil, agora foi continuada e expandida para o trabalho domiciliar e de serviços,⁴² empregando hoje 74% dos moradores da comunidade com cargo fixo.⁴³ Por esta razão, afirma-se que Paraisópolis é considerado o “bolsão de mão de obra barata da região,” estando ao longo de toda a sua história, sempre sujeito a relações de trabalho (e exploração) com seu entorno rico.⁴⁴

Para além da questão do emprego, o posicionamento urbano de Paraisópolis também oferece outros atrativos, como acesso a serviços e fácil mobilidade, sendo estes aspectos avaliados positivamente pelos moradores. Por esta razão a localização é uma das características locais mais apontadas no questionário como positivas, para além de ser mencionada de forma recorrente como uma das razões pela qual muitas famílias vieram ao bairro.⁴⁵

Entretanto, não se pode descartar a influência que a relação afetiva com a comunidade exerce na escolha de permanecer ali. Muitos dos moradores, quando perguntados sobre a

41. Werneck, “Percepções dos moradores do Grotão,” 57. Pesquisa de Avaliação de Pós-Urbanização do Complexo de Paraisópolis (2016), vinculado ao Programa de Urbanização de Favelas – PAC I, realizada pela empresa Cobrape.

42. Almeida e D'Andrea, “Pobreza e Redes Sociais em uma Favela Paulistana,” 96.

43. Pedro M. de Moura, “Paraisópolis: 74% dos moradores com emprego fixo trabalham no Morumbi,” *Veja São Paulo*, 1 de junho, 2017, <https://vejasp.abril.com.br/cidades/paraisopolis-morumbi/>.

44. Tiaraju D'Andrea, entrevista por Patrícia Fachin, “Paraisópolis, a história de uma comunidade sitiada,” *Outras Mídias*, 20 de dezembro, 2019, <https://outraspalavras.net/outrasmidias/paraisopolis-a-historia-de-uma-comunidade-sitiada/>.

45. Questionário realizado com moradores de Paraisópolis, 10 a 24 de julho, 2020.

Imagem 112. Grafite em Paraisópolis assinalando sentimento de pertencimento pela comunidade. (Fotografia de Elisa Ferrez.)



Imagem 113. Crianças de Paraisópolis brincando com mangueira na rua. (Fotografia de Tiago Queiroz.)



Imagem 114. Autoconstrução em Paraisópolis através da ajuda-mútua entre vizinhos. (Fotografia de Vagner de Alencar.)



possibilidade de mudar de bairro futuramente, afirmam que não possuem a intenção de abandonar Paraisópolis por se sentirem bem naquele ambiente.⁴⁶ Trata-se de um carinho pelo espaço em que se vive há anos, no qual os habitantes adquiriram, através da convivência intensa, uma identidade.⁴⁷ A partir deste momento, cria-se um sentimento de pertencimento à comunidade, fazendo com que muitos, apesar das carências, gostem de viver ali, o que pode ser observado através da vida urbana ativa que o bairro possui. Na conversa com Dona Sueli, por exemplo, foi relatado um dia de festa na comunidade, no qual a qualquer esquina havia pessoas dançando, cantando, conversando, e se divertindo, sem razão evidente para tal. Para ela, o motivo desta felicidade é decorrente do fato de que muitos antes de virem para São Paulo viviam em situação de miséria, tornando Paraisópolis, diante todas as oportunidades que proporciona, literalmente um paraíso.⁴⁸

Daniel Eduardo, um morador entrevistado, quando questionado da razão pela qual gosta de viver no bairro, destacou a liberdade proporcionada por aquele espaço. Utiliza como exemplo a infância na comunidade, na qual as crianças podem “rodar a favela inteira,” possuindo um “quintal enorme” para “andar, soltar pipa, brincar com o banho de rua, correr para lá e para cá,” uma realidade que acredita que não é possível em outro ambiente. Afirma que naquele espaço se sente bem, por ser conhecido, ter uma rede de amizade e poder fazer o que desejar, possuindo um carinho pelo bairro. Pode-se dizer que essa vida urbana intensa na qual os moradores estão constantemente relacionando-se e apropriando do espaço público é, também, um reflexo deste sentimento de pertencimento e identificação.⁴⁹

Contudo, as relações entre moradores neste contexto adquirem uma importância que vai para além de uma questão de afinidade. Em seu estudo, Almeida e D’Andrea afirmam que as redes sociais em Paraisópolis são como mecanismos utilizados pelos indivíduos para atenuar sua vulnerabilidade social. Utilizam como exemplo o próprio processo de formação do bairro, no qual grande parte dos migrantes, ao chegar na nova terra, obtiveram apoio familiar para estabelecer-se neste momento tão difícil da vida.⁵⁰ Além deste amparo basilar, as relações entre vizinhos também são salientadas por sustentarem ações menos custosas, como o auxílio para a construção de casas

46. Alessandra Moris, Ana C. Navarro e Renata Z. Dias, “Documentário – Fazendo Histórias em Paraisópolis,” 23 de janeiro, 2014, vídeo Youtube, 18:41, <https://www.youtube.com/watch?v=e0lb8sJJ5Fo&t=880s>.

47. De acordo com Ivan Leme Gonçalves “Paraisópolis, por mais populoso que seja, você nunca vai ser só um ser humano no meio da multidão. As pessoas sempre vão saber quem você é [...]” Moris, Navarro e Dias, “Fazendo Histórias em Paraisópolis.”

48. Sueli Tavares, entrevista realizada via Whatsapp, 26 de julho, 2020.

49. Daniel Eduardo, entrevista realizada via Whatsapp, 28 de julho, 2020.

50. Almeida e D’Andrea, “Pobreza e Redes Sociais em uma Favela Paulistana,” 96-97. Apontam que 65% dos moradores entrevistados declararam ter tido apoio familiar para estabelecer-se em Paraisópolis ao chegar à cidade, o qual foi possibilitado pela migração em etapas citada na secção da origem do bairro.

Imagem 115. Equipe do Projeto Click na Favela, iniciativa criada por jovens de Paraisópolis para dar oportunidade a outros moradores periféricos de conhecer a fotografia como alternativa profissional futura. (Arquivo Projeto Click na Favela.)



Imagem 116. Médico contratado atendendo moradores em Paraisópolis. (Fotografia de Alexandre Schneider.)



Imagem 117. Reunião com residentes no Campo Palmeirinha para oferecer-lhes treinamento básico por profissionais da saúde de como manter-se seguro durante a pandemia. Iniciativa promovida pela União de Moradores. (Fotografia de Andre Penner.)



ou pequenos empréstimos.⁵¹ Logo, as relações sociais tornam-se um meio usado pelos moradores para alcançar objetivos que sozinhos não lograriam ou seriam muito mais difíceis de conquistar.

Além de colaborarem para conquistas individuais, estas redes relacionais também exercem um papel importante para conquistas comunitárias. Na pesquisa realizada, vários moradores afirmaram que possuem uma relação próxima com os vizinhos, baseada na confiança e ajuda mútua, podendo apontar a existência de uma *rede de solidariedade* que nos momentos de necessidade é essencial. Por este motivo, muitos afirmam que o estágio atual de desenvolvimento de Paraisópolis é fruto da sua organização e luta interna.⁵² Além de vivenciarem a transformação do bairro, os habitantes participaram neste processo, fortalecendo o sentimento de pertencimento, identificação e orgulho por aquele espaço arduamente construído e conquistado.

Pode-se dizer que a conquista individual e coletiva em Paraisópolis e o funcionamento da sociedade ali estabelecida, é decorrente de uma estrutura social na qual há uma espécie de *sistema de reciprocidade* baseado em *normas sociais*, dentro das quais está a *relação de confiança*, assim como apontado por Almeida e D'Andrea em seus estudos.⁵³ Por esta razão, afirmam a existência de uma espécie de Estrutura de Oportunidades no bairro, proporcionada pela extensa rede de relações sociais, que facilita aos moradores acesso a bens, serviços, atividades e outras oportunidades.⁵⁴ Levando em conta que muitas das conquistas individuais foi fruto destas oportunidades viabilizadas pelas redes sociais, diversos moradores afirmam que desejam criar projetos futuros na comunidade que possam retribuir-lhe tudo aquilo que ela já lhes proporcionou.⁵⁵

Na atualidade, um exemplo evidente no qual a organização interna e a ajuda mútua foram importantes para a conquista comunitária e individual, é a estratégia utilizada para a contenção à Covid-19 no bairro. Considerando a falta de apoio governamental em uma situação corrente, a União de Moradores diante da pandemia viu a necessidade de agir para minimizar o contágio da comunidade. Através de diversas medidas tomadas internamente com ajuda financeira externa, estruturaram um sistema integrado que virou referência de contenção. Primeiramente, foram contratadas três ambulâncias e uma equipe médica para atender os moradores que sentissem sintomas. Paralelamente, foram elencados diversos “presidentes de rua” que cuidariam de cerca de

51. Almeida e D'Andrea, “Pobreza e Redes Sociais em uma Favela Paulistana,” 98.

52. Questionário realizado com moradores de Paraisópolis, 10 a 24 de julho, 2020.

53. Almeida e D'Andrea, 98.

54. Almeida e D'Andrea, 95.

55. Lucas Lima do Nascimento afirma “se eu puder um dia, abrir um projeto enorme aqui dentro em Paraisópolis, porque foi onde eu nasci, eu comecei aqui, a minha infância toda eu passei aqui. Eu quero ajudar bastante quem me ajudou.” Moris, Navarro e Dias, “Fazendo Histórias em Paraisópolis,” Daniel Eduardo na entrevista afirmou: “quanto mais eu conquistar, mais eu quero trazer para o lugar de onde eu vim.” Daniel Eduardo, entrevista realizada via Whatsapp, 28 de julho, 2020.

Imagem 118. Projeto Horta na Laje que busca combater a fome e a má alimentação através de ações educativas de como realizar plantio de hortaliças em casa. Iniciativa fomentada pelo Instituto Stop Hunger em Parceria com a Associação de Mulheres de Paraisópolis, do Instituto Escola do Povo e da União de Moradores e do Comércio de Paraisópolis. (Agência Paraisópolis.)



Imagem 119. Projeto Rugby para Todos em Paraisópolis, que busca introduzir a modalidade esportiva na comunidade, atendendo também as demandas educacionais e de lazer no bairro. (Instituto Societé Générale.)



50 famílias locais, fazendo levantamento de pessoas sintomáticas e grupos familiares mais carentes. As pessoas infectadas que não tinham espaço para isolamento social, poderiam ir às casas de acolhimento montadas em escolas adaptadas. Já as famílias mais carentes receberam periodicamente cestas básicas e refeições. Estruturou-se, portanto, uma *rede de solidariedade* que permitiu alcançar uma taxa contensão de contágio menor do que o município de São Paulo.⁵⁶

Percebe-se, portanto, que a União de Moradores e do Comércio de Paraisópolis, exerce um papel de extrema importância por consistir na principal força comunitária. Uma de suas principais funções é representar politicamente a comunidade, servindo de intermédio entre os moradores e as competências públicas.⁵⁷ Seu objetivo central é promover o desenvolvimento do bairro a partir do protagonismo do habitante, pois defendem que o morador deve ser o agente da sua própria transformação.⁵⁸ Para tal, fomentam políticas econômicas e sociais que impulsionam este progresso interno, ampliando Rede de Oportunidades já estabelecida pelas redes sociais.

Outro componente que auxilia este progresso são as instituições que atuam na comunidade, muitas delas implantadas pela própria União.⁵⁹ Estas costumam ser Organizações Não-Governamentais (ONGs) que se articulam com empresas privadas, criando projetos e programas que proporcionam serviços e atividades em falta no bairro.⁶⁰ Atualmente, em Paraisópolis existem mais de 40 ONGs que operam nas mais diversas áreas, como saúde, educação, cultura, esporte etc, fomentando seu desenvolvimento interno em todos os âmbitos.⁶¹

Na atualidade, Gilson Rodrigues, presidente da União por mais de 10 anos, afirma que Paraisópolis vive um momento de grande crescimento, tanto no sentido econômico quanto social. Segundo ele, com a introdução da ideia de “nova classe média”⁶² foi conhecido o grande potencial de compra que as comunidades brasileiras possuíam, levando grandes empresas a instalarem-se na

56. Renata Lo Prete, “Lições de Paraisópolis na Guerra à Covid-19,” *O Assunto*, áudio de Podcast, 29 de junho, 2020. <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2020/06/29/o-assunto-219-liceos-de-paraisopolis-na-guerra-a-covid-19.ghtml>; Danielle Klintowitz, entrevistada por Jeziel Carvalho, “Urbanista explica sucesso da comunidade de Paraisópolis (SP) contra coronavírus,” *Radio Senado*, áudio, 26 de junho, 2020. <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/06/urbanista-explica-sucesso-da-comunidade-de-paraisopolis-sp-contra-coronavirus>.

57. Brian Roxbury, “Como é Morar em Paraisópolis DE VERDADE?” 9 de maio, 2019, vídeo Youtube, 11:17, <https://www.youtube.com/watch?v=wOB3qkSvUA>, De acordo com Marcos, da União de Moradores.

58. Pizarro, “Interstícios e interfaces urbanos,” 139.

59. Sergio Quintella, “Principal líder de Paraisópolis, Gilson Rodrigues que uma nova favela,” *Veja São Paulo*, 13 de setembro, 2019, <https://vejasp.abril.com.br/cidades/capa-paraisopolis-gilson-rodrigues/>. Das 42 ações sociais bancadas por empresas privadas, 24 são gerenciadas pela União de Moradores.

60. Almeida e D’Andrea, “Pobreza e Redes Sociais em uma Favela Paulistana,” 100.

61. De entre as iniciativas, vale dar destaque ao Programa Einstein na Comunidade que fornece auxílio na área da saúde, a ONG Florescer que oferece reforço escolar, o Ballet de Paraisópolis que proporciona aulas grátis às crianças locais.

62. Nova classe média é um termo usado para referir-se à introdução de uma camada populacional que anteriormente não possuía poder de compra, ao mercado consumidor através do aumento da sua renda.

Imagem 120. Inauguração da loja das Casas Bahia (rede de varejo de móveis e eletrodomésticos no Brasil) em Paraisópolis em novembro de 2008.



Imagem 121. Ballet de Paraisópolis, uma das iniciativas do Paraisópolis das Artes. (Fotografia de Nelson Almeida. Afp.)



comunidade, o que facilitou o acesso a bens de consumo e criou empregos localmente.⁶³ Hoje, há cerca de 14 mil pontos comerciais em Paraisópolis e aproximadamente de 21% dos moradores trabalham dentro dos seus limites, gerando alto fluxo de capital interno e fomentando seu desenvolvimento. Cada vez mais pretende-se incentivar empreendimentos locais, em busca de um desenvolvimento mais sustentável, ao oferecer todos os serviços essenciais à população, tornando desnecessário sair da comunidade para suprir suas necessidades diárias.⁶⁴

No quesito cultural e social, a União de Moradores criou o programa Paraisópolis das Artes, no qual foram feitos projetos baseados nos sonhos dos moradores, proporcionando-os a oportunidade da sua realização.⁶⁵ Neste contexto, Gilson afirma a necessidade de sempre possuir moradores que lideram estes programas, salientando a importância do protagonismo próprio.

Pode-se dizer, portanto, que as relações sociais, fortalecidas pelas ONGs e pela União de Moradores, são mecanismos que proporcionam aos habitantes melhores oportunidades e perspectivas de vida. Almeida e D'Andrea afirmam que nestas redes “circulam benefícios materiais [...] e afetivos [...] que contribuem para fomentar a integração socioeconômica dos membros daquela Comunidade [...]” Para além disso, esta estrutura social cria um sentimento de orgulho, pertencimento e identificação. Por esta razão, Paraisópolis apresenta um índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) elevado,⁶⁶ porque para além de suprir as suas necessidades, os moradores costumam se sentir pertencentes aquele meio, independentemente de suas carências.

63. Julio Wiziak, “Redes de varejo e serviços “descobrem” favela,” *Folha de São Paulo – caderno Dinheiro*, 24 de agosto, 2008, <http://paraisopolis.org/redes-de-varejo-e-servicos-descobrem-favela/>.

64. Rodrigues, entrevista por Antony Ling, “I love Paraisópolis.”

65. De entre eles destaca-se o Ballet de Paraisópolis e a Orquestra Sinfônica.

66. Carol Scolforo, “A vida na vizinhança,” *Projeto Hestia*, 20 de janeiro, 2016, <https://projetohestia.com/2016/01/20/a-vida-na-vizinhanca/>.

3.2. A Urbanização

O Programa de Urbanização do Complexo de Paraisópolis foi um dos primeiros a ser colocado em prática no município. Desde 2003, logo após a aprovação do Estatuto da Cidade, já se podem ver ações para a promoção da urbanização. Em 2005 o plano foi efetivamente colocado em prática, iniciando a grande onda de obras que dominou a comunidade até 2013. Entretanto, muitos dos projetos previstos inicialmente não foram levados a cabo, sendo concluídas principalmente obras de infraestrutura e solução de situações de risco. Neste contexto, um dos maiores empecilhos foram as mudanças de gestão a nível municipal que geraram descontinuidade, desarticulação e paralização de muitas obras, estando o plano até hoje incompleto.⁶⁷

A primeira ação estatal em Paraisópolis data dos anos 80, quando, assim como os outros assentamentos, o bairro sofria ameaças de remoção. Por esta razão, em 1983 foi fundada a União de Moradores com o intuito de mobilizar e organizar os habitantes em defesa da realização de melhorias no espaço urbano, conseguindo conquistar as primeiras intervenções no bairro: a instalação de rede energia elétrica e saneamento em algumas regiões.⁶⁸

Na transição dos anos 80 para 90, na gestão de Erundina, implantaram-se em Paraisópolis diversas ONGs, seguindo o pensamento difundido no período de articulação de projetos sociais e urbanos. Entretanto, não passou de um momento de experimentação sem avanços significativos. Com a mudança de gestão, o bairro não apenas deixou de ter ações de melhoria, mas também sofreu um inchaço populacional devido às remoções de outras favelas localizadas nas zonas nobres, agravando ainda mais a situação habitacional.⁶⁹

Foi apenas nos anos 2000 que foram iniciadas ações que efetivamente pretendiam trazer mudanças em Paraisópolis. Com a implantação do Programa Bairro Legal de Marta Suplicy, foi realizado um amplo diagnóstico do bairro, que analisou desde materiais construtivos até a renda da população.⁷⁰ Esta análise serviu de embasamento para realização do projeto de Reurbanização do Complexo de Paraisópolis do escritório Vigliecca & Associados em 2004. Esta proposta, apesar das aparentes melhorias que proporcionaria ao bairro, foi abandonada após a mudança de gestão.⁷¹

Apesar da ausência de ações, neste período foram alcançados feitos relevantes que prepararam Paraisópolis para futuras intervenções. Primeiramente, assim que determinado o Plano

67. Silva, Maziviero e Fedeli, "Do we love Paraisópolis?."

68. D'Andrea, "Paraisópolis, a história de uma comunidade sitiada."

69. Silva, Maziviero e Fedeli, "Do we love Paraisópolis?." Este momento equivale a gestão de Maluf e Pitta, quando houve a "Lei do Desfavelamento."

70. Prefeitura da Cidade de São Paulo e Diagonal Urbana, "Paraisópolis: Uma Análise de sua Complexidade," apresentação de slide, acessado em 7 de julho, 2020. http://paraisopolis.org/arquivos/2008/05/Paraisopolis_Final.pdf.

71. Santos da Silva, "Programas de Urbanização de Favelas no Município de São Paulo," 5.

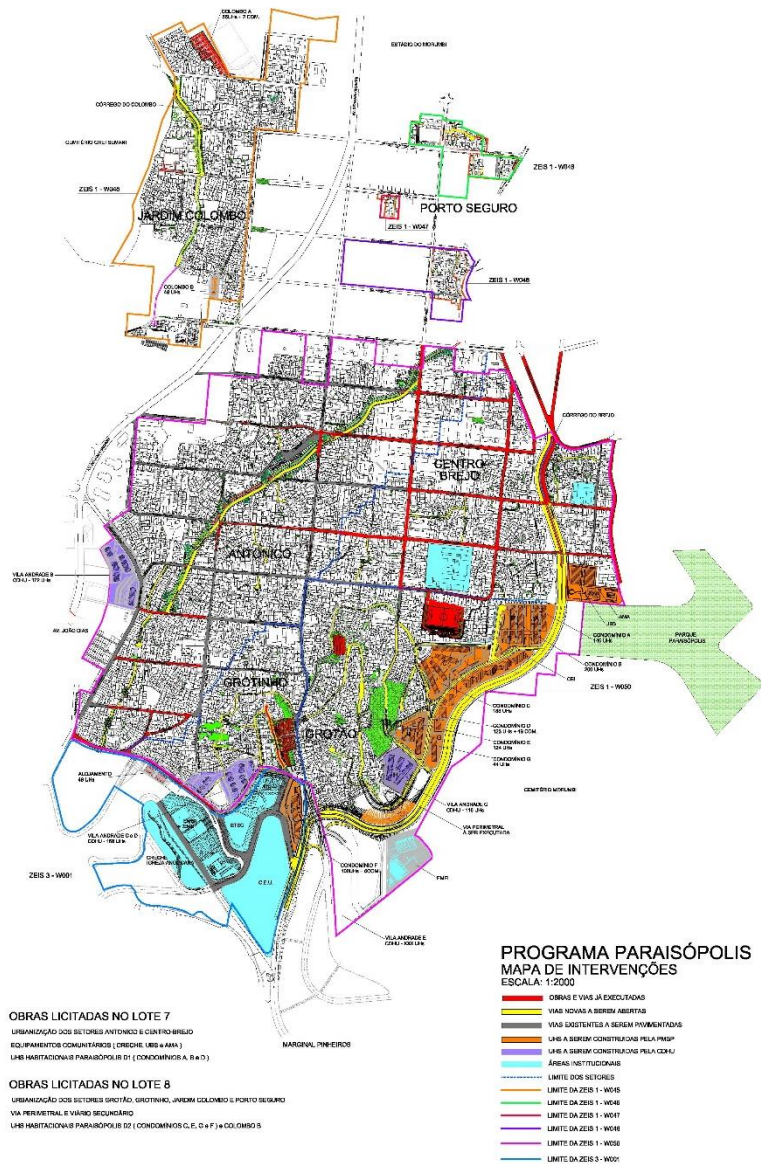


Imagem 122. Mapa de Intervenções do Programa de Urbanização do complexo de Paraisópolis. (Mapa Ampliado no ANEXO II, p. 237)

Diretor Municipal, foram estabelecidas na comunidade duas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), a ZEIS-1 e as ZEIS-3, a primeira englobando Paraisópolis em si e a última as suas zonas lindeiras.⁷² Neste momento também foi feita a divisão do bairro em cinco setores, Centro, Brejo, Antonico, Grotão e Grotinho, determinando estratégias de ação de acordo a área a intervir.⁷³

Em 2005, na curta gestão de Serra, iniciaram-se as discussões quanto aos Planos de Urbanização com os conselhos gestores e houve a desapropriação das zonas lindeiras de Paraisópolis para a construção dos futuros condomínios habitacionais e equipamentos públicos.⁷⁴ Apenas no ano seguinte, com a entrada de Kassab na prefeitura, é que efetivamente foi iniciada a urbanização através da implantação do Programa de Urbanização do Complexo de Paraisópolis.⁷⁵ No momento de formular este projeto, de acordo com a psicóloga Sueli Tavares, foram feitas diversas reuniões na presença das mais variadas Secretarias e da União de Moradores, na busca soluções adequadas à realidade do bairro.⁷⁶ Por esta razão, Fernando Botton afirma que a intervenção em Paraisópolis é distinta daquelas realizadas em outras favelas, porque considera questões que não são unicamente habitacionais, como a criação de edifícios e espaços públicos.⁷⁷

De forma mais concreta o plano previa várias ações, das quais destaca-se a construção de conjuntos habitacionais, equipamentos comunitários, áreas livres, implantação de infraestrutura viária, implantação saneamento, eliminação das áreas de risco, canalização dos córregos, execução de rede de drenagens, obras de contenção, ações de educação comunitária, regularização fundiária, acompanhamento social, entre outros.⁷⁸ Era, portanto, um plano bastante amplo e ambicioso.

Na prática, a implantação do Programa de Urbanização foi dividida em três fases: a primeira de 2006 a 2008, a segunda de 2009 a 2011 e a terceira de 2010 a 2013. A primeira, consistiu em ações pontuais aplicadas generalizadamente no bairro, buscando solucionar questões de urgência, como instalação de infraestrutura, drenagem, pavimentação de ruas e canalização de córregos. Já na segunda fase, se deu continuidade as obras de infraestrutura e foi construída cinco dos sete condomínios habitacionais, a Avenida Hebe Camargo, algumas praças e áreas de uso coletivo e

72. ZEIS-1 são áreas já ocupadas na cidade por população de baixa renda, como favelas e loteamentos informais, onde se podem realizar intervenções de recuperação urbanística. Já, ZEIS-3 são terrenos ou imóveis subutilizados, onde há oferta de infraestrutura urbana, passível de implantação de novas moradias e equipamentos públicos.

73. Silva, Maziviero e Fedeli, "Do we love Paraisópolis?." Werneck, "Percepções dos moradores do Grotão," 66. Esta divisão foi feita baseando-se nas micro-bacias hidrografias que compõem o bairro.

74. Santos da Silva, "Programas de Urbanização de Favelas no Município de São Paulo," 6. Werneck, 66.

75. Rodrigues, entrevista por Ling, "I love Paraisópolis."

76. Sueli Tavares, entrevista realizada via Whatsapp, 26 de julho, 2020. De entre as secretarias citadas pela entrevistada encontra-se a Secretaria de Habitação, de Urbanismo, de Transporte, de Cultura, entre outras.

77. Fernando Botton, entrevista realizada via Skype, 22 de julho, 2020

78. Werneck, 75-76.

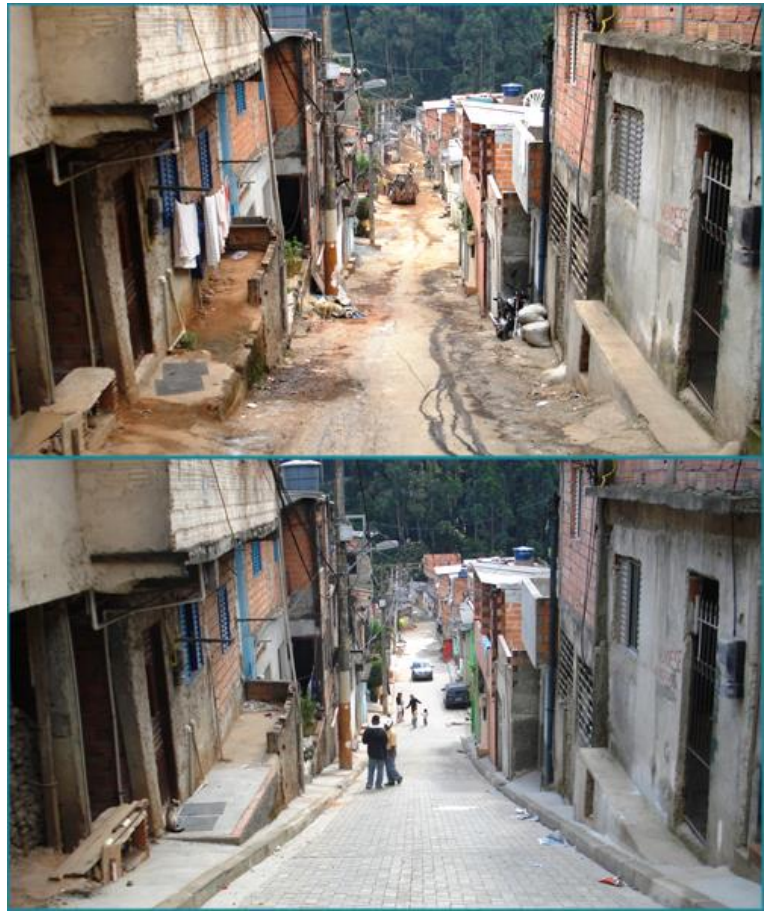


Imagem 123. Antes (acima) e depois (abaixo) de pavimentação de ruas no Antonico em Paraisópolis.



Imagem 124. Antes (esquerda) e depois (direita) da canalização do Córrego do Brejo em Paraisópolis.

alguns equipamentos públicos para educação, saúde e assistência social.⁷⁹ Na última etapa, foram concluídos outros equipamentos públicos e os dois últimos Condomínios.⁸⁰

Neste curto período de tempo a urbanização foi extensa e intensa, conseguindo alcançar cerca de 90% de implantação de água e coleta de esgoto no bairro, de acordo com a SEHAB,⁸¹ além da pavimentação de muitas vias e vielas e a retirada de diversas famílias em situação de risco. Entretanto, muitas obras previstas para estas fases não chegaram a ser concluídas, como é o caso da Escola de Música, do Parque Sanfona, e da tão desejada canalização do córrego do Antonico, que até hoje coloca centenas de famílias em perigo de inundação.

Na gestão de Kassab, apesar da promessa de ampliação da urbanização, houve a paralização das obras, abrindo espaço para reocupações de áreas que já haviam sido desapropriadas. Esta inércia manteve-se ao longo das duas gestões seguintes, de João Dória e a atual de Bruno Covas, sendo uma recorrente demanda da população a volta das obras, afinal foi evidente a melhoria na qualidade de vida do bairro.⁸²

É possível perceber, portanto, que dentro das diversas intervenções propostas, se deu prioridade àquelas que lidavam com situações de risco, considerando a urgência de atuação, com exceção da canalização do córrego do Antonico. Equipamentos públicos considerados de necessidade máxima, como escolas e postos de saúde, também foram concretizados. Já obras que trariam melhorias urbanísticas ou culturais no bairro, como é o caso da Escola de Música e do Parque Sanfona, não foram levadas a cabo.

79. Alguns exemplos de equipamentos construídos são o AMA (Assistência Média Ambulatorial), a UBS (Unidade Básica de Saúde), o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) etc.

80. Werneck, "Percepções dos moradores do Grotão," 76-81; Santos da Silva, "Programas de Urbanização de Favelas no Município de São Paulo," 7-8. Alguns dos equipamentos implantados foram o CEU (Centro Educacional Unido), a Escola Técnica (ETEC) e a conclusão de outros deixados pela última fase

81. Santos da Silva, 8.

82. Rodrigues, entrevista por Ling, "I love Paraisópolis."

Imagem 125. Maquete da proposta de Reurbanização do Complexo de Paraisópolis do escritório Vigliecca e Associados em 2004-2005.

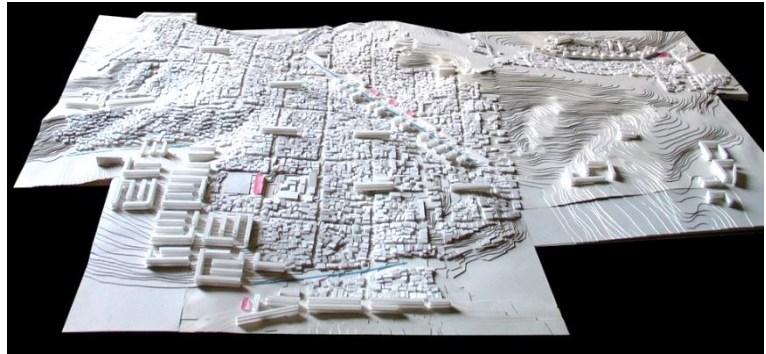
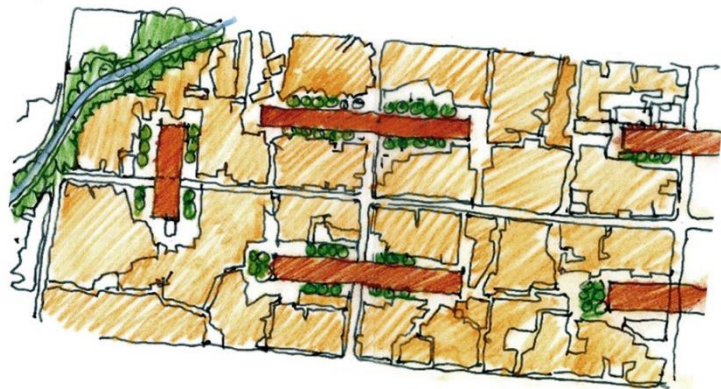


Imagem 126. Planta Geral da proposta de Reurbanização do Complexo de Paraisópolis do escritório Vigliecca e Associados em 2004-2005.



Imagem 127. Esquisso da intervenção no miolo de quadra da proposta de Reurbanização do Complexo de Paraisópolis do escritório Vigliecca e Associados em 2004-2005.



3.2.1. Principais Projetos

Ao longo dos anos foram feitas diversas propostas de intervenção em Paraisópolis, algumas que realmente foram concretizadas e outras que nunca saíram do papel. Considerando isso, acredita-se ser pertinente dissertar brevemente sobre alguns destes projetos, para compreender a forma como eles foram elaborados. Foram selecionados cinco propostas de intervenção com escalas e programas distintos. De entre elas, uma é aquela de Vigliecca, citada na secção anterior, e as restantes pertencem ao Projeto de Urbanização do Complexo de Paraisópolis iniciado em 2006, estando duas delas concluídas e duas não.

O primeiro projeto selecionado é a proposta de Reurbanização do Complexo de Paraisópolis feita pelo ateliê Vigliecca e Associados. Trata-se de um plano urbano que procurava atuar através de quatro principais eixos: (1) a redefinição da malha viária, (2) intervenções na área central do bairro, (3) intervenção nas áreas de fundo de vale e (4) construção de novas habitações. A atuação na área central consistia em intervir no interior das quadras, criando novos espaços públicos e frentes urbanas. Para tal, com o cuidado de não romper os laços sociais existentes, se propõe a limpeza da área e construção de blocos de habitação no mesmo local para reassentamento da população removida. Neste ambiente também seriam criados novos espaços de convívio, os quais, presume-se que incentivariam a futura autotransformação das moradias mantidas. Já nas áreas de maior declive, na qual se removeria totalmente a população, propõe-se a implantação de edifícios perpendiculares às curvas de nível, os quais, por possuírem acessos em diferentes cotas, poderiam alcançar até oito andares sem elevadores. Esta alternativa conseguiria manter a alta densidade do bairro e adicionar espaços livres, logrando em restituir os laços sociais pré-existentes afetados pelo reassentamento.⁸³

Para além destas zonas de implantação de conjuntos habitacionais, na proposta também previa-se sua construção em outras áreas. Ao todo, Vigliecca desenha quatro tipologias diferentes de habitação que variam de acordo com o setor do bairro, procurando ser sensível às particularidades de cada local. Em geral trata-se de um projeto com boas críticas, recebendo o prêmio de Melhor Projeto de Intervenção Urbana (2005-2006) pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) São Paulo.⁸⁴ Apesar de alegadamente trazer benefícios ao bairro, como não ia de encontro com os interesses da nova gestão municipal, esta proposta acabou por ser descartada.

Para a seleção das outras obras a analisar, optou-se por projetos que trariam ou trouxeram grandes melhorias no bairro. De entre aqueles que não foram construídos selecionou-se o Projeto Urbano do Córrego do Antonico do escritório MMBB e a Escola de Música do estúdio Urban Think

83. Vigliecca, "Urbanização do Complexo Paraisópolis."

84. Vigliecca.

Imagem 128. Praia Urbana proposta pelo escritório MMBB no projeto de Canalização do Córrego do Antonico.



Imagem 129. Perfil do novo passeio urbano proposto no projeto de Canalização do Córrego do Antonico.



Imagem 130. Render da Fábrica da Cultura do Grotão proposta pelo Urban Think Tank.



Imagem 131. Render da Fábrica da Cultura do Grotão proposta pelo Urban Think Tank.



Tank. Já daquelas construídas foram escolhidas o Edifício Multiuso do Grotinho do escritório Boldarini Arquitetos e Associados e os Condomínios Habitacionais do Elito Arquitetos.

No caso do Projeto do Córrego do Antonico, é proposta a sua canalização em conjunto com a criação de passeios e espaços públicos. Trata-se de uma área considerada de risco, porque há casas construídas em cima do córrego que costumam inundar-se quando chegam as grandes chuvas de verão. A solução encontrada foi a criação de dois canais, um a nível de superfície que permitiria o contato direto com a água, e um subterrâneo. Ao longo de toda a extensão da linha d'água delineou-se um novo passeio urbano e uma nova linha de fachada. As moradias mantidas, receberiam uma faixa de aproximadamente três metros de chão na qual poderiam expandir-se até o novo limite, permitindo uma ampla variedade de apropriações. Em um alargamento deste percurso, foi proposta uma praça de convivência com grande equipamento público e uma espécie de praia urbana. Trata-se de um projeto que não procura apenas solucionar a situação de risco, ampliando a intervenção para a criação de áreas livres passíveis às “possibilidades de resignificação por parte da população”.⁸⁵ Apesar da urgência da canalização do córrego, todavia não há previsão para sua realização.

De maneira semelhante, o projeto da Escola Música do Grotão também procura solucionar uma questão de risco. Trata-se de uma região de alto declive na qual várias famílias estavam sobre constante ameaça de inundação ou deslizamento. A proposta surge com a intenção de solucionar este problema e implantar um equipamento público que permita o desenvolvimento da área. Para tal, nas cotas inferiores se propõe a implantação de um Centro Comunitário Multifuncional, também chamado de Fábrica da Cultura, que albergaria uma Escola de Música, um Anfiteatro Público, salas de concerto, instalações esportivas entre outras atividades semelhantes. Já na região de alto declive se propõe a estabilização do terreno a partir de seu escalonamento, no qual se implantaria vegetação e agricultura urbana.⁸⁶ A grande importância deste projeto é que albergaria muitas das atividades culturais já existentes no bairro, como a orquestra sinfônica e o ballet. Esta proposta, apesar da grande repercussão internacional ao ganhar o 2º lugar no Global Holcim Awards de 2012,⁸⁷ não chegou a ser concretizada, deixando a área sob risco de reocupação.

85. Tais Mello, “Projeto Urbano Córrego Antonico,” *Galeria da Arquitetura*, acessado em 20 de julho, 2020, https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/mmbb-arquitetos_/projeto-urbano-corrego-do-antonico/1358; “Projeto Urbano Córrego Antonico,” Memorial, MMBB, acessado em 20 de julho, 2020, <http://www.mbbb.com.br/projects/details/68/4>.

86. “Fábrica Cultura Grótão,” Projects, Urban Think Tank, acessado em 20 julho, 2020. <http://utt.com/project/fabrica-de-cultura-grotao/>; “urban think tank: grotão fábrica de música,” Architecture, DesignBoom, acessado em 20 de julho, 2020, <https://www.designboom.com/architecture/urban-think-tank-grotao-fabrica-de-musica/>.

87. Débora Yuri, “Projeto para Escola de Música em Paraisópolis é premiado no exterior,” *Cidade de São Paulo – Habitação – Notícias*, 25 de abril, 2012, <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=40492>.

Imagem 132. Render do edifício multiuso do Grotinho desenhado pelo escritório Boldarini Arquitetos Associados.



Imagem 133. Render do edifício multiuso do Grotinho desenhado pelo escritório Boldarini Arquitetos Associados.



Imagem 134. Praça de Recreação criada pelo novo edifício abandonada e sem manutenção.



No projeto do Edifício Multiuso do Grotinho, novamente se procurava a solução dos problemas de estabilidade e drenagem da área, em conjunto com a implantação de áreas de lazer e um edifício multifuncional. A grande parte da zona de intervenção deste projeto é destinada para a criação de espaços livres com mobiliário público e áreas verdes. O edifício em si, segundo os arquitetos, faz uma referência à morfologia pré-existente da comunidade, não possuindo grande impacto urbano. Trata-se de uma construção que procura abrir espaço a diversas apropriações através da forte relação com o espaço público e da diversidade de usos (moradia, comércio e serviços).⁸⁸ Em um dos volumes construídos, acredita-se que estava prevista a instalação do CRAS – Paraisópolis - Grotinho que promoveria serviços socioassistenciais para famílias em situação de vulnerabilidade, o que é muito relevante considerando que este é um dos setores mais carentes da comunidade.⁸⁹ Quanto às unidades habitacionais, estas eram destinadas às famílias que já possuíam algum comércio como fonte de renda, solução interessante por tentar minimizar o impacto do reassentamento na vida dos moradores, facilitando a sua adaptação ao novo lar.⁹⁰

Analisando o projeto, percebe-se que se trata de uma clara aposta no espaço público e na sua apropriação. Apesar de ter sido concretizado, há notícias de falta de manutenção e depredação do espaço e do edifício.⁹¹ Além disso, na conversa com Pizarro foi informada a ocupação das áreas livres criadas, utilizando a nova escada de acesso à cota alta como estrutura para barracos.⁹²

O último projeto selecionado é aquele de maior escala e impacto, o Conjunto Habitacional de Paraisópolis, constituído por sete Condomínios (A, B, C, D, E F e G). A sua construção vem de resposta à necessidade de abrigar mil famílias que foram removidas pela urbanização. Os edifícios foram implantados no limite sudeste da comunidade ao lado de vários equipamentos e espaços públicos construídos pelo mesmo plano. Para maior adensamento, seis dos sete condomínios, possuem quatro pisos superiores e quatro inferiores, em relação a um andar intermediário considerado térreo, permitindo sua adaptação à topografia. Nestes blocos, o andar “térreo” além da função de circulação, também possui espaços voltados para atividades comunitárias. Já no sétimo condomínio que possui edifícios com apenas quatro pisos superiores, o rés-do-chão abriga pequenos

88. “Edifício Multiuso Grotinho,” *Projetos*, Boldarini Arquitetos Associados, acessado em 20 de julho, 2020. <https://www.boldarini.com.br/projetos/grotinho/>.

89. Nas entrevistas realizadas percebeu-se que hoje o CRAS de Paraisópolis não se encontra neste edifício, possuindo moradores que sequer sabiam da instalação deste programa no Grotinho, o que coloca em dúvida se este edifício sequer albergou algum dia esta função.

90. “Edifício Multiuso Grotinho,” Boldarini Arquitetos Associados.

91. Luiz Flavio, “CRAS Paraisópolis continua desativado desde a sua construção,” *Jornal Paraisópolis News*, 12 de novembro, 2014, <http://jornalparaisopolisnews.blogspot.com/2014/11/cras-paraisopolis-continua-desativado.html>; Raiane Santos, “Parque do Grotinho em péssimas condições,” *Jornal Paraisópolis News*, 3 de agosto, 2011, <http://jornalparaisopolisnews.blogspot.com/2011/08/parquinho-do-grotinho-em-pessimas.html>.

92. Eduardo Pizarro, entrevista realizada via Google Meet, 23 de julho, 2020.

Imagem 135. Condomínios Habitacionais construídos pelo escritório Elito Arquitetos. (Fotografia de Fábio Knoll.)



Imagem 136. Corte transversal por edifícios. Observa-se a entrada pelo piso intermédio e a forma como os novos conjuntos habitacionais se adaptam à topografia.

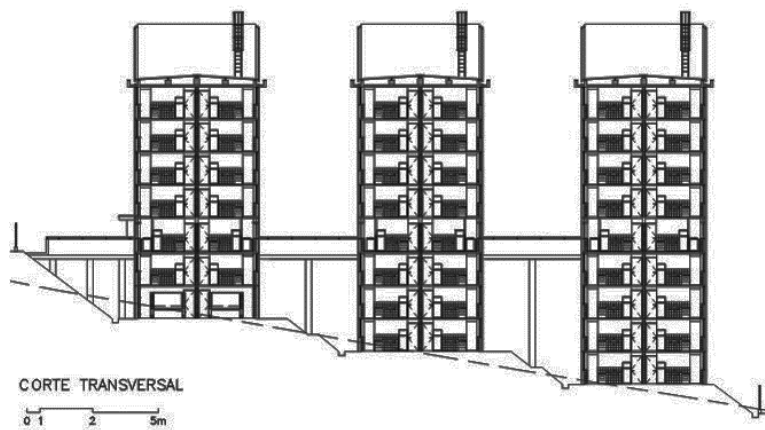
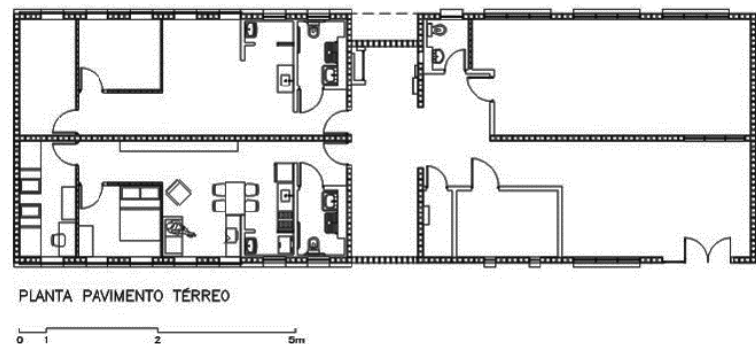


Imagem 137. Planta do pavimento térreo constituído por unidades habitacionais, as quais podem possuir ou não as divisões internas por serem paredes não estruturais.



comércios para atender toda esta nova área construída. Quanto as unidades habitacionais, o mais interessante do projeto é a flexibilidade de organização espacial permitida pelo fato de que as paredes internas não possuem função estrutural, dando liberdade aos moradores de destruí-las e construí-las conforme suas necessidades.⁹³

De entre os sete, dois dos edifícios receberam o selo Casa Azul na categoria ouro de sustentabilidade certificado pela Caixa Federal, pelo uso de elementos de eficiência ecológica como lâmpadas e vasos sanitários econômicos.⁹⁴ Apesar destes aspectos positivos, há diversos relatos de moradores abandonaram os novos apartamentos e voltaram à “favela”, devido a impossibilidade financeira de sustentar os serviços de água, luz e gás da nova moradia.⁹⁵

A partir deste levantamento, percebe-se que todos estes projetos tiveram em consideração a necessidade da abertura de novos espaços livres e criação de equipamentos comunitários, tendo em conta a falta de áreas com este caráter no bairro. Muitas destas propostas tiveram em mente diversos aspectos inerentes à comunidade, como a diversidade, necessidade de flexibilidade habitacional, multiplicidade de usos etc. Apesar da notável sensibilidade à pré-existência, nem todos os projetos foram colocados em prática, em especial aqueles não vistos com tanta urgência pelo governo ou que exigiam práticas mais complexas e custosas. Vale apontar que em alguns dos projetos selecionados, mais especificamente o do Córrego do Antonico e do Edifício Multiusos do Grotinho, os arquitetos ressaltam a necessidade de manutenção e fiscalização comunitária, na procura de impedir as recorrentes reocupações, depredações e abandono.

93. “Programa Habitacional Paraisópolis,” Elito Arquitetos, acessado em 20 de julho, 2020, <http://elitoarquitetos.com.br/programa-habitacional-paraisopolis.html>.

94. Prefeitura da Cidade de São Paulo, “Moradias em Paraisópolis recebem Selo Casa Azul da Caixa Econômica Federal,” *Cidade de São Paulo – Comunicação – Notícias*, 15 de junho, 2012, <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=107027>.

95. Jornal da Gazeta, “Moradores de Paraisópolis voltam a barracos,” 29 de agosto, 2016, vídeo Youtube, 4:06, <https://www.youtube.com/watch?v=vG2h4yEpmTA>.

3.2.2. Percepção dos Moradores

A presente secção, a última deste capítulo, consiste numa análise mais subjetiva da urbanização, procurando perceber a visão da comunidade sobre as obras realizadas. Trata-se do momento em que se busca, a partir dos relatos dos próprios moradores, compreender como se dá a relação entre as intervenções e a realidade local. É importante ressaltar a existência de diferentes apreciações sobre a urbanização, considerando que ela impactou os moradores de distintas formas. Pretende-se analisar todas estas perspectivas e opiniões com o objetivo de compreender, de acordo com a situação de cada um, as qualidades e falhas das intervenções.

A partir da pesquisa realizada tornou-se claro que a Urbanização não possuiu grande repercussão na vida da maioria dos moradores de Paraisópolis, estando seu impacto concentrado naqueles que foram reassentados. Desta forma, as críticas feitas pelas pessoas que foram removidas e aqueles que não foram, possuem enfoques distintos. Aqueles mantidos em suas residências apontam principalmente questões relacionadas às intervenções urbanas, enquanto os habitantes reassentados, costumam indicar problemas quanto às novas habitações e ao processo de remoção.

Apesar de não terem sofrido grande impacto, os moradores mantidos em suas casas, não deixaram de afirmar os aspectos positivos da Urbanização. De entre eles, destacaram-se a implantação de infraestrutura, como rede de esgoto, água e energia elétrica, e o estabelecimento e melhoramento de alguns espaços de lazer, como o CEU e o Campo Palmeirinha. Por outro lado, de entre os aspectos falhos da urbanização, sobressaiu-se a falta de programas sociais e a falta de espaços livres, de lazer e de cultura. Estas críticas se tornam ainda mais relevantes quando entre os aspectos considerados negativos do bairro, se encontra justamente a falta de equipamentos e espaços de lazer e a questão de violência e drogas,⁹⁶ o que ressalta que a urbanização não conseguiu resolver algumas problemáticas vistas como basilares pelos moradores.⁹⁷

Especificamente quanto à falta de espaços públicos e culturais foram apontados diversos aspectos. Um primeiro ponto levantado por Laerte, um morador da comunidade, foi que, ao seu ver, o governo efetivamente realizou algumas obras na tentativa de suprir esta carência, entretanto não sabe se foi o suficiente para atender a demanda existente na comunidade.⁹⁸ Igualmente, Gilson Rodrigues em uma entrevista, afirma a falta de espaços de lazer no bairro, exemplificando esta carência através da existência de um único campo de futebol para atender 53 times.⁹⁹

96. Neste contexto, acredita-se que a aposta em programas sociais que oferecem melhores oportunidades aos moradores sejam a melhor solução para estas questões, e não maior policiamento da comunidade.

97. Questionário realizado com moradores de Paraisópolis, 10 a 24 de julho, 2020..

98. Laerte, entrevista realizada via Whatsapp, 28 de julho, 2020.

99. Encontro com Fátima Bernardes, "Gilson Rodrigues reclama da falta de opções de lazer em Paraisópolis," Exibido em 3 de dezembro, 2019, vídeo Globoplay, 09:09, <https://globoplay.globo.com/v/8135522/>.

Outro fator apontado por Botton, é que a maioria dos espaços públicos criados com a Urbanização se encontram nas bordas de Paraisópolis e, considerando a sua extensão e a topografia acidentada, tornam-se pouco acessíveis aos moradores que vivem mais distantes.¹⁰⁰ Em busca de uma solução a esta problemática, Vigliecca, em seu projeto, propunha a abertura de espaços livres nos interiores dos quarteirões, reassentando as famílias do local para um edifício construído na área. Entretanto, afirma que na prática este tipo de ação é condenada porque “remoções concebidas por razões de valor urbano espacial são consideradas um luxo acadêmico irresponsável.”¹⁰¹

Agravando a situação da falta de espaços públicos, foram apontados casos de depredação das poucas áreas livres existentes. Esta realidade, de acordo com moradores entrevistados, é reflexo da ausência de políticas de conscientização de como usar e conservar os espaços.¹⁰² Entretanto, em teoria, dentro do programa de urbanização, há uma fase voltada para este trabalho educacional, a qual é denominada de Pós-ocupação ou Pós-Urbanização.¹⁰³ Quando questionado sobre esta iniciativa, Laerte afirmou que provavelmente esta prática existiu, mas que acredita que consistiu em uma ação que atingiu apenas uma pequena parcela da população e que, quase de certeza, não foi persistente, limitando-se a pequenas orientações que com o tempo vão sendo esquecidas.¹⁰⁴

Daniel Eduardo afirma que é tudo uma questão de orientação com a qual os usuários se aperceberiam da importância daquele espaço, e conseqüentemente, zelariam por ele. Utiliza como exemplo um bicicletário criado por ele e alguns colegas na Escola Técnica (ETEC) de Paraisópolis, no qual explicaram a necessidade do bom uso e até hoje se encontra em boas condições.¹⁰⁵ O mesmo ocorre com outros edifícios vistos como importantes, como equipamentos públicos voltados à saúde e educação, que são bem cuidados pela população.¹⁰⁶ Percebe-se, portanto, que quando cientes da necessidade e do valor daquele espaço, os moradores zelam por ele.

Para além da problemática da falta de cuidado, também se enquadra neste cenário a questão das frequentes ocupações dos poucos espaços livres abertos pela urbanização. Trata-se, novamente de uma situação na qual os moradores, a partir do momento que não percebem a importância daquele espaço não defendem a sua permanência, deixando-o ser ocupados. Indo de

100. Fernando Botton, entrevista realizada via Skype, 22 de julho, 2020.

101. Vigliecca, “Urbanização do Complexo Paraisópolis.”

102. Laerte, entrevista realizada via Whatsapp, 28 de julho, 2020; Daniel Eduardo, entrevista realizada via Whatsapp, 28 de julho, 2020.

103. Henri Gervaiseau, *Urbanização de Favelas em São Paulo* (São Paulo: Pacto Audiovisual, 2010), DVD, 15:00, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=YQUzp08dwcQ&t=3s>.

104. Laerte, entrevista realizada via Whatsapp, 28 de julho, 2020.

105. Daniel Eduardo, entrevista realizada via Whatsapp, 28 de julho, 2020.

106. Apontamento feito por Laerte, entrevista realizada via Whatsapp, 28 de julho, 2020.

encontro com esta ideia, Laerte acredita que a ausência de um sentimento de pertencimento pelas intervenções, pode ser um fator que leve a esta falta de carinho e zelo.¹⁰⁷ Por esta razão, Pizarro julga que a única maneira de manter um espaço aberto na comunidade, é se ela lutar por ele,¹⁰⁸ resposta que vai de encontro com muitos outros arquitetos que realizaram projetos em favelas.¹⁰⁹ Para despertar um sentimento de pertencimento que leve a uma defesa daquele espaço, de acordo com Botton, é necessário um trabalho de conscientização e de educação urbana, no qual os moradores criariam um novo entendimento do espaço público e de coletividade.¹¹⁰

A condição de degradação destas áreas não é resultado exclusivo dos maus tratos dos moradores. Vale apontar que muitos dos espaços requalificados depois da sua entrega foram abandonados pelo governo, sendo rara a sua manutenção. Neste contexto, apesar de haver críticos que afirmam a necessidade dos próprios moradores realizarem estas ações, a arquiteta Elisabete França ressalta que na cidade dita formal há pessoas contratadas para a realização de manutenções, o que deveria acontecer da mesma forma nos espaços ditos informais.¹¹¹

Quanto aos problemas levantados sobre os condomínios habitacionais, a questão que ganhou mais destaque foi o abandono frequente dos apartamentos por parte de uma parcela considerável dos moradores reassentados. Esta realidade está maioritariamente relacionada com o fato de que muitas das pessoas que foram aos condomínios, não conseguiram arcar com as despesas demandadas pelo novo lar.¹¹² De acordo com uma reportagem do Jornal da Gazeta, em 2016, das famílias reassentadas, pelo menos metade já haviam voltado para a “antiga” Paraisópolis e, daqueles que permaneceram, metade estavam inadimplentes.¹¹³

Entretanto, este não é o único motivo pelo abandono dos apartamentos. A existência de normas nestes espaços é um fator recorrentemente apontado como problemático para a permanência das famílias, por ser um novo limite que não existia nas antigas residências. Inclusive esta é uma das principais razões pela qual vários moradores afirmaram que não gostariam de mudar-se para um condomínio.¹¹⁴ Um exemplo evidente é o de Vera Lúcia, descrito no livro *Cidade do Paraíso*, que mesmo vivendo sob risco afirma não querer ir aos novos apartamentos, declarando:

107. Laerte, entrevista realizada via Whatsapp, 28 de julho, 2020.

108. Eduardo Pizarro, entrevista realizada via Google Meet, 23 de julho, 2020.

109. Dois exemplos são aqueles apontados na seção anterior, o Córrego do Antonico e o Edifício Multiuso do Grotinho, nos quais os arquitetos apontam a necessidade de uma autofiscalização.

110. Fernando Botton, entrevista realizada via Skype, 22 de julho, 2020.

111. Elisabete França in Pizarro, “Interstícios e interfaces urbanos,” 276.

112. Estas despesas consistem em água, energia elétrica e gás encanado, mais a taxa de condomínio mensal.

113. Jornal da Gazeta, “Moradores de Paraisópolis voltam a barracos.”

114. Questionário realizado com moradores de Paraisópolis, 10 a 24 de julho, 2020.

“Sou bem farrista. Gosto de fazer churrasco, de reunir amigos. No apê não vou poder fazer. Lá tem limites. Aqui a gente fica às vezes até as 2h da manhã.”¹¹⁵

Neste contexto, a questão de pertencimento novamente é um fator preponderante para a escolha de permanecer na favela. Para Dona Lurdes, moradora também retratada nesse livro, os apartamentos consistem “em uma nova realidade na qual não se sente pertencida,” preferindo permanecer em sua casa, apesar dos riscos existentes.¹¹⁶ O facto de que viver num condomínio implica em possuir alguma relação com o governo, também é um aspecto que repulsa a escolha de viver naquele ambiente, sendo a casa melhor vista por “ser sua e ponto.”¹¹⁷ Pode-se perceber, portanto, que mesmo sendo uma alternativa habitacional enquadrada dentro da legalidade, muitas vezes, ir a um novo ambiente no qual há outra realidade, não é algo desejado, possuindo vários moradores que preferem permanecer na “antiga” favela.

Tendo em consideração a existência de diferentes preferencias habitacionais, Raquel Werneck critica a falta de escolha no atendimento habitacional para os moradores reassentados. Relata que várias famílias foram obrigadas a deixarem suas casas e irem aos apartamentos sem sequer terem suas preferências e particularidades consideradas.¹¹⁸ Também cita casos de habitantes que queixaram-se sobre o impedimento de realizar mudanças nas casas e da impossibilidade de possuir um comércio na nova habitação.¹¹⁹ Estes exemplos, não apenas ressaltam a problemática das soluções estandardizadas e rígidas, mas também mostram que a mudança habitacional possui impactos que vão além de um endereço e de questões materiais, repercutindo também no âmbito econômico e social da vida dos moradores.

As pessoas que não foram prontamente reassentadas e que receberam o auxílio aluguel até o momento de construção de sua habitação, foram os casos mais afetados pela urbanização. Tendo em conta que com a obras, os aluguéis em Paraisópolis aumentaram consideravelmente, muitas destas famílias não conseguiram encontrar uma habitação no bairro por um valor compatível com quantia oferecida. Desta forma, tiveram de ir a outro assentamento, distanciando-se dos serviços, do trabalho e das pessoas que já possuíam alguma relação afetiva em Paraisópolis.¹²⁰

115. Alencar e Belazi, *Cidade do Paraíso*, 85. “Apê” é uma contração coloquial para referir-se a apartamento.

116. Alencar e Belazi, *Cidade do Paraíso*, 81.

117. Laerte, entrevista realizada via Whatsapp, 28 de julho, 2020.

118. Werneck, “Percepções dos moradores do Grotão,” 110.

119. Relato do Sr. Mineiro: “[...] Basicamente... trabalhava, sempre trabalhei com isso, sempre foi com comércio. Eu fiquei... basicamente parado, né, peguei um determinado aposentadoria, recebi do menino né... Afetou, afetou [...]”. Relato da moradora Anair: “Mas eu não posso dizer assim, a, eu sou feliz aqui, a eu quero, quero derrubar essa parede, não vou derrubar, não posso. Quero, arrancar aquela porta ali, não posso porque é padrão, é..., não posso. [...]” Werneck, 93.

120. Werneck, 94.

Para além de situações particulares, também podem-se apontar os impactos da urbanização num âmbito mais amplo. A partir de relatos percebeu-se que com a construção da franja sudeste, criou-se uma espécie de divisão social dentro da própria comunidade. Isto acontece, de acordo com a Dona Sueli, porque as pessoas que saem dos condomínios realizam trocas com outros habitantes que vão por opção aos apartamentos, os quais, além de terem condições financeiras para tal, também possuem outra mentalidade.¹²¹ Assim, no momento em que se chega naquele ambiente, o qual possui uma lógica e forma urbana mais próxima daquela da cidade dita formal, estes habitantes não se sentem mais pertencentes à favela. Percebe-se então que morar nestes espaços se torna um *status*, que faz com que estas pessoas iniciem a ter os mesmos estigmas existentes no bairros vizinhos.¹²² Por esta razão, Werneck afirma que a urbanização reflete a lógica capitalista segregadora, a partir do momento que se construiu os blocos de habitação ao longo da Avenida Hebe Camargo, deixando o restante da favela quase que intocados, gerando, assim, “espaços estigmatizados e com fortes características de ações excludentes.”¹²³

Este fortalecimento da segregação, de acordo com Werneck, é decorrente de um processo de urbanização realizado de “cima para baixo,” no qual houve pouca ou nenhuma participação popular.¹²⁴ Entretanto, as versões oficiais afirmam que a urbanização teve sim presença da população. O problema é que as reuniões realizadas não conseguiram alcançar a todos.¹²⁵ Logo, a urbanização acaba por representar, na verdade, a visão das lideranças comunitárias, as quais por mais que estejam conscientes da realidade da comunidade, dificilmente conseguem transmitir as particularidades e preferências de cada um.¹²⁶

Percebe-se que apesar das evidentes melhorias, há diversos pontos em que a urbanização deveria ser repensada, desde o âmbito urbano, até o habitacional. Trata-se de questões que costumam ser decorrentes de ações *top-down*, na qual não se fomenta o sentimento de pertencimento e identificação dos moradores. Nesse sentido, a falta de escuta a necessidades individuais e coletivas se torna um problema agravante. Além disso, não se pode deixar de salientar que ações mais persistentes do governo, na qual não apenas se promove a intervenção mas também se realiza manutenções e medidas de educação e conscientização, são imprescindíveis para uma melhoria urbana e social efetiva, pois sem elas os novos espaços rapidamente se degradarão.

121. Sueli Tavares, entrevista realizada via Whatsapp, 26 de julho, 2020

122. Eduardo Pizarro, entrevista realizada via Google Meet, 23 de julho, 2020; Fernando Botton, entrevista realizada via Skype, 22 de julho, 2020.

123. Werneck, “Percepções dos moradores do Grotão,” 85 e 95.

124. Werneck, 99.

125. Questionário realizado com moradores de Paraisópolis, 10 a 24 de julho, 2020.

126. Eduardo Pizarro, entrevista realizada via Google Meet, 23 de julho, 2020.

Conclusão: Considerações Finais e Estratégias de Intervenção

A partir da extensa pesquisa realizada percebeu-se que as favelas consistem em ambientes extremamente complexos e heterogêneos que não devem ser generalizados e muito menos reduzidos a faltas e carências. Foi compreendido que se trata de espaços que são decorrentes da desigualdade social, a qual foi herdada das estruturas coloniais segregacionistas e fortalecida pelos processos de industrialização e modernização urbana, representando, portanto, a resistência e vontade de seus habitantes de habitarem a cidade a qualquer custo.

Neste sentido, viu-se que para conhecer mais profundamente as favelas é importante analisá-las através de uma perspectiva alternativa àquela divulgada pela mídia, considerando também suas qualidades e potencialidades. De entre estas virtudes foram destacadas a sua forma urbana propícia a apropriação, sua flexibilidade habitacional, seu dinamismo e a sua vida urbana ativa, entre outras características importantes para compreender estes espaços. Trata-se de aspectos que recorrentemente estão em falta em grande parte dos centros urbanos, sendo relevante a valorização destas ocorrências. Para além disso, seria possível a partir de determinadas perspectivas, olhar para estes bairros como um modelo de cidade mais humano e sustentável a ser seguido, conseguindo encontrar lições de desenho que poderiam ser aplicadas no meio formal.

Tendo em consideração estas características, percebeu-se que para atuar nos assentamentos informais é necessária uma reflexão sobre a disciplina, prática e profissão da arquitetura, com o intuito de adaptá-la à esta realidade. Nesse contexto, a visão do arquiteto como único desenhador do espaço e do governo como único provedor de habitação ficam comprometidas, sendo necessário dar lugar a uma construção mais experimental na qual o morador é o agente transformador do espaço.

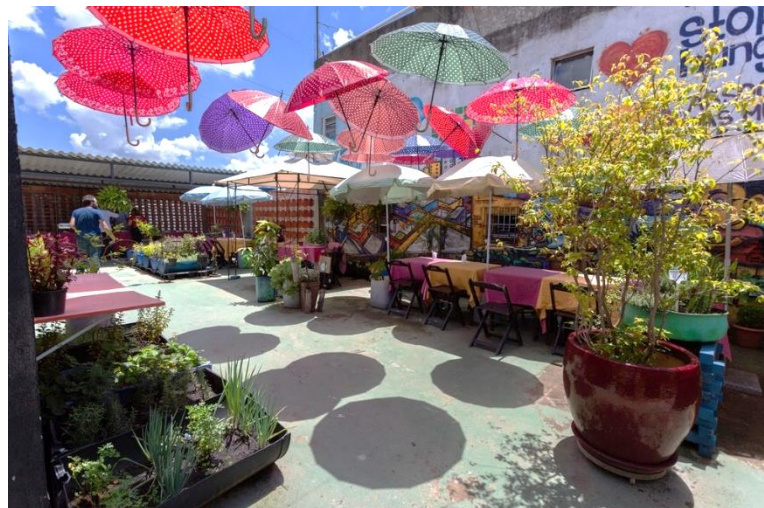
Quanto às intervenções, foi visto que ao longo da história muitas estratégias de ação voltadas a estes ambientes não foram sensíveis à sua estrutura pré-estabelecida, levando a obras que muitas vezes eram opressoras e disfuncionais. Assim, a linha de intervenção nos assentamentos informais evoluiu gradualmente aos programas de *slum upgrading* que predominam na atualidade, os quais atuam no malha urbana consolidada desses bairros através de projetos de arquitetura e urbanismo articulados com programas sociais. Porém, como visto no caso de São Paulo, devido à descontinuidade de políticas públicas, muitos destes programas não foram estruturados de forma adequada, falhando em alcançar a efetiva integração urbana e social das favelas à cidade formal.

Com base nesses aspectos e tendo em conta os problemas levantados pela análise da percepção dos moradores de Paraisópolis sobre a urbanização no bairro, são colocadas algumas estratégias gerais de atuação que poderiam ser mais adequadas à realidade estudada, juntamente

Imagem 138. Estratégia de intervenção de Pizarro para Paraisópolis, na qual se propõe a introdução de novos módulos de espaços públicos na massa construído. Em vermelho, coberturas provisórias ou lajes. Em amarelo, módulos residenciais. Em rosa, módulos comerciais. Em azul, garagens. Em verde espaços livres. (Colagem de Eduardo Pizarro.)



Imagem 139. Exemplo de uso da cobertura para espaço público no edifício da União de Moradores de Paraisópolis. (Fotografia de Marcelo Brandt.)



com considerações importantes para a realização de ações bem conseguidas. Essas propostas, além de buscarem soluções às questões apontadas, também visam potencializar as qualidades locais.

De entre os problemas levantados acerca da urbanização de Paraisópolis, destaca-se a falta de espaços livres, ausência de ações de conscientização e educação e o espectro limitado de alternativas habitacionais, a partir dos quais se desenvolvem outras questões como falta de sentimento de pertencimento, falta de participação popular adequada, entre outros.

Diante da questão de escassez de espaços abertos se vê necessária a intervenção na massa urbana já consolidada. Considerando a dificuldade de intervir num ambiente tão densamente construído, acredita-se que a solução estaria no micro urbanismo, também chamado de acupunturas urbanas,¹ que revitalizariam as dilatações existentes na rede de becos e vielas, tornando-as propícias para uma maior apropriação.² Quando necessária a criação de espaços de encontro maiores, se vê duas possibilidades: (1) a apropriação de lajes por construir para utilização comunitária, criando espaços públicos nas coberturas, e; (2) o remanejamento de habitações em menor nível de consolidação ou salubridade para estas lajes vazias, abrindo espaços livres a nível do solo.³ Claramente, nenhuma das alternativas é ideal, mas consistem em propostas que melhorariam a qualidade de vida daquela região do bairro, sendo uma escolha e discussão que cabe aos moradores.

Para a realização deste tipo de intervenção, de forma a solucionar a problemática de falta de ações de conscientização, é necessária a participação ativa dos moradores. Para conseguir atingir a todos, a criação de pequenos comitês divididos por setores do bairro seria uma solução possível.⁴ Assim, cada setor discutiria entre si uma proposta de intervenção para sua área, conseguindo, no somatório de todas elas, criar um projeto holístico que contemple todo o bairro.

Para além de fomentar a participação, os comitês são vistos como uma solução adequada devido a uma série de motivos: (1) porque permitem a exposição das necessidades individuais dos moradores; (2) porque a tomada de decisões seria feita através da negociação entre habitantes; (3)

1. Acupuntura urbana é um método de intervenção baseado em ações pontuais de revitalização urbana que melhorariam gradualmente a cidade. Acredita-se que o precursor deste termo foi o arquiteto Manuel de Solà-Morales, mas hoje consiste num conceito amplamente difundido por Jaime Lerner e Marco Casagrande. Ver: Rick Hoogduyn, "Urban acupuncture: revitalizing urban areas by small scale interventions" (Tese de Mestrado, Blekinge Tekniska Högskola, 2014), 13.

2. Eduardo Pizarro, entrevista realizada via Google Meet, 23 de julho, 2020; Fernando Botton, entrevista realizada via Skype, 22 de julho, 2020

3. Ambas as alternativas, foram abordadas nas estratégias propostas por Pizarro em sua tese. Eduardo P. Pizarro, "Interstícios e interfaces urbanos como oportunidades latentes: o caso da Favela de Paraisópolis, São Paulo" (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2014), 309-312.

4. Esta divisão no caso de Paraisópolis, poderia seguir o recorte reticular da malha viária, tornando cada quarteirão um comitê como proposto por Pizarro. Eduardo Pizarro, entrevista realizada via Google Meet, 23 de julho, 2020.

porque somente os moradores, verdadeiros conhecedores daquele local, são aptos para resolver questões mais práticas da construção, como o transporte de materiais, o seu armazenamento, a mão-de-obra etc⁵, e; (4) porque fomenta o sentimento de pertencimento e identificação do morador pelo espaço criado, impedindo futuras depredações, incentivando, pelo contrário, seu zelo e defesa.

Para a orientação e mediação deste processo, seria importante a existência de uma assessoria técnica que acompanharia todo o desenvolvimento do projeto. Para tal, propõe-se a criação de um ateliê de arquitetura, urbanismo e construção na comunidade, voltado justamente para este fim.⁶ Além desta função, o ateliê poderia proporcionar programas de capacitação aos moradores, incentivando a emancipação dos usuários e projetos de autoconstrução mais bem conseguidos. Neste contexto, poderiam ser estabelecidas uma série de parâmetros que todas as expansões, construções e reformas futuras deveriam seguir,⁷ conseguindo introduzir na comunidade certos critérios que garantiriam qualidade construtiva e habitacional.

Quanto ao papel do governo, este estaria encarregado da realização de obras de maior porte que permitem um maior nível de padronização, como instalação de infraestrutura e construção grandes de equipamentos públicos. Seria indispensável também o seu apoio financeiro e através da disponibilização de outros recursos, como materiais, transporte etc, às ações lideradas localmente. Esta solução não é ideal, já que novamente retira das mãos do Estado a ação propriamente dita, mas acredita-se ser uma alternativa factível e passível de perdurar, que romperia a imobilidade governamental e fomentaria obras que efetivamente atendessem às necessidades locais.

Quanto à problemática de falta de alternativas habitacionais para as famílias removidas, destaca-se a necessidade de antes de reassentá-las compreender como se dá a sua relação com a moradia. Para tal, é necessário o levantamento das preferências habitacionais dos moradores, da sua capacidade financeira e da sua forma de trabalho. Idealmente, a melhor solução seria pensar em várias alternativas habitacionais que atendam às distintas prioridades e necessidades.

Nesse sentido, chama-se à atenção para a introdução de uma linguagem arquitetônica muito distinta daquela existente na comunidade, considerando que este tipo de ação acaba por fomentar uma ruptura social, introduzindo mais segregação ao criar espaços adjacentes com lógicas tão opostas. Para tal, se vê necessário encontrar um meio termo entre os padrões urbanos das cidades ditas formais e modelo informal, no qual existam soluções flexíveis, passíveis de serem apropriadas pelos moradores, fomentando uma vida urbana similar àquela pré-existente.

5. Fernando Botton, entrevista realizada via Skype, 22 de julho, 2020.

6. Idealmente este órgão deveria estar associado a União de Moradores e formulado, principalmente, por moradores que possuem capacitação para tal, assim como defendido nos outros programas fomentado pelo órgão.

7. Eduardo Pizarro, entrevista realizada via Google Meet, 23 de julho, 2020.

Acredita-se que estas propostas, além de solucionar os problemas apontados, também permitiriam ações a longo prazo na comunidade que realmente atendessem às necessidades da população e que poderiam ser colocadas em prática independentemente dos interesses do governo.⁸ Além disso, julga-se que estas alternativas melhorariam consideravelmente a qualidade construtiva do bairro, fomentariam o sentimento de pertencimento por parte dos moradores e potencializariam a sua vida urbana extremamente rica. Tudo isso com o morador como protagonista de sua própria transformação, assim como defendido pela União dos Moradores.

Tais alternativas, mesmo que estruturadas para o caso específico de Paraisópolis, poderiam ser aplicadas em outras favelas, desde que adaptadas às realidades e particularidades de cada espaço. Assim, seriam difundidas ações que fossem mais sensíveis à estrutura pré-existente das comunidades, incentivando intervenções mais bem conseguidas que efetivamente tragam melhores condições de vida para estas populações, e, conseqüentemente, colaborem para a integração destes espaços e suas populações à cidade e sociedade.

Por fim, acredita-se que foi alcançada uma visão alternativa dos assentamentos informais, àquela recorrentemente divulgada pela mídia, que se aproxime do que realmente consiste o fenômeno da favela. Tem-se consciência que não foi possível representá-la na sua totalidade, mas presume-se que ao menos foi alcançada a libertação dos estigmas que todavia as perturbam, introduzindo uma apreciação mais otimista e encorajadora sobre estes ambientes. A partir desta perspectiva, foi proposto um outro olhar para o urbanizar e intervir ali, o qual julga-se ser mais sensível e adequado às necessidades e particularidades das comunidades. Procura-se incentivar intervenções que não somente resolvam os problemas existentes das favelas, mas que também tenham em consideração suas qualidades e busquem potencializá-las. Este modo de olhar a intervenção nos espaços ditos informais torna-se um método pelo qual os arquitetos poderiam atuar diante da grande problemática da desigualdade social e urbana, buscando a inclusão efetiva destes ambientes e suas populações ao meio formal, e fomentando, paralelamente, a criação de cidades mais humanas.

8. Se busca fomentar ações independentes de forma a não tornar a corrente imobilidade governamental um fator que impeça as comunidades de realizarem melhorias urbanas. Mas, idealmente, este processo deveria possuir grande apoio do Estado de maneira a incentivar as ações tomadas localmente.

Bibliografia

- Abrahão, Sergio Luís. “O espaço público urbano na perspectiva de Carlos Nelson Ferreira dos Santos.” *Vitruvius – Arqtextos*, ano 17, nº 204.04 (Maio de 2017).
<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/17.204/6560>.
- Akaishi, Ana Gabriela, Camila Saraiva, Luciana C. Cardoso e Patrícia C. Silva. “O Programa de Aceleração de Crescimento no Contexto das Urbanizações de Favela em São Paulo.” In *III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – UrbFavelas*. Salvador, 21-23 de novembro, 2018.
- . “O Programa de Aceleração de Crescimento no Contexto das Urbanizações de Favela em São Paulo.” In *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*, org. Adauto Lúcio Cardoso e Rosana Denaldi, 49-74. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
- Alencar, Vagner de, e Bruna Belazi. *Cidade do Paraíso – Há vida na maior favela de São Paulo*. São Paulo: Primavera Editorial, 2015.
- Aliança das Cidades. *Urbanização de Favelas em Foco: Experiência de Seis Cidades*. São Paulo: The Cities Alliance, 2008.
- Almeida, Ronaldo de, e Tiaraju D’Andrea. “Pobreza e Redes Sociais em uma Favela Paulistana.” *Novos Estudos*, nº 68 (Março de 2004): 94-106.
- Antonucci, Denise, Márcia F. Prestes, Patrícia R. Samora, Maria de Lourdes Zuquim. “Da luta pela moradia à urbanização de assentamentos precários: a política habitacional no Brasil.” In *Barrios populares Medellín: favelas São Paulo*, org. de Maria de Lourdes Zuquim e Liliana Maria S. Mazo, 48-65. São Paulo: FAUUSP, 2017.
- Arantes, Pedro F. *O Lugar da Arquitetura num “Planeta de Favelas”*. Porto: Dafne Editora, 2008.
- Aravena, Alejandro. “My architectural philosophy? Bring the community into the process.” Filmado em outubro de 2014 no TEDGlobal2014, Rio de Janeiro. TED vídeo, 15:50.
https://www.ted.com/talks/alejandro_aravena_my_architectural_philosophy_bring_the_community_into_the_process#t-8297.
- . “Reporting from the Front.” Filmado em 15 de julho de 2016 na conferência The Urban Age “Shaping Cities”, Veneza. Vídeo YouTube, 21:35.
<https://urbanage.lsecities.net/talks/reporting-from-the-front#slides>.
- Awan, Nishat, Tatjana Schneider e Jeremy Till. *Spatial Agency – Other Ways Of Doing Architecture*. London: Routledge, 2011.
- Baltazar, Ana Paula, e Silke Kapp. “Learning from ‘favelas’: the poetics of users’ autonomous production of space and the non-ethics of architectural interventions.” In *Proceedings of the International Conference Reconciling Poetics and Ethics in Architecture*. McGill University, Canada, Setembro de 2007.
- . “Por uma Arquitetura não Planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços.” *Impulso* 17, nº 44 (2006): 93-103.

- Band. "Moradores de favelas movimentam R\$ 119,8 bilhões por ano." *Plataforma Media*, 28 de janeiro, 2020. <https://www.plataformamedia.com/pt-pt/noticias/sociedade/moradores-de-favelas-movimentam-r-1198-bilhoes-por-ano-11757335.html>.
- Bandeirinha, José António. "Os sentidos do debate internacional." In *Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, 19-60. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- Beardsley, John, e Christian Werthmann. "Improving Informal Settlements: Ideas from Latin America." *Harvard Design Magazine*, nº 28 (Spring/Summer 2008): 1-3.
- Boldarini Arquitetos Associados. "Edifício Multiuso Grotinho," Projetos. Acessado em 20 de julho, 2020. <https://www.boldarini.com.br/projetos/grotinho/>.
- Bonduki, Nabil Georges. "Origens da habitação social no Brasil." *Análise Social* XXIX, nº 127 (3º 1994): 711-732.
- Botton, Fernando, e Valentina Mion, urbz Brasil. "Caminhada Arquitetônica em Paraisópolis: entre a Cidade Informal e Cidade em Formação." Publicação feita na 11ª Bienal Arquitetura São Paulo, 11 de novembro de 2017.
- Brusantin, Beatriz M., Bruno H. B. Lopes e Camilla F. Nunes. "O mito nacionalista da Independência do Brasil." *História Ilustrada*, acessado em 28 de maio, 2020. <https://www.historiaillustrada.com.br/2015/09/o-mito-da-independencia-do-brasil.html>.
- Caldeira, Teresa P. R. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- . "Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south," *Environment and Planning D: Society and Space* 35, nº 1 (2016): 3-20. <https://doi.org/10.1177%2F0263775816658479>.
- Cardoso, Adauto Lúcio, e Rosana Denaldi, org. *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
- . "Urbanização de favelas no Brasil: Um balanço preliminar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)." In *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*, org. de Adauto Lúcio Cardoso e Rosana Denaldi, 17-48. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
- Cardoso, Adauto Lúcio. "Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas." *Cadernos Metrópole*, nº 17 (1º semestre 2007): 219-240.
- Cavalcanti, Ana Rosa C. "Critical roles of Architecture: The endemic of labour in the favela dwelling system: Towards a critique on its architectural autonomy." In *Critic|all II: II International Conference on Architectural Design and Criticism*. Madrid, 20-21 de junho, 2016.
- . "How Does Work Shape Informal Cities? The Critical Design of Cities and Housing in Brazilian Slum." *The Plan Journal* 1, nº 2 (2016): 319-333. <https://doi.org/10.15274/tpj.2016.01.02.04>.
- . "Uma linguagem padrão da autoconstrução: ferramenta para compreender os espaços e as práticas sociais das favelas brasileiras." *ArchDaily Brasil*, 26 de setembro, 2017. <https://www.archdaily.com.br/br/880403/uma-linguagem-padrao-da-autoconstrucao-ferramenta-para-compreender-os-espacos-e-as-praticas-sociais-das-favelas-brasileiras>.

- . “Work, Slums and Informal Settlement Traditions: Architecture of the Favela Do Telegrafo.” *Traditional Dwellings and Settlements Review* 28, nº 2 (2017): 71-81.
- Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. “Planos Urbanos do Rio de Janeiro: Plano Agache.” Acessado em 01 de junho, 2020. <http://planourbano.rio.rj.gov.br/>.
- Cities Alliance. *Integrando os pobres: Urbanização e regularização fundiária na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Cities Alliance, 2004.
- . “Slum Upgrading Fact Sheet.” About Slum Upgrading. Acessado 6 de junho, 2020. <https://www.citiesalliance.org/about-slum-upgrading>.
- Cordeiro, Jacqueline. “Lajes viram hortas em Paraisópolis.” *Catraca Livre*, 11 de novembro, 2019. <https://catracalivre.com.br/dimenstein/lajes-viram-hortas-em-paraisopolis/>.
- D’Andrea, Tiaraju. Entrevista por Patrícia Fachin “Paraisópolis, a história de uma comunidade sitiada.” *Outras Mídias*. 20 de dezembro, 2019. <https://outraspalavras.net/outrasmidias/paraisopolis-a-historia-de-uma-comunidade-sitiada/>.
- Davis, Mike. *Planet of Slums*. New York: Verso, 2006.
- DesignBoom. “urban think tank: grotão fábrica de música,” *Architecture*. Acessado em 20 de julho, 2020. <https://www.designboom.com/architecture/urban-think-tank-grotao-fabrica-de-musica/>.
- Echanove, Matias, e Rahul Srivastava. *The Slum Outside – Elusive Dharavi*. London: Stelka Press, 2014. Kobo.
- . “Taking the Slum Out of ‘Slumdog’.” *The New York Times*, 21 de fevereiro, 2009. <https://www.nytimes.com/2009/02/21/opinion/21srivastava.html>.
- . “The Village Inside.” In *What We See: Advancing the Observation of Jane Jacobs*, ed. Stephen Golsmith e Lynne Elizabeth. New York: New Village Press, 2010.
- . “When Tokyo Was a Slum.” *Next City – Informal City Dialogs*, 1 de agosto, 2013. <https://nextcity.org/informalcity/entry/when-tokyo-was-a-slum>
- Echeverri, Alejandro, e Francesco M. Orsini. “Informalidad y Urbanismo Social en Medellín.” *Sostenible?*, nº 12 (Dezembro 2011): 11-24. <http://hdl.handle.net/2099/11900>.
- Echeverri, Alejandro. “Medellín reescreve os seus bairros – Urbanismo Social 2004-2011.” *Revista Prumo* 2, nº 3 (Julho 2017): 28-41. <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/issue/view/18/7>.
- Elito Arquitetos. “Programa Habitacional Paraisópolis.” Acessado em 20 de julho, 2020. <http://elitoarquitetos.com.br/programa-habitacional-paraisopolis.html>.
- Empresa de Desarrollo Urbano (EDU) e Alcaldía de Medellín. *Medellín: Modelo de transformación urbana, Proyecto Urbano Integral – PUI – en la zona nororiental, Consolidación Habitacional en la Quebrada Juan Bobo*. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2014. <http://www.edu.gov.co/publicaciones>.

- Encontro com Fátima Bernardes. “Gilson Rodrigues reclama da falta de opções de lazer em Paraisópolis.” Exibido em 3 de dezembro, 2019. Vídeo Globoplay, 09:09. <https://globoplay.globo.com/v/8135522/>.
- Fave, Rosemary. “Tour pela Favela de Paraisópolis.” 27 de outubro, 2019. Vídeo Youtube, 04:49. <https://www.youtube.com/watch?v=cnyknlBpOs8&t=160s>.
- . “Tour pela minha casa na Favela de Paraisópolis.” 19 de novembro, 2018. Vídeo Youtube, 07:27. https://www.youtube.com/watch?v=_lot4hiaRjE.
- Ferreira, Lara. “Arquitetos Militantes na Urbanização de Favelas.” In *XVII ENANPUR – Desenvolvimento, Crise e Resistência: Quais os Caminhos do Planejamento Urbano e Regional?*. São Paulo: FAUUSP, 2017.
- Flavio, Luiz. “CRAS Paraisópolis continua desativado desde a sua construção,” *Jornal Paraisópolis News*, 12 de novembro, 2014. <http://jornalparaisopolisnews.blogspot.com/2014/11/cras-paraisopolis-continua-desativado.html>.
- França, Elisabete. Entrevista por Antony Ling. “Favela: cidade informal vs. formal.” *Caos Planejado*, 8 de agosto, 2019. Áudio de Podcast, 44:29. <https://caosplanejado.com/podcast-12-favelas-cidade-informal-vs-formal/>.
- Fridman, Fania. “Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras.” *Revista Brasileiras de Estudos Urbanos e Regionais* 15, nº 2 (Novembro 2013): 213-216. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n2p213>.
- Gandra, Alana. “Moradores do asfalto têm visão preconceituosa de favelas, mostra pesquisa.” *Agência Brasil*, 12 de fevereiro, 2015. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-02/moradores-do-asfalto-tem-visao-preconceituosa-em-relacao-favelas>.
- Garcia, Matheus Hector. “O que Paraisópolis pode ensinar ao Morumbi.” *Caos Planejado*, 30 de março, 2020. <https://caosplanejado.com/o-que-paraisopolis-pode-ensinar-ao-morumbi/>.
- Gehl, Jan. *Cidade para Pessoas*. Trad. Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- Gervaiseau, Henri. *Urbanização de Favelas em São Paulo*. São Paulo: Pacto Audiovisual, 2010. DVD, 15:00. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=YQUzp08dwcQ&t=3s>.
- HabitaSampa. “Informações Complementares dos Espaços Habitados.” Acessado em 10 de julho, 2020. http://his.dados.habitasampa.inf.br/vw_favela_complview.php?showdetail=&gid=17.
- Habitat for Humanity. “Urbanisation and the Rise of Slum Housing.” *Habitat for Humanity – Great Britain* (blog). Acessado em 25 maio, 2020. <https://www.habitatforhumanity.org.uk/blog/2018/09/urbanisation-slum-housing/>.
- . “The World's Largest Slums: Dharavi, Kibera, Khayelitsha & Neza.” *Habitat for Humanity – Great Britain* (blog). Acessado em 25 maio, 2020. <https://www.habitatforhumanity.org.uk/blog/2017/12/the-worlds-largest-slums-dharavi-kibera-khayelitsha-neza/>.

- Holston, James. “Espaços de Cidadania Insurgente.” Trad. Regina Helena Fróes e Leonardo Fróes. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24 (1996): 246-253.
- . *Insurgent Citizenship – Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- Instituto Data Popular. “Fórum Nova Favela Brasileira.” Apresentação de slide apresentada no 2º Fórum Nova Favela Brasileira, Instituto Tomie Ohtake, São Paulo, 3 março, 2015. https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AM/Anexos/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_2%C2%BA%20Forum%20Favela_Consolidado.pdf.
- Jáuregui, Jorge Mario. *Estratégias de Articulación Urbana*. Buenos Aires: Nobuko, 2012.
- . “Urban and Social Articulation.” Jorge Mario Jáuregui - Atelier Metropolitano, acessado em 21 de março, 2020. http://www.jauregui.arq.br/urban_design.html.
- Jornal da Gazeta. “Moradores de Paraisópolis voltam a barracos.” 29 de agosto, 2016. Vídeo Youtube, 4:06. <https://www.youtube.com/watch?v=vG2h4yEpmTA>.
- Kapp, Silke, Ana Paula Baltazar e Denise Morado. “Architecture as Critical Exercise: Little Pointers Towards Alternative Practices in Architecture.” *Field: a free journal for architecture* 1, no. 2 (Outubro 2008): 7–30.
- Kehl, Luis. *Breve História das Favelas*. São Paulo: Claridade, 2010.
- . “Uma Breve História das Favelas.” Filmado em 8 de agosto de 2013 na Escola da Cidade, São Paulo. Vídeo Youtube, 1:08:06. <https://www.youtube.com/watch?v=pr-bwi6V4m4&t=0s>.
- Klintowitz, Danielle. Entrevistada por Jeziel Carvalo. “Urbanista explica sucesso da comunidade de Paraisópolis (SP) contra coronavírus.” *Radio Senado*, 26 de junho, 2020. Áudio, 7:53. <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/06/urbanista-explica-sucesso-da-comunidade-de-paraisopolis-sp-contra-coronavirus>.
- Kliwadenko, Katerina, e Mario Novas. “CIUDAD vs. FAVELAS | Una conversación con la Asociación de Favelas de Rio de Janeiro.” 24 agosto, 2016. Vídeo Vimeo, 18:10. <https://vimeo.com/180583391>.
- Komukai, Debora. “Primeiro G10 Favelas: as dez comunidades mais ricas do Brasil se unem.” *Uol – Ecoa*, 25 de novembro, 2019. <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2019/11/25/primeiro-g10-favelas.html>.
- Lefebvre, Henri. *The Production of Space*, trad. Donald Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- Ling, Antony. “Parem de construir casas para resolver a falta de moradia.” *Caos Planejado*, 19 de maio, 2016. <https://caosplanejado.com/parem-de-construir-casas-para-resolver-a-falta-de-moradia/>.
- Lo Prete, Renata. “Lições de Paraisópolis na Guerra à Covid-19.” *O Assunto*, 29 de junho, 2020. Áudio de Podcast, 25:08. <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2020/06/29/o-assunto-219-licoes-de-paraisopolis-na-guerra-a-covid-19.ghtml>.

- Madriz, Mayra, e Jeff Risom. "Gehl: O paradoxo de planejar a informalidade." Trad. Matheus Pereira, *ArchDaily Brasil*, 13 de março, 2018. <https://www.archdaily.com.br/br/890237/gehl-o-paradoxo-de-planejar-a-informalidade>.
- Mansuido, Mariane. "Movimentos Sociais discutem Plano Municipal de Habitação." *Câmara Municipal de São Paulo* (blog), 22 de agosto, 2019. <http://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/movimentos-sociais-discutem-plano-municipal-de-habitacao/>.
- Mashini, Dominique. "Como fazer cidades: o modelo Medellín," trad. Romullo Baratto. *ArchDaily Brasil*, 25 de junho, 2013. <https://www.archdaily.com.br/br/01-122788/como-fazer-cidades-o-modelo-de-medellin>.
- Mello, Tais. "Projeto Urbano Córrego Antonico." *Galeria da Arquitetura*, acessado em 20 de julho, 2020. https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/mmbb-arquitetos_/projeto-urbano-corrego-do-antonico/1358.
- MMBB. "Projeto Urbano Córrego Antonico." Acessado em 20 de julho, 2020. <https://www.mmbb.com.br/projects/details/68/4>.
- Moris, Alessandra, Ana Cláudia Navarro e Renata Zioli Dias. "Documentário – Fazendo Histórias em Paraisópolis." 23 de janeiro, 2014. Vídeo Youtube, 18:41. <https://www.youtube.com/watch?v=e0lb8sJJ5Fo&t=880s>.
- Moura, Pedro M. de. "Paraisópolis: 74% dos moradores com emprego fixo trabalham no Morumbi." *Veja São Paulo*, 1 de junho, 2017. <https://vejasp.abril.com.br/cidades/paraisopolis-morumbi/>.
- Mukhija, Vinit. "Upgrading Housing Settlements in Developing Countries." *Cities* 18, nº 4 (Agosto 2001): 213-222. [https://doi.org/10.1016/S0264-2751\(01\)00014-2](https://doi.org/10.1016/S0264-2751(01)00014-2).
- Observatório das Favelas. Acessado 3 abril, 2020. <http://observatoriodefavelas.org.br/>.
- Paraisópolis. "Paraisópolis," Multientidades de Paraisópolis. Acessado em 7 de julho, 2020, <http://paraisopolis.org/multientidades-de-paraisopolis/paraisopolis/>.
- Pasternak, Susana. "Espaço e População nas Favelas de São Paulo." Artigo apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, 4-8 novembro, 2002.
- . "São Paulo e Suas Favelas." *Pós – Revista do Programa de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, nº 19 (junho 2006): 176-197. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i19p176-197>.
- Pizarro, Eduardo P. Entrevista por Patrícia Fachin. "Paraisópolis: aspectos únicos de uma cidade dentro de SP." *Outras Mídias*. 10 de dezembro, 2019. <https://outraspalavras.net/outrasmidias/paraisopolis-aspectos-unicos-de-uma-cidade-dentro-de-sp/>.
- . "De interstícios a infraestruturas / Eduardo Pimentel Pizarro." *ArchDaily Brasil*, 10 de junho, 2016. <https://www.archdaily.com.br/br/788950/de-intersticios-a-infraestruturas-eduardo-pimentel-pizarro>.

- . “Interstícios e interfaces urbanos como oportunidades latentes: o caso da Favela de Paraisópolis.” Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2014.
- Prefeitura da Cidade de São Paulo e Diagonal Urbana. “Paraisópolis: Uma Análise de sua Complexidade.” Apresentação de slide, acessado em 7 de julho, 2020. http://paraisopolis.org/arquivos/2008/05/Paraisopolis_Final.pdf.
- Prefeitura da Cidade de São Paulo. “Moradias em Paraisópolis recebem Selo Casa Azul da Caixa Econômica Federal.” *Cidade de São Paulo – Comunicação – Notícias*, 15 de junho, 2012. <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=107027>.
- . “História: como surgiu Paraisópolis.” *Cidade de São Paulo - Subprefeituras - Notícias*, 23 de setembro, 2009. <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/noticias/?p=4385>;
- . “Prefeito vistoria obras do Complexo Paraisópolis.” *Cidade de São Paulo – Comunicação*, 20 de abril, 2010. <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=115296>
- Prefeitura do Distrito Federal, e Alfred Agache. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão – Remodelação – Embelezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em <http://planourbano.rio.rj.gov.br/>.
- Quintella, Sergio. “Principal líder de Paraisópolis, Gilson Rodrigues que uma nova favela.” *Veja São Paulo*, 13 de setembro, 2019. <https://vejasp.abril.com.br/cidades/capa-paraisopolis-gilson-rodrigues/>.
- Rodrigues, Gilson. Entrevista por Antony Ling. “I love Paraisópolis.” *Caos Planejado*, 13 de fevereiro, 2020. Áudio de Podcast. <https://caosplanejado.com/podcast-20-i-love-paraisopolis/>.
- Rolnik, Raquel. “São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política.” In *As Lutas Sociais e a Cidade*, org. Lúcio Kowarick. São Paulo: Paz e Terra/UNRISD, 1988.
- Roxbury, Brian. “Como é Morar em Paraisópolis DE VERDADE?.” 9 de maio, 2019. Vídeo Youtube, 11:17. <https://www.youtube.com/watch?v=wOB3qlkSvUA>.
- Samora, Patrícia R., e Maria de Lourdes Zuquim. “Desafios da urbanização de assentamentos precários em São Paulo.” In *Barrios populares Medellín: favelas São Paulo*, org. de Maria de Lourdes Zuquim e Liliana Maria S. Mazo, 66-77. São Paulo: FAUUSP, 2017.
- Santos da Silva, Alane. “Programas de Urbanização de Favelas no Município de São Paulo (2001-2012): o caso do Complexo Paraisópolis.” In *17º Congresso Nacional de Iniciação Científica*. São Paulo, 24-25 de novembro, 2017. <http://conic-semesp.org.br/anais/files/2017/trabalho-1000023805.pdf>.
- Santos, Carlos Nelson F. dos. “Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?.” In *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira*, org. Velho Gilberto, 37-57. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- . “Volviendo a pensar en “Favelas” a causa de las periferias.” *Nueva Sociedad*, nº 30 (Maio-Junho 1977): 22-38. <https://nuso.org/articulo/volviendo-a-pensar-en-favelas-a-causa-de-las-periferias/>.

- Santos, Fabio P. dos. "A dimensão física em urbanização de favelas: desafios no tratamento da precariedade do ambiente construído e da moradia." In *III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – UrbFavelas*. Salvador, 21-23 de novembro, 2018. <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2018a/ARQUIVOS/GT1-187-99-20180820233929.pdf>.
- Santos, Joildo. "Famílias na região do córrego do Antonico continuam correndo risco." *Paraisópolis – Notícias*, 25 de maio, 2016. <http://paraisopolis.org/familias-na-regiao-do-corrego-do-antonico-continuam-correndo-risco/>.
- Santos, Raiane. "Parque do Grotinho em péssimas condições." *Jornal Paraisópolis News*, 3 de agosto, 2011. <http://jornalparaisopolisnews.blogspot.com/2011/08/parquinho-do-grotinho-em-pessimas.html>.
- Schmid, Christian. "A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional," trad. Marta M. Marques e Marcelo Barreto. *GEOUSP – espaço e tempo*, nº 32 (2012): 89-109.
- Scolforo, Carol. "A vida na vizinhança." *Projeto Hestia*, 20 de janeiro, 2016. <https://projetohestia.com/2016/01/20/a-vida-na-vizinhanca/>.
- Segovia, Yessenia M. "La otra mitad de la Quinta Monroy." *Revista de Arquitectura* 22, nº 32 (Maio 2017): 67-72. doi:10.5354/0719-5427.2017.46147.
- Silva, Luís, Maria C. Maziviero e Maria C. Fedeli. "Do we love Paraisópolis?." *Vitruvius - Arqitextos*, ano 17, nº 197.07 (Outubro de 2016). <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqitextos/17.197/6262>.
- Simone, AbdouMaliq. "On Citiness." In *City life from Jakarta to Dakar: movements at the crossroads*, 1-59. New York: Routledge, 2009.
- . "People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg." *Public Culture* 16, nº 3 (outono 2004): 407-429. <https://muse.jhu.edu/article/173743>.
- . "The Politics of Urban Intersection: Materials, Affect, Bodies." In *The New Blackwell Companion to the City*, ed. Gary Bridge e Sophie Watson, 357-366. Blackwell Publishing, 2011. <https://doi.org/10.1002/9781444395105.ch31>.
- . "Relational infrastructure in postcolonial urban worlds." In *Infrastructural lives: Urban infrastructure in context*, ed. Stephen Graham e Colin McFarlane, 17-38. London: Routledge, 2014.
- . "The surfacing of urban life." *City* 15, nº 3-4 (julho-agosto 2011): 355-364. <https://doi.org/10.1080/13604813.2011.595108>.
- . "The Urban Poor and Their Ambivalent Exceptionalities: Some Notes from Jakarta." *Current Anthropology* 56, S11 (outubro 2015): 15-23. <https://doi.org/10.1086/682283>.
- Soares, Manoel. "Paraisópolis sofre com falta d'água." *É de Casa*, 30 de maio, 2020. Vídeo GloboPlay, 04:10. <https://globoplay.globo.com/v/8591134/>.
- Souza e Silva, Jailson (org.). *O que é favela, afinal?*. Rio de Janeiro: Observatório das Favelas, 2009.

- . “Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos.” In *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*, org. Milton Santos e Bertha K. Becker, 209-230. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- Souza, Felipe, e Rafael Barifouse. “Paraisópolis: Como um Loteamento de Alto Padrão Virou a 2ª Maio Favela de SP.” *Época*, 8 de dezembro, 2019.
<https://epoca.globo.com/brasil/paraisopolis-como-um-loteamento-de-alto-padrao-virou-2-maior-favela-de-sp-24125492>.
- Spatial Agency. “Jorge Mario Jauregui Architects.” Acessado em 20 de abril, 2020.
<https://www.spatialagency.net/database/jorge.mario.jurequi.architects>.
- . “Morar de Outras Maneiras.” Acessado em 10 de março, 2020.
<https://www.spatialagency.net/database/morar.de.outras.maneiras.mom>.
- . “UN-Habitat.” Acessado em 6 de junho, 2020.
<https://www.spatialagency.net/database/un.habitat>.
- . “USINA.” Acessado em 9 de abril, 2020. <https://www.spatialagency.net/database/usina>.
- Srivastava, Rahul, e Matias Echanove. Filmado em 4 de março de 2010 no TEDxMumbai. Video Youtube, 21:53. <https://www.youtube.com/watch?v=FtRdmkNNQ0w>.
- Turner, John F. C. “Housing as a Verb.” In *Freedom to Build, dweller control the housing process*, ed. John F. C. Turner e Robert Fichter, 148-175. New York: Collier Macmillan, 1972.
- . *Housing by People*. London: Marion Boyars Publishers, 1976.
- United Nations Human Settlements Program (UN-Habitat). *The Challenge of Slums*. London: Earthscan, 2003.
- Upgrading Urban Communities: A Resource for Practitioners. “History,” What is Urban Upgrading. Atualizado em 16 de abril, 2001.
<http://web.mit.edu/urbanupgrading/upgrading/whatis/history.html>.
- Urban Think Tank. “Fábrica Cultura Grótão,” Projects. Acessado em 20 julho, 2020. <http://utt.com/project/fabrica-de-cultura-grotao/>;
- urbz: user-generated cities. Acessado 3 abril, 2020. <https://www.urbz.net/>.
- Usina - CTAH. “Arquitetura como Prática Política – 25 anos de experiência da Usina.” 6 de julho, 2016. Vídeo Youtube, 1:02:08. <https://www.youtube.com/watch?v=HgrnvEhKFSw>.
- . “Arquitetura, Política e Autogestão: um comentário sobre os mutirões habitacionais.” In *Usina: Entre o projeto e o Canteiro*, org. Ícaro Vilaça e Paula Constante, 93-105. São Paulo: Edições Aurora, 2016.
- . “Sobre.” Acessado em 9 de abril, 2020. <http://www.usina-ctah.org.br/sobre.html>.
- Valladares, Licia P. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

- Vaz, Lilian F., “Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro,” *Análise Social* XXIX, nº 127 (3º 1994): 581-597.
- Vigliacca, Hector. “Urbanização do Complexo Paraisópolis: a materialização da cidadania.” *ArchPlus*, 12 de dezembro, 2008. <https://www.archplus.net/home/news/7,1-4912,1,0.html>.
- Vilaça, Ícaro. “O projeto do canteiro: notas sobre as primeiras experiências da USINA-CTAH.” *Contracondutas – Concelho Técnico da Escola da Cidade*, 28 de novembro, 2016. <http://www.ct-escoladacidade.org/contracondutas/editorias/trabalho-e-arquitetura/o-projeto-do-canteiro-notas-sobre-as-primeiras-experiencias-da-usina-ctah/>.
- Villarosa, Francesco di. “Trabalho e renda: um tema setorial presente e problemático.” In *Urbanização de Favelas: Lições Aprendidas no Brasil*, ed. Fernanda Magalhães e Francesco di Villarosa, 74-78. New York: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2012.
- Villas Bôas, Bruno. “Favelas têm poder de compra de R\$ 119,8 bi.” *Valor Econômico*, 24 de janeiro, 2020. <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/24/favelas-tem-poder-de-compra-de-r-1198-bi.gh.html>.
- Vogel, Arno, Marco A. S. Mello e Carlos Nelson F. dos Santos. *Quando a Rua vira Casa – A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro*. São Paulo: Projeto, 1985.
- Werneck, Raquel M. “As percepções dos moradores do Grotão da favela de Paraisópolis/SP sobre o processo de urbanização: as condições de vida e o direito à moradia.” Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.
- . “O processo de urbanização da favela de Paraisópolis (SP): desigualdade ou acesso ao direito habitacional?.” Artigo apresentado no IV Colóquio Brasil-Portugal Estratégias de projeto e intervenção nas metrópoles contemporâneas: experiências e perspectivas, São Paulo, 7-10 novembro, 2006.
- Whitaker, João, e Karina Leitão. “Equilíbrio entre a viabilidade financeira e a qualidade dos projetos.” In *Urbanização de Favelas: Lições Aprendidas no Brasil*, ed. Fernanda Magalhães e Francesco di Villarosa, 42-48. New York: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2012.
- Wikiarquitectura. “Biblioteca Espanha em Medellín.” Acessado em 10 de setembro, 2020. <https://pt.wikiarquitectura.com/constru%C3%A7%C3%A3o/biblioteca-espanha-em-zuqui/>.
- Wiziak, Julio. “Redes de varejo e serviços “descobrem” favela.” *Folha de São Paulo – caderno Dinheiro*, 24 de agosto, 2008. <http://paraisopolis.org/redes-de-varejo-e-servicos-descobrem-favela/>.
- Yuri, Débora. “Projeto para Escola de Música em Paraisópolis é premiado no exterior.” *Cidade de São Paulo – Habitação – Notícias*, 25 de abril, 2012. <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=40492>.
- Zuquim, Maria de Lourdes. e Liliana Maria S. Mazo (org.). *Barrios populares Medellín: favelas São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, 2017.
- Zuquim, Maria de Lourdes. “Urbanização de assentamentos precários no município de São Paulo: quem ganha e quem perde?.” In *Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporânea: Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade*. Natal: ANPARQ, 2012.

Origem das Imagens

1. Johnny Miller, “Desigualdade social em Johannesburg na África do Sul”, Unequal Scenes, acessado em 2 de setembro, 2020, <https://unequalscenes.com/south-africa>.
2. Johnny Miller, “Desigualdade social em Mumbai na Índia,” Unequal Scenes, acessado em 2 de setembro, 2020, <https://unequalscenes.com/mumbai>.
3. UN-Habitat, “Share of urban population living in slums, “2014, Our World in Data, acessado em 2 de setembro, 2020, <https://ourworldindata.org/urbanization>.
4. Gustave Dorè, *London: A Pilgrimage, 1872, British Library*, 15 de maio, 2014, <https://www.bl.uk/romantics-and-victorians/articles/slums#>.
5. “Superimposition of the Avenue de l’Opéra before and after the Haussmannian transformations,” 1971, *The Funambulist*, acessado em 2 de setembro, 2020, <https://thefunambulist.net/history/history-chronological-cartography-of-the-1871-paris-commune#>.
6. “The Transformation of Paris under Haussmann: Plan Showing the Portion Executed from 1854 to 1889,” in *Plan of Chicago* (Chicago: The Commercial Club, 1909), pl. XVII, *Make Big Plans*, acessado em 2 de setembro, 2020, https://publications.newberry.org/makebigplans/plan_images/transformation-paris-under-haussmann-1909.
7. Charles Marville, *Boulevard Malesherbes, de la rue Pasquier, 1877, State Library of Victoria*, Vergue, acessado em 3 de setembro, 2020, <http://vergue.com/post/149/Boulevard-Malesherbes>.
8. Augusta Malta, *Estalagem, 1905, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, IFCH, Unicamp*, acessado em 3 de setembro, 2020, <https://www.ifch.unicamp.br/cecult/mapas/corticos/cortimagens1.html>.
9. Augusto Malta, *Morro da Favela, 1920, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Portal Augusto Malta*, acessado em 3 de setembro, 2020, <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/acervo-obra/morro-da-favela-11>.
10. “Caricatura de Oswaldo Cruz limpando a imundice do Morro da Favela,” in *O Malho*, nº 247, 8 de junho, 1907, Wikimedia Commons, acessado em 8 de setembro, 2020, https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Oswaldo_Cruz_passa_o_pente_fino_da_%E2%80%9CDelegacia_da_Higiene%22_no_Morro_da_Favela.jpg.
11. Augusto Malta, “Avenida Central (atual Rio Branco) após a inauguração em 7 de setembro de 1904,” Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Biblioteca Virtual Oswaldo Cruz, acessado em 3 de setembro, 2020, <http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica/reforma-pereira-passos>.
12. “Zoneamento da Planta de Remodelação do Plano Agache,” in Prefeitura do Distrito Federal e Alfred Agache, *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão – Remodelação - Embelezamento* (Paris: Foyer Brésilien, 1930), 209, <http://planourbano.rio.rj.gov.br/>.

13. “Esquema de ‘conexão entre os cinco dedos’ do Plano Agache,” in Prefeitura do Distrito Federal e Alfred Agache, *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão – Remodelação - Embelezamento* (Paris: Foyer Brésilien, 1930), 137, <http://planourbano.rio.rj.gov.br/>.
14. Gustavo Prugner. “Bairro tipicamente industrial: Brás, vista panorâmica,” 1925, Coleção de João Emílio Gerodotti e Carlos Cornejo, in Angela Rosch Rodrigues, “Estudo do patrimônio industrial com uso fabril da cidade de São Paulo, (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2011), 109.
15. Sebastião de Assis Ferreira, *Cortiço, 1920-1950*, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, acessado em 3 de setembro, 2020, <http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirItemAcervo.aspx?id=470209>.
16. “Esquema teórico de São Paulo, segundo Prestes Maia,” in Benedito Lima de Toledo, *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo* (São Paulo: Empresa das Artes, 1996), citado em *Vitruvius - Arqitextos*, ano 07, nº 082.00, (Março 2007), <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqitextos/07.082/259>.
17. “Versão final perímetro de irradiação, São Paulo,” in Benedito Lima de Toledo, *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo* (São Paulo: Empresa das Artes, 1996), citado em *Vitruvius - Arqitextos*, ano 07, nº 082.00, (Março 2007), <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqitextos/07.082/259>.
18. Emplasa, “Área urbanizada de 1930 - 1949,” Prefeitura de São Paulo, acessado em 8 de setembro, 2020, http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1940.php.
19. Emplasa, “Área urbanizada de 1950 - 1962,” Prefeitura de São Paulo, acessado em 8 de setembro, 2020, http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1950.php.
20. Emplasa, “Área urbanizada de 1962 - 1974,” Prefeitura de São Paulo, acessado em 8 de setembro, 2020, http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1970.php.
21. SEHAB, “São Paulo favelas mapa,” 2000, maps São Paulo, acessado em 8 de setembro, 2020, <https://es.maps-sao-paulo.com/sao-paulo-favelas-mapa>.
22. Josiane Santana, *Labirinto*, setembro 2016, Projeto Favelagrafia, acessado em 20 de agosto, 2020, <http://www.favelagrafia.com.br/2016/alemao>. Reproduzida com permissão da autora.
23. Joyce Piñeiro, “Rua no Morro da Providência,” Projeto Favelagrafia, Instagram, 2 de agosto, 2017, <https://www.instagram.com/p/BXTdwZynJfr/>. Reproduzida com permissão da autora.
24. Josiane Santana, “Viela no Alemão,” Projeto Favelagrafia, Instagram, 12 de julho, 2017, <https://www.instagram.com/p/BWbS7WonU51/>. Reproduzida com permissão da autora.
25. “Vista satélite de Veneza,” 2020, Google Earth, acessado em 20 de agosto, 2020, <https://www.google.pt/maps/@45.4376562,12.337887,970a,35y,270h/data=!3m1!1e3>.
26. “Vista satélite de Heliópolis em São Paulo,” 2020, Google Earth, acessado 20 de agosto, 2020, <https://www.google.pt/maps/@-23.6146588,-46.591482,895a,35y,73.14h/data=!3m1!1e3>.
27. J. Cruikshank Rose e Arthur F. E. Cott, *The Ah Site: Plan of Larsa Houses*, in Leonard Woolley e Max Mallowan, *Ur Excavations. Volume VII, The Old Babylonian Period* (London: British

- Museum Publications, 1976), Plate 124,
<http://www.etana.org/sites/default/files/coretexts/20259.pdf>.
28. Fernando Neyra, "Villa 31 em Buenos Aires," *Next City*, 1 de janeiro, 2018,
<https://nextcity.org/features/view/embracing-the-paradox-of-planning-for-informality>.
 29. Fernando Neyra, "Villa 31 em Buenos Aires," *Next City*, 1 de janeiro, 2018,
<https://nextcity.org/features/view/embracing-the-paradox-of-planning-for-informality>.
 30. Fernando Neyra, "Villa 31 em Buenos Aires," *Next City*, 1 de janeiro, 2018,
<https://nextcity.org/features/view/embracing-the-paradox-of-planning-for-informality>.
 31. Josiane Santana, "Arquitetura de favela," Projeto Favelagrafia, Instagram, 3 de outubro, 2016,
<https://www.instagram.com/p/BLHTYKQBocS/>. Reproduzida com permissão da autora.
 32. Elana Paulino, "Senhor construindo laje," Projeto Favelagrafia, Instagram, 23 de agosto, 2016,
<https://www.instagram.com/p/BJdIURiBjJL/>. Reproduzida com permissão da autora.
 33. Ana Paula Baltazar e Silke Kapp, "Esquema de Faseamento da expansão da casa da Dona Berenice," in "Learning from 'Favelas': The Poetics of Users Autonomous Production of Space and the Non-ethics of Architectural Interventions", in *Proceedings of the International Conference Reconciling Poetics and Ethics in Architecture* (McGill University, Canada, setembro de 2007), 4.
 34. Fernando Neyra, "Villa 31 em Buenos Aires," *Next City*, 1 de janeiro, 2018,
<https://nextcity.org/features/view/embracing-the-paradox-of-planning-for-informality>.
 35. Yang Yang - urbz, "Indian Streetscape - house designed by contactors from Dharavi," *The Hindu*, 24 de setembro, 2017, <https://www.urbz.net/articles/exporting-indian-urbanism>.
 36. Tadeuz Jalocha, "Quinta Monroy Housing," Small Scale Big Change Exhibition, MoMA, acessado em 17 de agosto, 2020,
https://www.moma.org/interactives/exhibitions/2010/smallscalebigchange/projects/quinta_monroy_housing.html#.
 37. Cristobal Palma, "Quinta Monroy Housing, Almost immediately after moving into the complex," Small Scale Big Change Exhibition, MoMA, acessado em 17 de agosto, 2020,
https://www.moma.org/interactives/exhibitions/2010/smallscalebigchange/projects/quinta_monroy_housing.html#.
 38. Michael Quezada, "Quinta Monroy 12 anos depois," 2015, *Archtechne*, 3 de agosto, 2018,
<https://arquitechne.com/quinta-monroy-12-anos-depois-uma-analise-da-habitacao-social-de-alejandra-aravena/>.
 39. Omar Brito, "Loja na Ladeira Ari Barroso," Projeto Favelagrafia, Instagram, 17 de fevereiro, 2017,
<https://www.instagram.com/p/BQoTyO-IXLd/>. Reproduzida com permissão do autor.
 40. Elana Paulino, "Bar do João," Projeto Favelagrafia, Instagram, 9 de setembro, 2017,
<https://www.instagram.com/p/BIMcy4JB1Gv/>. Reproduzida com permissão da autora.
 41. Fernando Neyra, "Fachada residencia Barrio 31," 2017, Instagram, 14 de julho, 2018,
<https://www.instagram.com/p/BIMcy4JB1Gv/>. Reproduzida com permissão do autor.

42. Joyce Piñeiro, “Marquinhos e construção feita por ele para vender doces e ‘guaravita’,” Projeto Favelagrafia, Instagram, 8 de janeiro, 2017, <https://www.instagram.com/p/BO--KaZhA8q/>. Reproduzida com permissão da autora.
43. Magno Neves, “Construção de laje,” Projeto Favelagrafia, Instagram, 30 de outubro, 2016, <https://www.instagram.com/p/BMMYRobhBGk/>. Reproduzida com permissão do autor.
44. Magno Neves, “Construção no Canta Galo,” Projeto Favelagrafia, Instagram, 26 de novembro, 2017, <https://www.instagram.com/p/Bb-Nh8bHpej/>. Reproduzida com permissão do autor.
45. Elana Paulino, “Manicure Ana Lúcia,” Projeto Favelagrafia, Instagram, 2 de novembro, 2016, <https://www.instagram.com/p/BMUy1xIBUMW/>. Reproduzida com permissão da autora.
46. Magno Neves, “Bar na Rua,” Projeto Favelagrafia, Instagram, 29 de julho, 2016, <https://www.instagram.com/p/BlcT4osBIVJ/>. Reproduzida com permissão do autor.
47. Juan Luis Rod, “Cabelereiro na Rocinha,” *Fotografia El País*, 13 de fevereiro, 2019, https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/05/album/1549387456_663322.html#foto_gal_1.
48. Juan Luis Rod, “Moradores na Rocinha,” *Fotografia El País*, 13 de fevereiro, 2019, https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/05/album/1549387456_663322.html#foto_gal_1.
49. Juan Luis Rod, “Crianças na Rocinha,” *Fotografia, El País – Brasil*, 13 de fevereiro, 2019, https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/05/album/1549387456_663322.html#foto_gal_1.
50. Jessica Higino, “Churrasco na rua na favela,” Projeto Favelagrafia, Instagram, 1 de abril, 2018, <https://www.instagram.com/p/BhCYhAgHjKw/>. Reproduzida com permissão da autora.
51. Antoine Horenbeek, “Young people playing video game in a quiet alley in Cerro Corá,” 15 de novembro, 2018, Flickr, acessado em 26 de agosto, 2020, <https://www.flickr.com/photos/catcomm/46920480681/in/album-72157676041651767/>.
52. Jessica Higino, “Criança brincando em vielas,” Projeto Favelagrafia, Instagram, 31 de agosto, 2016, <https://www.instagram.com/p/BJx1ebdhBj2/>. Reproduzida com permissão da autora.
53. Josiane Santana, “Porta aberta,” Projeto Favelagrafia, Instagram, 11 de fevereiro, 2017 <https://www.instagram.com/p/BQX9dmghPKu/>. Reproduzida com permissão da autora.
54. Morar de Outras Maneiras, “Panfleto Arquitetos da Família,” 2009, *Prática de Arquitetura para Demandas Populares MOM*, acessado em 12 de março, 2020, http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/03_arquitetos_familia/index.html.
55. “Aspecto de Brás da Pina depois da urbanização,” in Carlos Nelson F. dos Santos, *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981) citado em Cronologia do Pensamento Urbanístico, UFBA, acessado em 28 de agosto, 2020, <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565&langVerbetes=pt>
56. “Croquis morador e assessoria técnica,” in Carlos Nelson F. dos Santos, *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981), 68-69, citado em Cronologia do Pensamento Urbanístico, UFBA, acessado em 28 de agosto, 2020, <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565&langVerbetes=pt>.

57. Usina CTAH, “Discussão projetual no Mutirão Paulo Freire,” acessado em 28 de agosto, 2020, <http://www.usina-ctah.org.br/paulofreire.html>.
58. Usina CTAH, “Mutirão Paulo Freire,” acessado em 28 de agosto, 2020, <http://www.usina-ctah.org.br/paulofreire.html>.
59. urbz, “URBZ teamsters on the site of a Shiva Temple in Shivaji Nagar (Govandi) with shuttering contractors,” 8 de janeiro, 2012, *airroots/Eirut* (blog), 10 de fevereiro, 2014, <https://www.airroots.org/2014/02/architectural-practice-for-the-living-present/>.
60. “Social housing built in Dharavi under the Slum Rehabilitation Authority scheme,” *airroots/eirut* (blog), 14 de maio, 2008, <https://www.airroots.org/2008/05/junglist-city/>.
61. “Postwar Tokyo,” 1 dezembro, 1945, National Archives, Japan Air Raids, acessado em 11 de outubro, 2020, <https://www.japanairraids.org/wp-content/uploads/2010/09/A39011.jpg>.
62. Jorge Mario Jáuregui, “Esquema de Leitura do Lugar do Complexo do Alemão,” 3 de março, 2002, in *Estratégias de Articulación Urbana* (Buenos Aires: Nobuko, 2012), 90.
63. Orlando Mollica, “Apropriação dos espaços de uso comum Rua Emília Guimarães,” 1980, in Arno Vogel, Marco A. S. Mello e Carlos N. F. dos Santos, *Quando a Rua vira Casa – A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro*, (São Paulo: Projeto, 1985), 42.
64. Vignesh KJ, “Tamil Nadu Slum Clearance Board,” *The Federal*, 6 de maio, 2020, <https://thefederal.com/states/south/tamil-nadu/distanced-from-the-city-slum-dwellers-in-chennai-face-stark-reality/>.
65. “Antes e Depois Comunidade Yolanda Pires,” *Upgrading Urban Communities: A Resource for Practitioners*, acessado em 10 de setembro, 2020, <http://web.mit.edu/urbanupgrading/upgrading/whatis/history.html>.
66. “Antes de Depois Favela Dom Lucas,” *Upgrading Urban Communities: A Resource for Practitioners*, acessado em 10 de setembro, 2020, <http://web.mit.edu/urbanupgrading/upgrading/whatis/history.html>.
67. EDU, “Localización de Proyecto Urbanos Integrales 2004-2011,” 2007 in *Medellín: Modelo de transformación urbana, Proyecto Urbano Integral – PUI – en la zona nororiental, Consolidación Habitacional en la Quebrada Juan Bobo* (Medellín: Alcaldía de Medellín, 2014), 50, https://issuu.com/urbameafit/docs/medell__n_modelo_de_transformaci__n.
68. EDU, “Plan Maestro PUI Noriental,” 2004, in *Medellín: Modelo de transformación urbana, Proyecto Urbano Integral – PUI – en la zona nororiental, Consolidación Habitacional en la Quebrada Juan Bobo* (Medellín: Alcaldía de Medellín, 2014), 76, https://issuu.com/urbameafit/docs/medell__n_modelo_de_transformaci__n.
69. Secretaria de Movilidad de Medellín, “Metrocable de Medellín,” 27 de setembro, 2012, Flickr, acessado em 12 de setembro, 2020, <https://www.flickr.com/photos/transitomedellin/8067325861/in/album-72157631721838355/>.
70. Diana Moreno, “Biblioteca España, *Concrete Hub*, 2 de setembro, 2014, <http://concrete-hub.com/post/biblioteca-espana-mazzanti/>.

71. "Ponte Mirador Andalucía – La Francia," Alejandro Echeverri + Valencia Arquitectos, acessado em 12 de setembro, 2020, <http://alejandroecheverri-valencia.co/pui-nororiental/303fjhqgo9i8byaxiocce1lhogjw4/>.
72. "Paseo urbano Andalucía," *Seminario Espacio Público* (blog), acessado em 12 de setembro, 2020, <http://seminarioespaciopublico.blogspot.com/2011/10/medellin-colombia-transformacion-social.html/>.
73. "Conjunto Residencial em Deodoro," in *Arquitetura e Engenharia*, nº 31 (1954): 26, citado em História da Habitação Brasileira contada nas Revistas Especializadas (1920-2000), Morar de Outras Maneiras, acessado em 22 de setembro, 2020, http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/04_revistas/04rev_1950.htm-.
74. "Anúncio BNH," 26 de setembro, 1971, Acervo Folha de S. Paulo, acessado em 22 setembro, 2020, <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=4158&keyword=BNH&anchor=4367567&origem=busca&originURL=&pd=956ed8d75ffa430b441cf2eeac479441>.
75. "Manifestação no palácio do Governo do Estado," 1983, Coleção Jornal Movimento, Público do Estado de São Paulo, acessado em 12 de outubro, 2020, http://200.144.6.120/uploads/acervo/iconografico/fotos/movimento_jornal/BR_SP_APESP_MOV_ICO_AMP_020_057.jpg
76. "Promulgação da Constituição Federal," 5 de outubro, 1988, *Agência Brasil*, 4 de outubro, 2013, <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/galeria/2013-10-04/constituicao-de-1988-completa-25-anos#>.
77. Márcia Prestes, "Organograma da Estrutura do PAC – I," in Denise Antonucci et al., "Da luta pela moradia à urbanização de assentamentos precários: a política habitacional no Brasil," in *Barrios populares Medellín: favelas São Paulo*, org. Maria de Lourdes Zuquim e Liliana Maria S. Mazo (São Paulo: FAUUSP, 2017), 60.
78. Isac Nóbrega, "Minha Casa Minha Vida," *Caos Planejado*, 19 de maio, 2016, <https://caosplanejado.com/parem-de-construir-casas-para-resolver-a-falta-de-moradia/>.
79. Márcia Prestes, "Organograma da Estrutura do PAC – II," in Denise Antonucci et al., "Da luta pela moradia à urbanização de assentamentos precários: a política habitacional no Brasil," in *Barrios populares Medellín: favelas São Paulo*, org. Maria de Lourdes Zuquim e Liliana Maria S. Mazo (São Paulo: FAUUSP, 2017), 62.
80. Denise Antonucci et al., "Da luta pela moradia à urbanização de assentamentos precários: a política habitacional no Brasil," in *Barrios populares Medellín: favelas São Paulo*, org. Maria de Lourdes Zuquim e Liliana Maria S. Mazo (São Paulo: FAUUSP, 2017), 64.
81. "Remoção da Favela Jucelino Kubitschek," in *O Globo*, 7 de maio, 1988, 6, <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/103626>.
82. "27 de Abril de 1989," 27 de abril, 1989, *Agenda da Prefeita* (blog), acessado em 22 de setembro, 2020, <https://agendadaprefeita.wordpress.com/2011/04/27/27-de-abril-de-1989/>.
83. Paulo Pepe, "Cingapura Zaki Narchi," *Rede Brasil Atual*, 11 de outubro, 2011, https://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2011/10/sp_justica_suspende_retirada_de_familias_do_cingapura/.

84. "Zonas Especiais de Interesse Social," Prefeitura da Cidade de São Paulo, acessado em 22 de setembro, 2020, <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/novo-pde-zeis/>.
85. "Jardim Iporanga," 2007, Secretaria Municipal de Habitação, acessado em 12 de outubro, 2020, <http://www9.prefeitura.sp.gov.br/albumdefotos/habitacao/2007/mananciais/?i=6&l=Jd.%20Iporanga/Esmeralda%3Cbr%3EUrbaniza%E7%E3o%20de%20Favelas>.
86. "Jardim Olinda," Arquitetos Urbanistas, acessado em 12 de outubro, 2020, <https://www.arq-urb.com/projetos-arquitetura/projetos-habitacao/jardim-olinda-2/>.
87. "Linha do Tempo das principais Políticas de urbanização de favelas de São Paulo," in Patrícia R. Samora e Maria de Lourdes Zuquim, "Desafios da urbanização de assentamentos precários em São Paulo," in *Barrios populares Medellín: favelas São Paulo*, organização de Maria de Lourdes Zuquim e Liliana Maria S. Mazo (São Paulo: FAUUSP, 2017), 76.
88. Elaborado pela autora, "Paraisópolis localização," baseado em vista satélite de Paraisópolis, 2020, Google Earth, acessado 18 de setembro, 2020, <https://www.google.pt/maps/@-23.6147981,-46.7229766,2259m/data=!3m1!1e3>.
89. Tuca Vieira, "Paraisópolis e Morumbi," 2004, acessado em 23 de janeiro, 2020, <https://www.tucavieira.com.br/paraisopolis>.
90. Elaborado pela autora, "Topografia de Paraisópolis e principais córregos," baseado em vista satélite de Paraisópolis, 2020, Google Earth, acessado 18 de setembro, 2020, <https://www.google.pt/maps/@-23.6147981,-46.7229766,2259m/data=!3m1!1e3>, e documentos disponibilizados pelo arquiteto Fernando Botton.
91. Nelson Kon, "Paraisópolis favela, São Paulo," dezembro 2008, *Urban Age*, acessado em 14 de agosto, 2020, <https://urbanage.lsecities.net/photographs/paraisopolis-favela-sao-paulo>.
92. SEHAB, "Planta do loteamento original e da ocupação," *Projetos – Vitruvius*, ano 12, nº 134.01 (fevereiro 2012), <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/12.134/4239>.
93. "Anúncio de venda de loteamento em Paraisópolis," 16 de novembro, 1922, acervo Folha de S. Paulo, acessado em 1 de outubro, 2020, <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19221116-15605-nac-0002-999-2-not>.
94. "Vista satélite de Paraisópolis em 1954," Folha de S. Paulo, acessado em 9 de julho, 2020, <https://arte.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/08/paraisopolis/>.
95. "Vista satélite de Paraisópolis em 1981," Folha de S. Paulo, acessado em 9 de julho, 2020, <https://arte.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/08/paraisopolis/>.
96. "Vista satélite de Paraisópolis em 2017," Folha de S. Paulo, acessado em 9 de julho, 2020, <https://arte.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/08/paraisopolis/>.
97. Eric Bergeri, "Vista aérea de Paraisópolis," *Veja*, 1 de julho, 2020, <https://veja.abril.com.br/blog/radar/moradores-de-comunidades-mostram-esperanca-em-cenario-pos-covid/>.
98. Daniel Eduardo, "Paraisópolis," 8 de agosto, 2019, acessado em 14 de agosto, 2020, <https://daniel-eduardo.com/paraisopolis>. Reproduzida com permissão do autor.

99. Eduardo Knapp, "Vista aérea de Paraisópolis," *Folhapress*, 26 de março, 2020, <https://esportes.yahoo.com/noticias/10-mais-ricos-ficam-com-131300643.html?guccounter=1>.
100. Francisca Rodrigues, "Rua no Grotão em Paraisópolis," 21 de dezembro, 2019, Projeto Click na Favela, acessado em 22 de agosto, 2020, <https://projetoclickfavela.com/francisca-rodrigues>.
101. Tiago Queiroz, "Movimentação na Rua Ernest Renan," *Estadão Conteúdo*, 3 de dezembro, 2019, <https://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000977556/baile-da-dz7-em-paraisopolis-e-opcao-de-lazer-para-ate-5-mil-pessoas.html>.
102. Maria Edna "Viela," 7 de dezembro, 2019, Projeto Click na Favela, acessado em 22 de agosto, 2020, <https://projetoclickfavela.com/maria-edna>.
103. Daniel Eduardo, "Vielas," 24 de setembro, 2018, acessado em 14 de agosto, 2020, <https://daniel-eduardo.com/paraisopolis>. Reproduzida com permissão do autor.
104. "Vista Satélite de Paraisópolis," 2020, Google Earth, acessado em 26 de setembro, 2020, <https://www.google.pt/maps/@-23.6195422,-46.7237839,948m/data=!3m1!1e3>.
105. "Street View de rua em Paraisópolis," 2020, Google Maps, acessado 23 de agosto, 2020, https://www.google.pt/maps/@-23.61869,-46.7239436,3a,75y,348.85h,87.76t/data=!3m6!1e1!3m4!1s9BEFwiarl-pASK_PQp2abw!2e0!7i16384!8i8192.
106. Eduardo Anizelli, "Vista aérea da Arena Palmeirinha," *Folhapress*, 16 de dezembro, 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/12/campo-no-coracao-de-paraisopolis-cria-oportunidade-para-jovens.shtml>.
107. Daniel Eduardo, "Laje em Paraisópolis," 28 de maio, 2017, acessado em 14 de agosto, 2020, <https://daniel-eduardo.com/paraisopolis>. Reproduzida com permissão do autor.
108. "Rua de Paraisópolis," *Ponte Jornalismo*, 24 de março, 2020, <https://ponte.org/conheca-iniciativas-para-combater-os-efeitos-do-coronavirus-entre-os-mais-pobres/>.
109. Renata Castello Branco, "Decoração no interior casa em Paraisópolis," *Casa Claudia*, 21 de dezembro, 2016, <https://casaclaudia.abril.com.br/bem-estar/retrato-emocionante-da-decoracao-na-favela-de-paraisopolis/>.
110. Doug Kim, "Idosa em Paraisópolis," 2 de junho, 2013, *Doug Kim Photography* (blog), acessado em 7 de outubro, 2020, <http://blog.ricecracker.net/2013/06/02/sao-paulo-paraisopolis/>. Reproduzida com permissão do autor.
111. Doug Kim, "Crianças de Paraisópolis," 2 de junho, 2013, *Doug Kim Photography* (blog), acessado em 7 de outubro, 2020, <http://blog.ricecracker.net/2013/06/02/sao-paulo-paraisopolis/>. Reproduzida com permissão do autor.
112. Elisa Ferrez, "Grafite feito ao lado da sede da União," *Terra*, 18 de junho, 2015, <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/i-love-paraisopolis-entenda-por-que-os-moradores-amam-tanto-o-lugar,dcedf1638e9601925910e047e2cd8f54h6a6RCRD.html>.

113. Tiago Queiroz, “Crianças brincam com água de mangueira,” *Estadão*, 30 de setembro, 2020, <https://brasil.estadao.com.br/fotos/geral,em-paraisopolis-criancas-brincam-com-agua-de-mangueira-por-cao-do-calor,1124512>.
114. Vagner Alencar, “Moradores “batem” laje na viela do Campo,” 1 de fevereiro, 2011, Agência Mural, *Folha de S. Paulo*, 10 de abril, 2014, <https://mural.blogfolha.uol.com.br/2014/04/10/em-paraisopolis-moradores-constroem-casas-de-ate-sete-andares/>.
115. “Equipe do Projeto Click na Favela,” Arquivo Projeto Click na Favela, acessado em 1 de outubro, 2020, <https://projetclickfavela.com/arquivo>.
116. Alexandre Schneider, “Ricardo Vieira, a surgeon, attends a resident of Paraisópolis,” 7 de abril, 2020, Getty Images, *The Atlantic*, 13 de maio, 2020, <https://www.theatlantic.com/photo/2020/05/photos-coronavirus-brazil/611608/>.
117. Andre Penner, “Residents of Paraisópolis attend a ceremony on a soccer field after getting basic training from health-care workers,” 6 de maio, 2020, *The Atlantic*, 13 de maio, 2020, <https://www.theatlantic.com/photo/2020/05/photos-coronavirus-brazil/611608/>.
118. Agência Paraisópolis, “Projeto Horta na Laje,” *Casa Abril*, 28 de junho, 2017, <https://casa.abril.com.br/jardins-e-hortas/projeto-horta-na-laje-ganha-forca-com-moradores-de-paraisopolis/>.
119. “Projeto Rugby para Todos,” 18 de setembro, 2017, Instituto Societé Générale, acessado em 26 de outubro, 2020, <http://www.institutosg.org.br/projeto-detalle.php?id=52>.
120. “Inauguração da loja das Casas Bahia em Paraisópolis,” 2008, *Isto é - Dinheiro*, nº 732, 19 de outubro, 2011, <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20111019/nos-vamos-invadir-sua-praia/2557.shtml>.
121. Nelson Almeida, “Ballet de Paraisópolis,” *Jornal de Notícias*, 11 de setembro, 2020, <https://www.jn.pt/mundo/galerias/nos-suburbios-de-sao-paulo-a-favela-voltou-a-dancar-ballet-12713516.html>.
122. “Mapa de intervenções do Programa de Paraisópolis,” 9 de setembro, 2008, Urbanização, Paraisópolis, acessado em 24 de julho, 2020, <http://paraisopolis.org/conselho-gestor-de-urbanizacao/mapa-de-intervencoes>.
123. SEHAB, “Antes e Depois da pavimentação das ruas do Antonico,” Prefeitura da Cidade de São Paulo, 23 de setembro, 2009, http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/paraisopolis/antes_e_depois/index.php?p=4395.
124. SEHAB, “Antes e Depois da Canalização do Córrego do Brejo,” Prefeitura da Cidade de São Paulo, 23 de setembro, 2009, http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/paraisopolis/antes_e_depois/index.php?p=4395.
125. Viglicca e Associados, “Maquete do plano de Reurbanização do Complexo de Paraisópolis,” acessado em 1 de agosto, 2020, <http://www.viglicca.com.br/pt-BR/projects/reurbanization-of-the-paraisopolis-complex>.

126. Vigliecca e Associados, “Planta geral do plano de Reurbanização do Complexo de Paraisópolis,” acessado em 1 de agosto, 2020, <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/reurbanization-of-the-paraisopolis-complex>.
176. Vigliecca e Associados, “Esquisso da intervenção no miolo de quadra do plano de Reurbanização do Complexo de Paraisópolis,” acessado em 1 de agosto, 2020, <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/reurbanization-of-the-paraisopolis-complex>.
128. MMBB, “Praia urbana do Projeto Urbano Córrego Antonico,” *Galeria da Arquitetura*, acessado em 20 de julho, 2020, https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/mmbb-arquitetos_/projeto-urbano-corrego-do-antonico/1358.
129. MMBB, “Perfil do novo passeio urbano do Projeto Urbano Córrego Antonico,” *Galeria da Arquitetura*, acessado em 20 de julho, 2020, https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/mmbb-arquitetos_/projeto-urbano-corrego-do-antonico/1358.
130. Urban Think Tank, “Render da Fábrica Cultura Grótão,” acessado em 20 julho, 2020. <http://utt.com/project/fabrica-de-cultura-grotao/>.
131. Urban Think Tank, “Render da Fábrica Cultura Grótão,” acessado em 20 julho, 2020. <http://utt.com/project/fabrica-de-cultura-grotao/>.
132. Boldarini Arquitetos Associados, “Render do Edifício Multiuso Grotinho,” acessado em 20 de julho, 2020. <https://www.boldarini.com.br/projetos/grotinho/>.
133. Boldarini Arquitetos Associados, “Render do Edifício Multiuso Grotinho,” acessado em 20 de julho, 2020. <https://www.boldarini.com.br/projetos/grotinho/>.
134. Luiz Flavio, “Praça de recreação totalmente abandonada,” *Jornal Paraisópolis News*, 12 de novembro, 2014, <http://jornalparaisopolisnews.blogspot.com/2014/11/cras-paraisopolis-continua-desativado.html>.
135. Fábio Knoll, “Fotografia aérea Programa Habitacional Paraisópolis,” Elito Arquitetos, acessado em 20 de julho, 2020, <http://elitoarquitetos.com.br/programa-habitacional-paraisopolis.html>.
136. Elito Arquitetos, “Corte Transversal Programa Habitacional Paraisópolis,” acessado em 20 de julho, 2020, <http://elitoarquitetos.com.br/programa-habitacional-paraisopolis.html>.
137. Elito Arquitetos, “Unidade Habitacional Programa Habitacional Paraisópolis,” acessado em 20 de julho, 2020, <http://elitoarquitetos.com.br/programa-habitacional-paraisopolis.html>.
138. Eduardo P. Pizarro, “Estratégia de intervenção que torna os pavimentos independentes como unidades mínimas (colagem),” *Archdaily Brasil*, 10 de junho, 2016, <https://www.archdaily.com.br/br/788950/de-intersticios-a-infraestruturas-eduardo-pimentel-pizarro>.
139. Marcelo Brandt, “Horta na Laje,” *G1*, 26 de fevereiro, 2019, <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/02/26/laje-gourmet-de-paraisopolis-na-zona-sul-de-sp-tem-horta-organica-e-bistro.ghtml>.

Anexos

ANEXO I - Questionário para os moradores de Paraisópolis

Sobre você:

1. Onde em Paraisópolis você mora? (Região, rua ou lugar de referência)
2. Desde quando você ou sua família moram em Paraisópolis?
3. Por que você ou sua família vieram para este bairro? (Exemplo: boa localização, oferta de trabalho, foram removidos de outro lugar etc.)
4. Se você trabalha, você trabalha dentro ou fora da comunidade?

Sobre a sua casa:

5. Vocês construíram sua a casa, compraram ou alugaram?
Se construíram, quem fez a obra, vocês mesmos, amigos ou contrataram a alguém?
6. Você fez reformas na sua casa nos últimos anos?
Se sim, quais foram as mudanças?
Quem fez a reforma, você mesmo, amigos ou contrataram a alguém?
7. Você considera importante poder fazer mudanças na sua casa de acordo com as suas necessidades? (Exemplo: construir mais um quarto, construir outro andar, derrubar paredes etc.)
Se sim, por quê?
8. Você ou alguém da sua família exerce alguma atividade que gere renda dentro da sua própria casa? (Ex. Costureira, Oficina, Comércio, Cabelereiro, Bares etc.)
9. O que você considera mais importante na hora de escolher a sua moradia? (Exemplo: localização, acesso a serviços ou trabalho, vizinhança, estar próximo à família, conforto, facilidade de expansão, privacidade etc.)

Sobre a comunidade:

10. Você e seus vizinhos possuem uma relação próxima?
(Se você respondeu não nesta pergunta pule para pergunta 13)
11. Você diria que existe um senso de confiança e de ajuda mútua entre vizinhos?
12. Você acha que possuir uma relação próxima com seus vizinhos, te abre ou abriu portas? Se sim, como?

Sobre os espaços do bairro:

13. Vocês quando se reúnem entre amigos e/ou família, vocês se encontram dentro ou fora de casa? (Exemplo: para festas, churrascos, ver jogos de futebol etc.)
14. As crianças do bairro, costumam brincar dentro ou fora de casa?
15. Como é a relação entre automóveis e pedestres no bairro? (Exemplo: tem muitos/poucos carros, pouco/muito espaço para os pedestres, muito/pouco movimentado, pessoas e carros compartilham espaço, carros andam rápido/devagar etc.)

Na sua opinião...

16. Como que Paraisópolis conquistou seu espaço na cidade e se desenvolveu no bairro que é hoje, apesar da falta de apoio do governo?
17. Quais são os aspectos positivos de morar em Paraisópolis?
E os negativos?
18. Você mudaria para outro bairro?
Por quê?
19. Se você pudesse mudar para um conjunto habitacional, você mudaria?
Se isso acontecesse, o que mudaria na sua vida?

Sobre a urbanização:

20. Em que aspectos você acha que a Urbanização de Paraisópolis foi positiva?
E que aspectos ela Urbanização falhou?
Como você acha que ela poderia ser melhor?
21. Você acha que a Urbanização de Paraisópolis afetou a vida do bairro? (Exemplo: afastou/aproximou os vizinhos, atrapalhou/melhorou o comércio local, deixou a área mais/menos acessível para os moradores, pessoas se sentem mais/menos vontade no novo espaço urbano etc.)
Se sim, como?
22. Que você saiba, houve alguma participação popular na urbanização? (Exemplo: reuniões perguntando a opinião dos moradores sobre os projetos, reuniões informando os moradores sobre as intervenções e como elas seriam realizadas, participação na obra etc.)
Se sim, como foi isso? Se não, gostaria que tivesse?

ANEXO II – Mapa de Intervenções de Paraisópolis

